



**UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA
INSTITUTO DE PSICOLOGIA E SERVIÇO SOCIAL
COLEGIADO DE SERVIÇO SOCIAL**

ESTÉFANE PAULA DOS SANTOS

**RECONHECIMENTO DE PATERNIDADE:
UM OLHAR SOBRE A FIGURA PATERNA A PARTIR DA
CONSTRUÇÃO DA MASCULINIDADE NEGRA NO BRASIL**

Salvador
2024

ESTÉFANE PAULA DOS SANTOS

**RECONHECIMENTO DE PATERNIDADE:
UM OLHAR SOBRE A FIGURA PATERNA A PARTIR DA
CONSTRUÇÃO DA MASCULINIDADE NEGRA NO BRASIL**

Trabalho de conclusão apresentado ao curso de graduação em Serviço Social do Instituto de Psicologia e Serviço Social, na Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal da Bahia, como requisito para obtenção do título de Bacharel em Serviço Social.

Orientadora: Prof^ª. Dr^ª Josimara
Aparecida Delgado Baour

Salvador
2024

ESTÉFANE PAULA DOS SANTOS

**RECONHECIMENTO DE PATERNIDADE:
UM OLHAR SOBRE A FIGURA PATERNA A PARTIR DA
CONSTRUÇÃO DA MASCULINIDADE NEGRA NO BRASIL**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado como requisito parcial para a obtenção do título de Bacharel em Serviço Social, Colegiado de Ensino de Graduação em Serviço Social, Universidade Federal da Bahia.

Salvador, 06 de setembro de 2024

Josimara Aparecida Delgado Baour – Orientadora
Doutora em Serviço Social pela Universidade Federal do Rio de Janeiro
Universidade Federal da Bahia

Rosemeire Maria Antonieta Motta Guimarães – Examinadora
Doutora pela Universidade Federal de Sergipe
Universidade Federal da Bahia

Adriana de Oliveira Santos – Examinadora
Mestranda no Programa de Pós-Graduação em Serviço Social
Universidade Federal da Bahia

AGRADECIMENTOS

Costumo dizer que algumas bênçãos vêm em forma de pessoas, e ao longo da minha trajetória, estive cercada por muitas que me ajudaram, criticaram, aconselharam, fortaleceram e permaneceram ao meu lado. Pessoas que atuaram como sombras em dias ensolarados e como aconchego em dias frios. Pessoas que me plantaram, regaram, adubaram, podaram e me incentivaram a crescer. Pessoas as quais, cada uma à sua maneira, construíram e atuaram na construção do chão que me trouxe até aqui. Assim, para evitar a injustiça de não mencionar alguém, optei por generalizações, mas, fazendo uso do bom baianês, afirmo que “quem é, sabe!”. Com isso, que cada um tome o que é seu por direito e, se você em algum momento, foi uma dessas pessoas, saiba que sou profundamente grata. Aos conhecidos e desconhecidos, meu muito obrigada!

Ao Alfa que também é o Omega, a quem é Digno por direito: agradeço ao meu Senhor, Deus e Pai, por me conceder o fôlego de vida e por sempre permanecer comigo, nutrindo-me, capacitando-me e conduzindo-me com Seu amor e justiça. Agradeço pela inefável atuação da Trindade Santa em minha vida; eu só sou porque Tu És, e contigo posso todas as coisas.

Assim como há um tempo determinado para todas as coisas, e assim como o número sete, que biblicamente representa a perfeição, agradeço ao Senhor, O qual esteve perfeitamente ao meu lado durante esses sete anos de uma graduação que, em tese, deveria durar quatro. Ao longo do processo eu reclamei, pensei em desistir, adoeci, me frustrei, sofri, mas no fim compreendi que Deus fez tudo apropriado para seu devido tempo, e hoje só tenho a agradecer.

Agradeço à Mainha, Painho e Tiffany (minha irmã) por absolutamente tudo, por todo o suporte que sempre me deram e por nunca terem desistido de mim. Obrigada por suportarem meus momentos de estresse, ansiedade, desânimo e por enfrentarem comigo todas as dificuldades ao longo da minha vida até aqui. Sem vocês, eu nada seria, e é por vocês que estou aqui.

Agradeço a meu Padrinho (*in memoriam*) e a minha Madrinha por sempre respeitarem minha personalidade e por me incentivarem a ser quem sou. Vocês não têm noção de como encheram minha vida de alegria e cuidado. Agradeço às minhas primas, que me proporcionaram uma infância incrível, banhada pelas águas da ilha de Itaparica. Obrigada a todos da minha família; onde quer que eu estiver e por onde quer que eu vá, levarei cada um comigo, pois nunca será somente sobre mim ou para mim. Muito foi depositado em mim, e

estou aqui para ser superada positivamente por todos aqueles e aquelas que virão após mim. Eu acredito em vocês. Posso ser a primeira em muitas coisas, mas, no que depender de mim, não serei a única.

Agradeço às bênçãos de Deus em forma de amizades, que compreenderam minhas ausências e demonstraram carinho por mim de diversas maneiras – seja ouvindo longos desabafos em forma de áudios, como também compartilhando risadas, batendo perna na Barra, ou simplesmente sendo presença silenciosa nos momentos em que o silêncio era tudo o que eu precisava; vocês sempre estiveram ao meu lado de maneiras que nunca esquecerei. Obrigada aos Improváveis, que acreditaram em mim mesmo quando eu duvidei, e saibam que eu acredito em cada um de vocês! O poder da amizade foi fundamental durante toda essa jornada. Todos são a prova de que Deus nos abençoa através das pessoas, e sou eternamente grata por cada um de vocês ter cruzado o meu caminho.

Agradeço a cada professora e professor que, desde o ensino fundamental, marcaram de forma significativa a minha trajetória estudantil. Vocês foram mais do que educadores; foram profissionais que acreditaram em mim e desempenharam um papel fundamental no meu desenvolvimento. Sou imensamente grata e almejo por mais respeito, valorização e melhores condições de trabalho para essa categoria de profissionais, sem os quais trajetórias como a minha dificilmente seriam possíveis.

Agradeço ao sonho de menina que se concretizou: a Universidade Federal da Bahia. Essa instituição me acolheu e foi minha segunda casa por longos anos. Obrigada por resistir em meio a tantos percalços e por lutar pela permanência de milhares de estudantes que, assim como eu, dificilmente conseguiriam concluir a graduação sem as políticas de permanência. Meu muito obrigada!

Agradeço às docentes do curso de Serviço Social da Universidade Federal da Bahia (UFBA), as quais, com muita competência ministraram suas aulas, e muito me inspiraram e continuam a inspirar. É uma honra poder afirmar que fui orientada por docentes tão competentes e comprometidas com a profissão. Vocês são diferenciadas.

Agradeço à minha orientadora Josimara Delgado, que por meio de seu comprometimento e conhecimentos compartilhados, me conduziu para a realização deste trabalho. Agradeço por ter acolhido meu tema, por toda a escuta sensível, por todo o rigor e cuidado na escolha dos referenciais teóricos, assim como pelo respeito com minha escrita e compreensão da importância deste tema para mim. Obrigada, prof^ª!

Agradeço a cada espaço proporcionado pela universidade, incluindo seminários, congressos, projetos e iniciativas, as quais contribuíram significativamente para o

enriquecimento da minha formação. Em especial, agradeço ao Núcleo de Estudos e Pesquisas em Gênero, Raça e Saúde (NEGRAS), o qual tive a honra de integrar como bolsista de iniciação científica, e ao longo de quase dois anos, fui contemplada não apenas com uma rica gama de experiências e conhecimentos, mas também fortalecida enquanto uma jovem mulher negra e periférica, ao conviver e poder aprender de perto com cada uma das integrantes.

Agradeço às assistentes sociais/supervisoras do meu campo de estágio por toda a gama de conhecimentos e experiências compartilhados, por me receberem tão bem e pelo privilégio de aprender com profissionais tão incríveis como vocês. Obrigada por cada crítica, e por todo o rigor, os quais foram cruciais para meu desenvolvimento. Cada uma de vocês desempenhou um papel único e essencial na minha trajetória, e sou imensamente grata por suas contribuições e pelo apoio que me ofereceram. Agradeço por terem sido parte fundamental deste percurso e por terem contribuído para que eu chegasse até aqui com mais conhecimento e mais preparada para a atuação profissional.

Agradeço também a cada um dos servidores, estagiárias de ensino médio e de psicologia, e funcionários do meu campo de estágio, que, ao longo de dois anos, me ensinaram muito além do que eu imaginaria ser possível em um estágio. Vocês foram fundamentais para o meu amadurecimento, tanto profissional quanto pessoal. Muito obrigada!

Agradeço aos meus colegas de graduação, além do curso de Serviço Social, que floriram meus dias ao longo desses anos, sendo companhias tanto nos momentos tristes quanto nos alegres. Vocês me respeitaram, me ensinaram sobre muitas coisas, principalmente sobre diversidade e enriqueceram minha jornada acadêmica. Obrigada por todo o apoio, também devo este trabalho de conclusão de curso a vocês, pois, dificilmente ele existiria da forma como existe sem a ajuda de vocês. Obrigada por estarem ao meu lado nas nossas aventuras nos inúmeros coletivos que compartilhamos, pelos micos em público, pelas birras, pelos choros em dupla, pelos almoços no RU, pelas orações, pelos abraços, pelos sorrisos e, principalmente, pela presença de cada um/a de vocês. Vocês são incríveis, e é uma imensa honra saber que convivi com cada um/a. Vocês me inspiram, e eu me vejo em vocês. Ubuntu.

Por fim, independente do que o futuro me reserve, aos que permanecem e aos que descansam, levarei todos vocês comigo. Dito isso, finalizo agradecendo à Abiradira Mendes (minha vó), Elias dos Santos (meu avô), Roberto Carlos (meu padrinho), Manoel Bahia (tio-avô), Almerinda Evangelista (tia-avó), Wendell, Felipe, William e Michel.

Na imensidão dos sentimentos, me faltam palavras.

Eu estive aqui.

Obrigada.

No esconderijo do Altíssimo e à sombra do Onipotente/ Andando sobre a terra e vivendo sob o sol, as minhas raízes, eu balanço/ E nesse momento, uso do meu talento para ser boa nova todo tempo / Para ser o sonho dos meus pais, que eram sonhos dos avós, que eram sonhos dos meus ancestrais. É o sonho na forma do primeiro diploma /Para ser como a árvore plantada junto a ribeiros: dá fruto no tempo certo e as suas folhas não murcham /tudo o que faz prospera / E os frutos servirão de alimento e as suas folhas, como remédio.

(Salmo 1.3; Edson Gomes; Emicida, Ivete Sangalo; Ezequiel 47:12)

DOS SANTOS, Estéfane Paula. **Reconhecimento de paternidade: um olhar sobre a figura paterna a partir da construção da masculinidade negra no Brasil**. Orientadora. Profa. Dra. Josimara Aparecida Delgado Baour. 95 f. 2024. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Serviço Social) - Instituto de Psicologia, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2024.

RESUMO

O presente trabalho tem como objetivo analisar a paternidade no contexto da masculinidade negra no Brasil, compreendendo como a construção sócio-histórica desse fenômeno influencia a percepção e o comportamento dos homens negros em relação à paternidade. A partir das observações realizadas durante o estágio supervisionado no campo do Ministério Público do Estado da Bahia, foi percebida a presença majoritária de homens negros envolvidos no procedimento de reconhecimento de paternidade. Neste contexto, este trabalho foi elaborado através de pesquisa bibliográfica e entrevista qualitativa, analisando de forma crítica as dinâmicas de poder e exclusão social que moldam a masculinidade negra e o impacto desse fenômeno, especialmente no que diz respeito à paternidade. A análise também resgata o contexto histórico da masculinidade negra no Brasil, destacando a relação entre racismo estrutural e paternidade. Conclui-se, a partir da análise dos relatos obtidos, que a masculinidade negra no Brasil é marcada por contradições que frequentemente resultam na invisibilidade dos desafios enfrentados pelos homens negros em diversas áreas de suas vidas, incluindo o exercício da paternidade. Assim, este estudo ressalta a importância de ampliar o debate sobre masculinidade e paternidade negra, visando contribuir para a promoção de transformações nas relações sociais, principalmente no que diz respeito à emancipação dos homens negros.

Palavras-chave: Racismo estrutural. Masculinidade negra. Paternidade negra.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1	Fluxograma de atendimento atual do Serviço Social do CAOCIFE.....	39
Tabela 1	Dados dos entrevistados.....	43

LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

CAOCIFE	Centro de Apoio Operacional das Promotorias de Justiça Cíveis, Fundações e Eleitorais
CF	Constituição Federal
DNA	Deoxyribonucleic Acid/Ácido Desoxirribonucleico
ECA	Estatuto da Criança e do Adolescente
FIOCRUZ	Fundação Oswaldo Cruz
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IDEA	Sistema Integrado de Dados, Estatística e Atuação do Ministério Público do Estado da Bahia
HIV	Human Immunodeficiency Virus/Vírus da Imunodeficiência Humana
IBDFAM	Instituto Brasileiro de Direito da Família
ISTS	Infecções Sexualmente Transmissíveis
MP	Ministério Público
MPBA	Ministério Público do Estado da Bahia
NUPAR	Núcleo de Promoção da Paternidade Responsável
PPF	Programa de Planejamento Familiar
UFBA	Universidade Federal da Bahia

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO.....	1
2. MASCULINIDADE NEGRA COMO UMA CONSTRUÇÃO SÓCIO-HISTÓRICA...2	
2.1 MASCULINIDADE NEGRA NO BRASIL.....	16
3. O HOMEM NEGRO E A PATERNIDADE RESPONSÁVEL.....	24
4. MASCULINIDADE E PATERNIDADE NA VOZ DOS HOMENS NEGROS.....	34
4.1. O CAMPO DE PESQUISA: O MINISTÉRIO PÚBLICO E A PATERNIDADE RESPONSÁVEL.....	34
4.2 HOMENS NEGROS: VIVÊNCIAS, AFETOS E PATERNIDADES.....	42
5. CONCLUSÃO.....	70
REFERÊNCIAS.....	74
ANEXOS.....	80
APÊNDICES.....	81

1. INTRODUÇÃO

A construção da masculinidade negra no Brasil é um processo complexo, moldado por séculos de opressão, racismo e exclusão social. Ao longo da minha experiência de estágio supervisionado no Ministério Público do Estado da Bahia (MPBA), mais especificamente no setor de Serviço Social da Promotoria de Justiça de Famílias, junto à Secretaria Processual e Administrativa de Família (antigo Núcleo de Promoção da Paternidade Responsável - NUPAR), pude observar de perto as complexidades que envolvem a paternidade entre os homens negros na cidade de Salvador e regiões próximas.

Através do projeto institucional Paternidade Responsável, que possui como finalidade assegurar o direito à filiação de crianças e adolescentes, os homens sinalizados enquanto pais pelas usuárias do serviço são requisitados à comparecer na Instituição, a fim de tratar de uma *suposta* paternidade¹ de crianças e adolescentes.

Apesar disso, ainda que a instituição vise sobretudo os direitos de crianças e adolescentes, pude observar uma complexa e dicotômica situação social: a maioria dos homens que são sinalizados pelo projeto são negros e pobres. Nesse sentido, embora possam atuar enquanto opressores em suas relações familiares e amorosas, esses homens vivenciam um longo processo de violação de direitos dentro de uma sociedade que lhes nega oportunidades mínimas e direitos fundamentais.

Assim, compreende-se que a paternidade, aqui posta no contexto de homens negros, não pode ser compreendida sem considerar as dinâmicas de poder e exclusão que permeiam a sociedade brasileira. Pois, ao mesmo tempo em que esses homens usufruem de certos privilégios e concessões atribuídos ao gênero masculino, eles sofrem com as consequências dessa mesma lógica, de exclusão, punição e em alguns casos até a morte.

Durante o estágio, a reflexão de que os homens negros são os mais frequentes no projeto levantou constantes questionamentos sobre as razões por trás dessa realidade. Por que os homens negros são tão frequentemente associados ao abandono parental, enquanto pouco se fala sobre os homens brancos que também se ausentam de suas responsabilidades?

Nesse sentido, este trabalho propõe uma análise crítica da masculinidade negra no Brasil, com um recorte específico de raça e classe, buscando compreender as influências

¹ “Suposta” porque este é o termo utilizado enquanto o exame de DNA não comprova a paternidade, além dos casos em que o teste de DNA resulta em negativo, apontando que muitos homens que são requisitados a comparecer aos atendimentos, não são os pais das crianças/adolescentes. Isso traz um assunto no qual será discutido ao longo deste trabalho, que é a falta de cuidado com seus corpos tão presente entre os homens negros, afinal a maioria dos homens admitem que não usaram preservativos nas relações sexuais, justificando a dúvida quanto à paternidade. Tal negligência com seus corpos e corpos alheios acarreta no risco de não só gerar um filho não planejado, mas também contrair infecções sexualmente transmissíveis (ISTs) e contaminar outras pessoas – neste caso, mulheres, já que a maioria dos homens atendidos são heterossexuais.

históricas e sociais que moldam o comportamento dos homens negros em relação à paternidade.

A partir de uma abordagem que considera o projeto ético-político do Serviço Social, este trabalho visa contribuir para a promoção de reflexões e possíveis avanços quanto à percepção e comportamento dos homens negros em relação à paternidade, enfatizando a importância da presença paterna no desenvolvimento dos filhos e no próprio crescimento pessoal dos pais, bem como promover um debate mais amplo e inclusivo sobre o assunto.

Logo, a reflexão proposta neste trabalho não se limita a responsabilizar individualmente esses homens pelo abandono parental, mas busca evidenciar que, tal problemática está intrinsecamente ligada às condições sócio-históricas e à formação da sociedade brasileira, que moldam e influenciam as atitudes dos homens negros, ultrapassando questões individuais.

Em vista de contribuir para o fomento de maiores pesquisas e intervenções acerca da temática, realizei entrevistas com homens que passaram por atendimentos no referido projeto, minha intenção foi oferecer-lhes escuta, permitindo que compartilhassem suas histórias, dores, culpas e reflexões. Através de suas narrativas, foi possível evidenciar como a masculinidade se manifesta de maneiras diversas e muitas vezes contraditórias.

Assim, considerando o tempo voluntariamente despendido dos participantes da entrevista para o presente trabalho, fiz a escolha de não utilizar o “[sic]” para pontuar possíveis inconsistências gramaticais ou de termos, respeitando as diferentes formas de linguagem, que, de certa forma, são reflexos de suas histórias de vida.

Além dessas considerações introdutórias, o trabalho está estruturado em três capítulos. O primeiro aborda a construção sócio-histórica da masculinidade, seguindo para o segundo capítulo que tem enfoque na construção da masculinidade negra, enfatizando o contexto brasileiro, e o terceiro discute a paternidade negra a partir da perspectiva de homens negros. Por fim, a conclusão apresenta algumas propostas sobre o tema e suas implicações para o Serviço Social, buscando contribuir também para o fortalecimento da comunidade negra e a emancipação de seus indivíduos, neste caso, homens negros.

2. MASCULINIDADE NEGRA COMO UMA CONSTRUÇÃO SÓCIO-HISTÓRICA

Conforme o Michaelis Dicionário Brasileiro da Língua Portuguesa (Michaelis Online), a palavra *masculinidade* é definida como “atributo de masculino ou másculo”, tendo como sinônimo a virilidade, representando uma série de símbolos que são comumente utilizados como o padrão a ser esperado dos homens, como a força, coragem, postura enérgica, robustez,

espírito de liderança e outros. Já o sociólogo Pedro Paulo de Oliveira (2004) traz que o termo masculinidade foi criado em meados do século XVIII, atendendo aos preceitos científicos que buscavam explicitar detalhadamente as diferenças entre os sexos.

Nesse sentido, Bell Hooks (2020) explicita como a ética da dominação foi arraigada em nossa sociedade influenciando diversas áreas de nossas vidas, fazendo uma separação entre os que têm poder e consequentemente direito de dominar, e os que não tem, sendo assim, dominados.

Entendimentos e interpretações acerca de princípios oriundos do cristianismo também influenciaram grande parte das posturas de homens ao longo da formação da sociedade, ao passo em que se valeram de ensinamentos da fé cristã nos quais atribuem ao homem o lugar do “cabeça” e provedor, fazendo referência a Cristo na sua relação com a Igreja. Essas referências são utilizadas por muitas vezes para fundamentar e justificar posturas que historicamente foram normalizadas como o lugar ideal do homem, mas que atualmente são interpretadas como sexistas e ríspidas.

Ainda na primeira infância é possível perceber as manifestações desse ideal masculino na criação e socialização despendida aos filhos meninos, sendo ensinados – até mesmo por suas mães – a se portarem de forma mais séria, a almejarem lugares de poder, e até mesmo, em alguns casos, a não realizarem tarefas domésticas, pois *tal lugar* é ocupado pelas meninas. Com isso, evitam até brincadeiras que envolvam bonecas e cuidados ao lar, indo de encontro a uma educação antissexista, conforme apresenta Bell Hooks (2020) ao dizer que:

Uma das principais dificuldades que pensadoras feministas encaravam quando confrontavam o sexismo na família era o fato de, com muita frequência, mães transmitirem o pensamento sexista. Mesmo nos lares onde não havia um pai presente, as mulheres ensinavam, e ensinam, pensamentos sexistas para as crianças. De maneira irônica, várias pessoas pressupõem que qualquer lar é automaticamente matriarcal quando a mulher é chefe de família. Na realidade, mulheres chefes de família na sociedade patriarcal, com frequência, sentem-se culpadas pela ausência de uma figura masculina e ficam hiperatentas à comunicação de valores sexistas para as crianças, principalmente para os garotos. (p. 110)

Esse fenômeno também ocorre na adolescência, um importante período do processo de desenvolvimento do indivíduo. Aqui, o “atestado” de masculinidade dos jovens ocorre com a quantidade de “ficadas” que se colecionam, como se fossem conquistas a serem expostas e as mulheres como troféus a serem exibidos. A tal virilidade sexual é posta à prova através de posturas desprendidas de compromissos, seja nas relações e em alguns casos nos estudos, assim como no quanto de trabalho esses jovens desenvolvem. Por meio disso, a identidade do homem passa a ser moldada para um lugar específico, no qual se faz chão para as relações e

vivências que terá a partir da fase adulta. Desta forma, constituem assim o “sexo do poder”, sendo os maiores nas lideranças.

Michael S. Kimmel (1998), em seu artigo que trata sobre masculinidades hegemônicas e subalternas, evidencia aspectos presentes na formação da masculinidade tal como a que conhecemos hoje. Com isso, ele conta que no decorrer da história, modelos e formas de masculinidade foram formados e adotados. No final do século XVIII nos Estados Unidos e em parte da Europa, dois modelos se tornaram hegemônicos, um no qual o homem aparecia como um indivíduo ligado às terras, cordial e presente na sua família, e em contraste, a figura do homem artesão, forte e dono de negócios, que se preocupava em passar suas técnicas e ofícios aos seus filhos homens.

Entretanto, as mudanças societárias ocorridas no século XIX exerceram forte influência na formação da identidade dos homens. Mario Júnior (2017, p. 98) diz que: “A masculinidade tomada como fruto de um processo de mudança do medievo para a modernidade serviria como uma nova bússola, ainda que com peças antigas, para as novas relações sociais” .

Nesse sentido, no contexto da Revolução Francesa, como forma de provar o seu “sexo forte”, os homens se viram na necessidade de se mostrarem cada vez mais viris, provando sua masculinidade a partir do mercado. Contudo, isso custou-lhes o tempo com a família e deu palco para uma realidade de competição e instabilidade, situação que encontra respaldo na argumentação de Marx (1987, p. 30) ao falar que “o modo de produção da vida material condiciona o processo em geral de vida social, político e espiritual. Não é a consciência dos homens que determina o seu ser, mas, ao contrário, é o seu ser social que determina a sua consciência”.

Desta forma, os padrões foram se consolidando para evidenciar tal masculinidade, sendo expressos pela formação de um autocontrole no qual o homem deve reprimir determinadas manifestações de seu corpo, como as emoções, e demonstrar a força através de grandes músculos, como vistos nos *bodybuilders*. Além disso, a construção da masculinidade é também percebida por meio da relação de domínio dos homens com a natureza, provando para outros homens tal domínio, como a inserção no exército, por exemplo.

Já nos contextos societários que atravessam o Brasil, houve algumas diferenças nas práticas de valorização e confirmação da masculinidade, dentre as quais três são destacadas. No regime do Brasil Colônia, a valorização masculina dos cavaleiros de Portugal se dava a partir do esforço empregado do que pela força física, o que evidencia Bicalho (2013 *apud* Júnior, 2017) ao dizer que quando os homens escreviam ao Rei, enfatizavam seus feitos e não

a força física. Na sociedade do Antigo Regime português, a força estava ligada a trabalhos manuais, considerados inferiores e desonrosos devido ao seu caráter humilde. Assim, essas atividades eram vistas como desabonadoras para os homens que as realizavam.

Outro aspecto visto nesse período, foi a valorização da violência sobre o seu próprio corpo através de marcas que evidenciavam batalhas passadas, assim: “ao focarem as marcas e as cicatrizes, os homens enfatizavam tacitamente uma vivência passada e, com isso, comportamentos masculinos específicos, como a luta em prol do Soberano” (Júnior, 2017, p. 100). Por fim, um terceiro elemento se configurou como uma junção dos dois anteriores, ao passo que, para os jovens serem reconhecidos socialmente como homens, caberia a prova por meio do ritual de passagem de um guerreiro, sendo então submetidos a lutas em prol do Rei.

A lógica que evidenciamos no Brasil Colônia apontava para uma funcionalidade da instituição da cavalaria aonde o menino se tornava guerreiro para, posteriormente, ser reconhecido socialmente como homem entre os seus pares, haja vista que esse reconhecimento viria das suas experiências enquanto soldado/guerreiro. (Júnior, 2017, p. 15)

Ao tratar sobre como ocorreu o processo de construção e solidificação de um modelo de masculinidade, Kimmel (1998) evidencia que esta se firmou na premissa de fixar um padrão muito bem predisposto de homem, a saber: branco, europeu, civilizado, racional e heterossexual. À medida que mais posições de poder, liderança e controle foram atribuídas aos homens, isso significava o exercício desse poder e domínio sobre todos aqueles que não se encaixam nesse padrão:

[...] novos imigrantes europeus também foram somados à lista de outros subalternos. Os irlandeses afirmaram a sua reivindicação de masculinidade tornando-se “brancos” – estes que há muito eram vistos como não sendo de uma raça pura na Bretanha – os irlandeses assumiram um racismo cáustico enquanto comandavam uma reivindicação da classe trabalhadora contra o “salário escravo”. Os italianos também eram vistos como passionais demais e voláteis para possuírem realmente o autocontrole masculino. Os judeus eram demasiadamente almofadinhas, intelectualizados e miúdos para serem homens. Hoje em dia, os asiáticos é que são também vistos como pequenos demais, demasiadamente gentis, moles, sem pêlos e afeminados, ao mesmo tempo que são monstros selvagens, torturadores bárbaros e cruéis, despreocupados com a vida humana, como vimos na propaganda racista durante as guerras dos Estados Unidos contra o Japão, Coréia e Vietnã. (p. 115)

Esse modelo bem estabelecido não apenas transformou o comportamento dos homens na sociedade, mas também impactou a própria estrutura social. À medida que mais posições de poder, liderança e controle foram atribuídas aos homens, isso significava o exercício desse poder e domínio sobre aqueles que não se encaixavam nesse padrão: o homem iluminista, branco, europeu, civilizado, racional e heterossexual.

Nesse sentido, por se constituir algo complexo, por volta da década de 1970, as masculinidades começaram a se tornar alvo de estudos, o que nesse sentido Elisabeth Badinter (1993) pontua que:

A década de 1970, que vê nascer os primeiros trabalhos científicos sobre masculinidade, tem o tom da paixão que sempre acompanha as denúncias. Há uma espécie de alegria excessiva em questionar a norma e mostrar todas as contradições a que ela submete o macho humano. Mas ao prazer da denúncia e da destruição do modelo sucedeu, nos anos 80, um período de incerteza carregada de angústia. Mais do que nunca o homem é um problema a ser resolvido, e não algo dado. (p. 5)

E, através de análises, debates e indagações sobre as relações sociais, começou-se a perceber que não dava para se falar em uma única masculinidade, mas sim de *masculinidades*, afinal, os indivíduos são diversos, e nesta altura do debate já se considerava a diversidade humana em vários âmbitos. Nesse sentido Fábio Oliveira (2015) diz que:

masculinidades são processos variados e fluidos de constituição de sujeitos, baseados em atributos simbólica e imaginariamente relacionados ao homem, seja no que diz respeito à sua construção de gênero e/ou sexualidade, seja no que diz respeito à sua formação corporal, em oposição aos atributos simbólica e imaginariamente relacionados à mulher. (p. 83)

A partir destas análises, começou-se a entender também que a forma como a masculinidade estava sendo tratada trazia consequências não somente para mulheres, como também para os próprios homens, já que, ao se portarem como fortes, seguros de si, evitando demonstrações de fraqueza e de certos afetos, muitos homens alcançaram, e alcançam, níveis de sobrecarga mental e até mesmo física, juntamente com o risco de doenças, tudo em nome da manutenção de um modelo de masculinidade a ser seguida.

Sendo assim, a tão debatida “masculinidade tóxica” que, dentre muitos aspectos, se manifesta através das elevadas taxas de violência, principalmente contra mulheres e LGBTQs, assim como através da ausência de cuidados com seus próprios corpos e seus semelhantes – como o abandono paterno –, e se constitui tal como um vírus letal não só para aqueles que por ele são contaminados, mas como também para o seu próprio hospedeiro.

Segundo dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2020), coletados na Pesquisa Nacional de Saúde, 69,4% dos homens procuraram um psicólogo em 2019. Conforme o Boletim Epidemiológico nº 33 do Ministério da Saúde:

homens apresentaram um risco 3,8 vezes maior de morte por suicídio que mulheres. Entre homens, a taxa de mortalidade por suicídio em 2019 foi de 10,7 por 100 mil, enquanto entre mulheres esse valor foi de 2,9. (...) homens apresentam um maior risco de morte por suicídio em relação às mulheres. Não obstante, mulheres apresentam maiores prevalências de ideação e tentativas de suicídio. (Brasil, 2021)

Tais dados mostram que além dos múltiplos e complexos fatores por detrás do suicídio, em decorrência da masculinidade que é pautada no másculo, para os homens, até assumir a vontade da morte se torna um fardo. Dessa forma, é evidente que tal modelo de masculinidade, formado historicamente e ainda ocupante de um lugar hegemônico da sociedade, tem trazido consigo uma série de consequências estruturais e complexas e, em decorrência disto, configura o Brasil como um país machista.

Uma pesquisa realizada no Brasil (Poder360, 2023) mostra que 83% dos homens entrevistados alegam haver machismo no país, mas somente 11% se identificam como tal. Isso evidencia a problemática da questão e a urgência da ampliação dos debates, de forma a não eximir os homens de seus erros e até mesmo crimes, mas sem deixar de enxergá-los como vítimas de si mesmos e acima de tudo de uma problemática que se apresenta como estrutural e enraizada em nossa sociedade.

Assim, como dito, não podemos considerar uma única forma de masculinidade, e isso também é necessário ser considerado quando tratamos de homens negros, afinal, os homens negros foram historicamente vistos duplamente como “não homens”, sendo submetidos a um lugar de brutalidade, ao mesmo tempo em que, dada as condições de vida, não conseguiam gerir sua própria existência.

Nesse sentido Michael S. Kimmel (1998, p. 114) expõe que “os escravos negros eram vistos como homens dependentes e indefesos, incapazes de defender as suas próprias mulheres e crianças, incapazes de sustentar uma família e completamente “escravos” de seus próprios desejos carnavais e da violência bestial”.

Ao passo em que os desafios do homem branco eram de afirmar sua masculinidade a partir do padrão construído e firmado socialmente por eles mesmos, aos homens negros recaiu a necessidade de não só comprovar sua masculinidade, mas sobretudo lutar por sua humanidade. Haja vista, historicamente falando, em decorrência da escravidão, os homens negros foram retirados brutalmente de seus contextos de vida, e sujeitados a subvida. Dessa forma, pontua Silvio Almeida (2020) que:

Do ponto de vista intelectual, o iluminismo constituiu as ferramentas que tornaram possível a comparação e, posteriormente, a classificação, dos mais diferentes grupos humanos com base nas características físicas e culturais [...] Com a Revolução Haitiana, tornou-se evidente que o projeto liberal-iluminista não tornava todos os homens iguais e sequer faria com que todos os indivíduos fossem reconhecidos como seres humanos. (p. 26-27)

Assim, ao mesmo tempo que são atravessados pelas influências do machismo na formação da personalidade, tal como os homens brancos, os homens negros são também

atravessados por questões que lhe são particulares desde antes do seu nascimento. Afinal, muitas mães negras não possuem condições financeiras mínimas durante a gravidez e/ou durante a maternagem, sendo, desta forma, o indivíduo negro histórica e cotidianamente um sujeito que é concebido e gerado em um contexto de desigualdade, e, nesse sentido, cresce buscando e lutando pela sobrevivência.

Deste modo, em um país que possui 48,5% de homens (IBGE, 2022), sendo 55% de sua população total composta por negros, enquanto soma de pardos e pretos (Dieese, 2022), é preciso, em debates que giram em torno da masculinidade, considerar a existência do racismo estrutural que é discutido por Almeida (2020) ao dizer que:

o racismo - que se materializa como discriminação racial - é definido por seu caráter sistêmico. Não se trata, portanto, de apenas um ato discriminatório ou mesmo de um conjunto de atos, mas de um processo em que condições de subalternidade e de privilégio que se distribuem entre grupos raciais se reproduzem nos âmbitos da política, da economia e das relações cotidianas. (p. 24)

Assim, antes dos homens negros serem lidos e vistos como homens, eram e são vistos somente enquanto negros, e negros em uma sociedade que ainda é influenciada pela ideia de embranquecimento e inferioridade da raça, logo, tais homens precisam lutar para serem considerados e respeitados enquanto seres humanos, e muito mais ainda enquanto cidadãos. Dessa forma, o racismo se manifesta em várias áreas da sociedade, afetando a forma como o negro se vê e se relaciona consigo mesmo e com os demais. Nas palavras de Rocha (2019):

a identidade do homem negro é construída através do reconhecimento e representação que a sociedade e o estado fazem do corpo negro, ou seja, os discursos jurídicos, sociais e políticos que estigmatizam o homem negro constroem e aprisionam a sua subjetividade. (p. 49)

Destarte, tais homens são atravessados por violências estruturais e negligências contra seus corpos, concomitante com a realidade de conviverem com a necessidade de sobreviver ao combate incessante por suas existências. Tal combate, travado a partir de inúmeros mecanismos, possuindo a omissão enquanto um dos mais poderosos juntamente com a convivência do risco constante de morte, sendo a marca central da Necropolítica conforme apresentada por Achille Mbembe. (2018)

No contexto da sociedade colonial, há uma construção da masculinidade marcada por estereótipos acerca do homem negro e da forma deste experienciar a sua masculinidade (Barreto, 2022), limitando-o a lugares pré-estabelecidos, os quais quase sempre relacionam-se a objetificação, estranhamento e hipersexualização, fatores que impactam na sua subjetividade e nas suas relações sociais.

Nesse sentido, é fundamental levar em consideração os antecedentes históricos que marcam a construção do homem negro enquanto sujeito para refletir e argumentar sobre a forma como ele exerce a sua masculinidade, análise esta que pode se configurar como mais um elemento para descobrir fatores que levam homens negros a agirem tal como a lógica patriarcal que ainda rege a nossa sociedade.

Tal perspectiva, encontra respaldo no materialismo histórico-dialético (Netto, 2011), contribuindo com uma análise das relações do cotidiano, não a partir delas por elas mesmas, mas considerando todo o contexto histórico por detrás dos fatos, e com isso, tomando como base a totalidade dos fenômenos, os quais são influenciados pelo sistema que rege a sociedade, que neste caso, é o capitalista.

Importantes intelectuais do feminismo negro como Bell Hooks (2020) e Grada Kilomba (2019), bem como outros intelectuais do movimento negro como Frantz Fanon (2008), lançam caminhos para uma abordagem em relação ao homem negro que não vise reproduzir o que já é visto costumeiramente, como mais exclusão e afastamento, mas sim objetivando construir estratégias rumo a descolonização desses homens, o que certamente reflete no povo negro como um todo e consequentemente na sociedade brasileira, composta em sua maioria por negros.

Muito se fala sobre o homem negro, sobre quem ele é, o que ele faz, e o que se espera dele. Isso é visto nos relacionamentos amorosos, nos quais – ainda que inconscientemente - espera-se dele o machismo exacerbado, infidelidade e principalmente uma sexualidade ativa e insaciável. Ao falar sobre isso, Grada Kilomba (2019) expõe que o historicamente o sujeito branco atribui ao negro tudo quanto não quer se relacionar, só o fazendo quando lhe é conveniente:

O sujeito negro torna-se então tela de projeção daquilo que o sujeito branco teme reconhecer sobre si mesmo, neste caso: a ladra ou o ladrão violenta/o... maliciosa/o. (...) No mundo ocidental branco, o sujeito negro é identificado como o objeto “ruim”, incorporando os aspectos que a sociedade branca tem reprimido e transformando em tabu, isto é, agressividade e sexualidade. (p. 37)

Nas favelas, já nos primeiros anos da infância, percebe-se pouca expectativa quanto ao bom e sadio desenvolvimento de meninos negros, e em não poucos casos já se esperam que nem alcancem a maioridade. No ambiente escolar e profissional, esperam deles a pior performance; a falta, o incompleto e o mal feito. Em inúmeros espaços que o homem negro tem a oportunidade de adentrar, ele, por ser quem exatamente é – negro – se espera o pior. É o que nos diz, Abdias do Nascimento: “E assim temos, diante dos olhos, uma radiografia a mais da famigerada “democracia racial”, em cujo contexto o homem negro e a mulher negra

só podem penetrar de forma sub-reptícia, pela porta dos fundos, como criminoso e como prostituta.”.

Tal realidade, como também aponta Nascimento (2015) só está obscurecida para aqueles que, ou estão em intensa alienação, ou para aqueles que possuem interesse em não querer ver. Nesse sentido, é importante considerar a filosofia africana Ubuntu a qual, nas palavras de Cavalcante (2020):

fundamenta-se em uma ética da coletividade, representada principalmente pela convivência harmoniosa com o outro e baseada na categoria do “nós”, como membro integrante de um todo social. (...) A Filosofia Ubuntu resgata a essência de ser uma pessoa com consciência de que é parte de algo maior e coletivo. Para isso, de acordo com os fundamentos da Filosofia Ubuntu, somos pessoas por meio de outras pessoas e que não podemos ser plenamente humanos sozinhos, sendo feitos para a interdependência. (p. 184)

Portanto, quando o homem negro passa a reproduzir a violência que ele próprio enfrenta, devolver-lhe essa mesma violência, que historicamente e sistematicamente atinge toda a população negra, não pode ser vista como uma solução válida – ou sequer a melhor – para as problemáticas que giram em torno da masculinidade negra.

A partir do momento que criamos espaços que possibilitem diálogos com os homens negros e a partir destes, tal postura é uma forma de emancipá-los, de mostrar que, diferente do corriqueiro, eles possuem espaço e voz dentro da comunidade negra, que podem ser ouvidos bem como falar abertamente de suas dores, receios, anseios e conquistas, afinal, no ato de permitir falar, construímos pontes para empoderar:

Não é que nós não tenhamos falado, o fato é que nossas vozes, graças a um sistema racista, têm sido sistematicamente desqualificadas, consideradas conhecimento inválido; ou então representadas por pessoas brancas que, ironicamente, tornam-se “especialistas” em nossa cultura, e mesmo em nós. (Grada Kilomba, 2019, p. 51)

Assim, criar estratégias para que os homens negros falam de si e por si, e ouvir o que possuem a dizer, é um ato político ao passo que reforça não só suas identidades individuais, mas de todo o povo. É contribuir na construção da masculinidade negra desprendida das amarras do racismo, traçando caminhos para a construção dos homens negros enquanto sujeitos de si e pertencentes a uma comunidade que não possuem medo de suas vivências, mas as acolhe. É não os relegar à posição de “Outros” ou os enxergar como tal², entendendo que tais homens podem não possuir as mesmas dores que as mulheres negras, mas justamente por serem negros, possuem dores as quais encontram suas raízes na escravização que esvaziou e roubou aspectos fundamentais da história e identidade de todo o nosso povo.

² (*ibid*, 2019)

É importante salientar que o intuito da discussão não é trazer uma visão romantizada de todo o processo e temática, pois não se trata de ignorar os dados que apontam violências cometidas por homens negros, por vezes contra mulheres negras, mas sim de falar da socialização do homem negro para além do modelo de masculinidade ainda hegemônico.

Afinal, tal escrita baseia-se primeiramente em uma alienação que atinge homens negros de forma direta, mas que indiretamente impacta profundamente nos filhos gerados e nas mulheres que se veem na situação de mães solas a partir da postura de homens negros na negação acerca da paternidade.

Com isso, o caminho de contribuir para a emancipação dos homens negros, não é e nem deve se caracterizar como mais uma obrigação lançada sobre os ombros das mulheres negras, mas sim, um trabalho que vai para além do individual, sendo um trabalho em conjunto, em comunidade, cujo ponto de partida e sujeito central da ação é o próprio homem negro, atribuindo a estes não um sentido de culpabilização por questões que são históricas e estruturais, mas visando a criação de meios cujo objetivo é a emancipação deste indivíduos.

Desta forma, se não considerarmos as mulheres negras como ponto central neste debate, não há que se considerar também quando se trata de solucionar o problema, correndo o risco de agir na mesma linha que historicamente atribui a estas o lugar de servidão e resolução de problemas, e problemas estes que por vezes ninguém quer resolver.

Neste debate, ainda tratando da força e importância da comunidade, não devemos ignorar o papel do Estado, afinal, é este Estado que nega oportunidades – quiçá nem as cria – e nega aos homens negros o direito básico de toda nação, que é a cidadania. Afinal, em termos materiais, o homem negro pode até ser considerado um cidadão brasileiro, mas, quando a Constituição Federal de 1988 (Brasil, 1990) aponta abertamente os direitos inerentes aos seus cidadãos e na prática tais direitos não se efetivam quando trata-se de homens negros, tal realidade constitui-se como uma negação da cidadania.

Quando estrangeiros possuem mais respeito que um homem negro no Brasil, isso é negar a cidadania; quando a maior taxa de desemprego é da população negra, isso é negar a cidadania; quando a maior taxa de habitações insalubres, de falta de segurança e demais índices que revelam a desigualdade em nosso país apontam para a população negra, isso é negar a cidadania.

A situação que acomete historicamente a população negra é tão estrutural, que retira destes a possibilidade de cumprirem deveres básicos, como o pagamento de uma conta de luz. Destarte, tal postura de negação de direitos, o que inclui mecanismos de subsistência, é um

reflexo direto da necropolítica (Mbembe, 2018) e da contradição da abolição da escravidão e do genocídio do povo preto, o que Nascimento (2015, p. 82 e 88) vai dizer que:

O país obtivera em 1822 uma independência apenas formal, permanecendo sua economia, sua mentalidade e cultura, dependentes e colonizados. (...) Que esta ideia da eliminação da raça negra não constituía apenas uma teoria abstrata, mas, calculada estratégia de destruição, está claro, nos argumentos do mesmo *teórico*, na explícita sugestão de deixar os afro-brasileiros propositalmente indefesos: “expostos a toda espécie de agentes de destruição e sem recursos suficientes para se manter.” *Grifo nosso.*

E, ao falar sobre a relação dos sujeitos negros com a condição imposta pelo regime vigente, Nascimento (2015) diz que:

Eles recorreram a várias formas de protesto e recusa daquela condição que lhes fora imposta, entre as quais se incluíam o suicídio, o crime, a fuga, a insurreição, a revolta. O afrodescendente escravizado praticou, ainda, a forma não violenta ou pacifista de manifestar sua inconformidade com o sistema. Foi o mais triste trágico tipo de rejeição – o banzo. O africano era afetado por uma patética paralisação da vontade de viver, uma perda definitiva de toda e qualquer esperança. Faltavam-lhes as energias, e assim ele, silencioso no seu desespero crescente, ia morrendo aos poucos, se acabando lentamente. (p. 70-71)

E, tal situação vivenciada na escravidão brasileira, poderia ser aqui retratada como algo já superado, entretanto não é isso que mostram os dados emitidos pelo Atlas da Violência 2023 (Atlas da Violência, 2023) juntamente com o Anuário Brasileiro de Segurança Pública 2024 (Fórum Brasileiro de Segurança Pública, 2024), os quais apontam que os homens negros tanto são a maioria nos presídios, como os que mais morrem.

Com isso, é necessário olhar para a situação do homem negro para além do âmbito individual, mas sim do coletivo, considerando a estrutura na qual a sociedade foi construída e se mantém até o presente momento. Pois, é necessário considerar as negações e omissões direcionadas aos homens negros e a sistemática violência que sempre foi apresentada a essa população, seja na violência ao falar, no agir e no não ouvir e nem se importar. Trazendo sobre suas vidas, desde cedo, a necessidade de sobrevivência, seja como for, e custe o que custar, não tendo tempo para sonhar.

Ao tratar sobre assuntos que envolvem direta e indiretamente homens negros, é necessário considerar a forma como a sociedade os enxerga e sempre os enxergou, a começar pela realidade de que este, antes de tudo, precisa conquistar seu lugar enquanto homem, sendo a sua raça/etnia um fator que historicamente o afasta dos privilégios do seu gênero. E, nesse sentido, os homens negros são sujeitos a múltiplas violências, seja nas dificuldades da construção de sua identidade e autoestima, a qual o *rapper* baiano Baco Exu do Blues (2022), em um dos versos de sua música intitulada “Autoestima” irá expor – assim como o faz em

outras músicas – alguns dos dilemas de um homem negro e as estratégias utilizadas para tentar driblar tudo isso:

Tantas dores que eu tentei esconder / Queria tudo, me disseram: Isso não é pra você / Julgamentos nos fizeram perder / Livre demais pra quem não é, consigo entender (yeah) / Usamos drogas pra esconder nossa dor / Diamantes nas correntes pra ofuscar nossa dor / Cravejamos o sorriso, não vão ver nossa dor / Pago dez mil nesse tênis, tô pisando na dor / Essa roupa é cara, foda-se, compra / Quero esconder minha dor (minha dor) / Esse carro é caro, foda-se, compra / Eu quero fugir da minha dor / Nada disso consegue me tirar essa dor / Estando onde tô / Não sinto o direito de sentir essa dor / Direito de sentir essa dor / Direito de sentir essa dor / Direito de sentir essa dor / Eu só tô tentando achar / A autoestima que roubaram de mim [...] / Foram 25 anos pra eu me achar lindo.

Desta forma, um homem negro justamente por ser negro, precisa criar estratégias para vencer as amarras que a sociedade capitalista tenta de inúmeras formas os colocar. Assim, quando não são vistos a partir da sua sexualidade, são vistos como um perigo; quando não são vistos como um delinquente, são vistos enquanto uma ameaça.

Nesse caminho, se entende que a leitura na qual a sociedade faz do homem negro é justamente de um *homem negro* e o impedimento de ser visto apenas enquanto “homem” é a sua cor, pois é o que o diferencia do padrão, a saber, o homem branco. (Barreto, 2022)

Assim, a sociedade é repleta de representações racistas acerca do homem negro, sempre o relegando aos piores estratos desta, o que, nesse sentido, Carvalho (1996, p.5) ao ser citado por Rolf Ribeiro de Souza (2009) aborda duas das muitas imagens comumente atribuídas ao homem negro, a saber, a de *negão* e *neguinho*.

Ele descreve que a figura do *neguinho* reduz o homem negro a um homem submisso, sem autonomia, inteiramente dedicado aos desejos alheios, especialmente aos sexuais, atuando como um tipo de escravo mental e psicologicamente dependente das decisões dos brancos. Tal figura é caracterizada por aspectos “infantis” somados a uma tendência ao consumo de álcool, e uma relação totalmente assexuada com a mulher branca, muitas vezes servindo também “moleque de recado”.

Em contrapartida, há a figura do *negão*, que é caracterizado como o oposto do *neguinho*, sendo fisicamente forte, com uma excepcional capacidade sexual, e percebido como uma ameaça ao homem branco devido ao seu apetite sexual insaciável e sensualidade irresistível para as mulheres brancas. Há ainda uma figura híbrida, o fiel escudeiro de homens e mulheres brancos, que combina os atributos físicos do *negão* com a submissão e assexualidade do *neguinho*.

Tal realidade, evidencia a construção que foi feita em torno da imagem do homem negro, assim como os padrões que socialmente se esperam que ele supre – seja de *negão* e/ou

neguinho – a qual é possível de ser percebida a de maneira marcante em diversos grupos/categorias profissionais, como policiais militares – que na sua maioria são homens e negros (Nascimento, 2015) –, jogadores de futebol e artistas, os quais muitas vezes ao ascenderem socialmente, se afastam cada vez mais de aspectos inerentes à sua identidade étnico-racial e demonstram isso, seja na reprodução de violências que histórica e socialmente sofreram enquanto homens negros, seja através da constante e expressiva formalização de vínculos com mulheres brancas, de preferência loiras, sendo tal postura um marcador considerado um mecanismo de embranquecimento (Dos Santos, 2018), que costumeiramente é justificada como apenas questão de “gosto pessoal”.

Ao passo que, o que se evidencia é que pelo poder adquirido através do dinheiro, tais homens se veem em uma situação na qual almejam aspectos da identidade branca e “tomando” o branco como referencial de comportamento, valores e subjetividade, o negro expurga sua identidade negra.”(*ibid*, p. 6), o que se manifesta em aspectos desde a aparência até nas relações construídas.

Destarte, tal situação pode ser vista como uma relação entre identidade, poder, raça e classe sendo vivenciada por homens negros que alcançam locais de poder. Ao mesmo tempo em que se manifesta como um mecanismo – ainda que de difícil percepção – de controle sobre seus próprios corpos, situação que, em vez de ser um problema exclusivamente pessoal, revela-se como um aspecto inerente à estrutura social, a qual é dominada pelo sistema capitalista, trazendo como uma das várias consequências o estranhamento do homem em relação a si mesmo e em relação ao seu próximo, ocasionando em uma falta de identificação e num constante movimento de *despir* de si e do outro. (Marx, 2013)

Tal situação é também vista a partir do fenômeno da colonização, o qual deixou inúmeras marcas profundas em suas vítimas, sendo uma delas a reprodução do *modus operandi* do colonizador, caracterizado pelo desejo de poder, pela violência e opressão. Destarte, ao tratar sobre a alienação causada pelo modo de produção na vida dos trabalhadores, Marx (2001) elenca algumas consequências, as quais se apresentam como:

Já que o trabalho alienado aliena a natureza do homem, aliena o homem de si mesmo, o seu papel ativo, a sua atividade fundamental, aliena do mesmo modo o homem a respeito da espécie; transforma a vida genérica em meio da vida individual. Primeiramente, aliena a vida genérica e a vida individual; depois, muda esta última na sua abstração em objetivo da primeira, portanto, na sua forma abstrata e alienada. (p. 116)

Desta forma, é preciso refletir e debater que se tal análise de Marx acerca das consequências do modo de produção capitalista sobre os trabalhadores em um contexto

européu já evidencia inúmeras mazelas, desigualdades e inúmeras manifestações da questão social sobre as quais reverberam de formas particulares na existência dos indivíduos, as consequências que foram deixadas pelo regime escravocrata, o qual, não há dúvidas e nem margem para comparações, se deu de forma muito mais cruel e desumana que o capitalismo, atingiu de forma intrinsecamente exploradora, sobretudo à população negra, sendo a maioria homens. (BBC News Brasil, 2020)

A partir disso, pode-se compreender a forma como tais indivíduos foram socializados e estereotipados pela sociedade brasileira, lidos e tratados a partir do que seus corpos podem (ou não) oferecer, desta forma, como objetos a serviço de algo e nada mais. Assim, faz-se necessária uma tomada de consciência acerca de si, do lugar que ocupa na sociedade e consequentemente uma consciência acerca do outro (Da Silva, 2021), fortalecendo vínculos e construindo uma consciência de classe e raça que ultrapasse as violências sistemáticas sofridas histórica e cotidianamente, e vá na contramão do pacto da branquitude que permeia a sociedade em suas diversas áreas e formas, a começar pela visão que possuímos de nós mesmos e dos nossos semelhantes (Bento, 2022).

Afinal, a escravidão deixou cicatrizes para a população negra, os quais ainda não foram em sua totalidade superados, ainda que nem todos reconheçam isso, e um destes é justamente uma distorção na forma como a pessoa negra se enxerga e como enxerga seus semelhantes, ocasionando por vezes em um apego muito maior/vislumbre pela branquitude. Portanto, se manifesta como urgente a promoção de debates e mecanismos que vão de encontro ao pensamento decolonial, o qual, em suma, visa “a emancipação completa de todos os tipos de opressão e dominação.” (Da Silva, 2021 p. 123)

Deste modo, ao falarmos sobre masculinidade a partir de homens negros, é necessário analisar os 388 anos de escravidão no Brasil, assim como a falta de políticas públicas que possibilitassem a inserção digna dessa população na divisão sociotécnica do trabalho, em uma sociedade que o impõe a enfrentar o desemprego, moradias insalubres, dificuldades de acesso/permanência escolar, violência policial, objetificação e outras mazelas provenientes do racismo.

Portanto, tomando como base a figura patriarcal que coloca o homem como provedor, compreende-se que será muito mais difícil e desafiador para homens negros conseguem exercer tal papel de forma efetiva e integral. Com isso, colocar tais homens na “mesma caixa” e os enxergar a partir das mesmas lentes utilizadas para analisar os homens brancos é, certamente, uma discussão complexa, afinal, a construção da identidade do homem negro enfrenta inúmeros percalços que não são vivenciados historicamente pelos homens brancos.

2.1 MASCULINIDADE NEGRA NO BRASIL

Costumamos ouvir que o óbvio precisa ser dito, mas se tratando da formação da sociedade brasileira e as consequências dessa formação para a população, quantas vezes e quantas diferentes vozes terão que repetir o que ocorreu, como ocorreu e o que gerou, para que finalmente, a partir da não-negação dessa mancha na história brasileira, mas da sua confirmação, se possa enfrentar o racismo de forma verdadeiramente eficaz, analisando principalmente as pessoas negras não somente a partir desse grande assalto em suas histórias, mas para além disso?

Em um fundamentado em pensamentos de autores como Gilberto Freyre (2001) o qual lançou os alicerces da tão conhecida democracia racial, dando palco para futuramente figuras como Cesare Lombroso³ e Nina Rodrigues⁴ levantarem todo um edifício nesses fundamentos e consolidar o pensamento que seria, e ainda é, preponderante na sociedade brasileira, torna-se extremamente exaustivo ir na contramão.

Marcela Franzen Rodrigues (2015), ao tratar sobre o pensamento de Nina Rodrigues pontua que “Nina Rodrigues analisou diversos casos de delitos envolvendo negros e mestiços, nos quais os corpos, cabeças, mentes e história de vida dos sujeitos eram avaliados no intuito de desvendar as motivações de seus crimes”. (p. 4)

Entretanto, tal postura não se restringe a Nina Rodrigues, afinal, não obstante, o indivíduo negro é posto tal como um rato de laboratório sendo o tema central de debates, análises, estudos e pesquisas que também trouxeram contribuições. Entretanto, por que focar tanto no indivíduo para encontrar possíveis causas de problemas, em vez de olhar e estudar a sociedade na qual tal indivíduo está inserido?

Não podemos almejar mudanças no âmbito *macro* focando no *micro* e não podemos agir como se determinados problemas se restringissem ao âmbito de um ou dois casos, quando esses problemas atingem toda uma população. Assim, é necessário analisar não somente a vida dos indivíduos em si, mas as características da população a que tal indivíduo pertence, bem como seu contexto sócio-histórico e a estrutura que tal sociedade está erguida.

³ Cesare Lombroso foi um médico e criminologista italiano do século XIX, amplamente considerado um dos fundadores da criminologia moderna. Ele propôs a teoria do "criminoso nato", sugerindo que o comportamento criminoso era inato e podia ser identificado por características físicas específicas, como certas formações cranianas. Suas ideias influenciaram o estudo da criminologia, mas também foram criticadas por promover determinismo biológico e racismo científico. (Wikipédia)

⁴ Nina Rodrigues, ou Raimundo Nina Rodrigues, foi um médico legista e antropólogo brasileiro, ativo no final do século XIX e início do século XX. Ele é conhecido por aplicar as teorias de Lombroso no contexto brasileiro, especialmente em relação à população negra e indígena. Rodrigues acreditava que certos grupos raciais eram mais propensos ao crime, uma visão que reforçou estereótipos racistas e justificou políticas de controle social discriminatórias no Brasil. (Wikipédia)

Rodrigues (2015, p. 6) continua, e expõe que: “Assim, o autor concluiu que, a cada fase da evolução da humanidade, se se comparassem raças distintas, corresponderia uma criminalidade própria em harmonia e em acordo com o grau do desenvolvimento”. Nesse sentido, ao atribuir certas atitudes exclusivamente a homens negros ou até mesmo ao negar a possibilidade de exercer algum papel social (como o de pai, por exemplo) estamos, ainda que inconscientemente, bebendo das mesmas fontes que Nina Rodrigues.

Assim, para o autor, um negro que cometesse um crime de honra, por exemplo, não poderia ser julgado da mesma maneira que um branco que tivesse cometido o mesmo crime. Suas aptidões mentais, suas formas de ver o crime e seus códigos de conduta eram outros. O branco deveria ser punido mais severamente que o negro, pois ele teria domínio sobre o código da civilização. Sua superioridade mental o obrigaria a ter consciência e pensar racionalmente sobre o crime que porventura viesse a cometer, diferentemente do negro, que seria acometido por suas emoções, que dominariam sua consciência, incapacitando-o para a racionalidade. O caso do indígena (puro) era o mesmo que o do negro. (Rodrigues, 2015, p. 7)

Diferente do defendido por Nina Rodrigues, ainda que de forma pejorativa, não trata-se de colocar os homens negros em uma posição de indefesos, de isenção da responsabilidade por seus atos – neste caso, a paternidade –, mas de justamente garantir as plenas condições, as quais começam muito antes da vida adulta deste homem, de que possam exercer tal paternidade não só como um dever, como é posto para outros homens, mas também como um direito, assim como está disponível para outros homens. Dessa forma, há sim uma necessidade de analisar o homem negro a partir de suas próprias lentes, como um direito de ser visto e viver a partir da sua própria realidade e não do que foi imposto.

Com isso, quais os pressupostos são utilizados quando se trata de questões envolvendo homens negros? Há uma abordagem que leve em consideração a intersecção de gênero, classe e raça/etnia? Há uma postura verdadeiramente democrática, equitativa e principalmente antirracista? Ou são todos vistos pelas lentes do “#Somostodosiguais” e, consequentemente, suas histórias de vida, contexto social, território e demais pressupostos fundamentais são ignorados?

Urge, cada vez mais, a necessidade de quebrar estereótipos que colocam o homem negro como incapaz, como irresponsável, perigoso, inconstante e insuficiente, enquanto eles raramente são destacados por tudo que alcançam e produzem. Nesse sentido, cabe repensar sobre tudo aquilo que ainda não conseguiram alcançar ou superar, questionando se trata-se, como apontado por Nina Rodrigues, de uma mera questão de falta de caráter a nível geral, somada a uma falta de capacidade em cumprir com as responsabilidades tal como o homem branco, ou trata-se de mais uma manifestação da questão social que, no contexto brasileiro, fundamenta-se na questão racial. (Gonçalves, 2018)

Assim, tal questão racial caracteriza-se pela escravização histórica de corpos negros, o que pressupõe a espoliação de si, levando tais indivíduos a estarem sempre em desvantagem. Essa realidade pode ser vista como tentar submergir em uma piscina, tendo o dobro do seu peso fincado ao fundo, enquanto outros não só possuem apenas o peso de seus corpos, mas boias para o auxílio. E, ao final, tais indivíduos em desvantagem ainda precisam encarar o seu fracasso enquanto uma falta de esforço.

A partir do caso Lucas da Feira (Rodrigues, 2015), utilizado como estudo por Nina Rodrigues, o qual não conseguiu chegar nas conclusões almejadas, comprova o quão necessário se faz o fortalecimento dos negros, principalmente em cuja sociedade procura meios para o incriminar, e alcançar provas contra a sua existência.

Pode-se analisar o caso de Lucas da Feira por diferentes prismas. Entretanto, para este trabalho, sua relevância encontra-se, sobretudo, no fato de Nina Rodrigues não haver encontrado no corpo de Lucas importantes marcas, traços e características físicas, materiais, de sua degenerescência ou de seu atavismo psíquico. Sim, sabia-se que o ex-escravo era um criminoso, assim como constatava-se que era negro. Sabia-se também que era canhoto – marca indiscutível de degenerescência –, que tinha um “olhar peculiar” e que possuía uma leve anormalidade no formato do crânio. Anomalias estas, aliás, que poderiam também ser encontradas em um indivíduo branco. Ou melhor, que poderiam ser encontradas em qualquer pessoa. (*ibid*, p. 105-106)

Essa situação reverbera ao que o estudo se propõe: não trata-se de ocultar a falta de responsabilidade dos homens negros em relação aos seus filhos, mas olhar para *antes* e para além disso, não reduzindo-os a um desvio de caráter com o intuito de menosprezar a seriedade deste problema, mas de não colocá-lo sob total responsabilidade do homem negro, como se somente ele possuísse uma “predisposição” ao abandono parental ou ao estupro, ao roubo e a qualquer delito ou “desvio de caráter” os quais são, historicamente, atribuídos aos homens negros, como se deles fizesse parte tal qual o DNA faz de todo ser humano, ou como se fosse sua condição natural.

Logo, é no mínimo irônico que o país no qual foi palco de brutalidades extremas por parte de europeus, autores como Nina Rodrigues se desdobrem para tentar colocar sobre o negro o peso da violência e uma predisposição à ela. Ainda acompanhado de exemplos opostos, Nina Rodrigues insistiu em atribuir ao negro uma maior propensão a vida criminosa e degeneração do que aos brancos, mostrando que por mais que haja provas em favor do negro e contra acusações totalitárias e por vezes infundadas, estas sempre serão ignoradas em prol do genocídio, seja ele através da morte do psicológico, emocional ou físico.

Enquanto que outros homens alçam voos maiores, a partir principalmente dos privilégios que usufruem na sociedade, pelo simples fato de serem homens, o homem negro,

ainda que desfrute de certos privilégios – se comparado a mulheres negras e outras camadas da sociedade – vive no limbo entre suprir expectativas e provar sua inocência, como se estivessem vivendo uma prisão simbólica, em um eterno estado de “em desenvolvimento”, mas nunca suficientemente “chegando lá”, sendo lidos a partir de realidades injustas e lentes desconhecidas.

Em sua grande parte, tiveram sua infância interrompida e quando estavam nesta fase, a proteção integral, a prioridade absoluta e a sensibilidade de um olhar que os enxergavam como sujeitos em desenvolvimento, conforme disposto no Estatuto da Criança e do Adolescente (Brasil, 2002), pouco ou nunca existiu. Afinal, se o homem negro dificilmente é visto como homem e só o é para ser acusado de coisas violentas e/ou sexuais, o jovem negro e o menino negro, antes de serem vistos quanto à sua fragilidade natural da idade, são vistos como negros. Assim, a raça chega antes.

Dada a realidade, poucos ousaram e ousam sonhar, tentam romper com a maré ou adentrar nela, e os que se aventuraram, viveram na pele as dificuldades de ser um sujeito negro no Brasil, onde se espera que, caso não se seja um marginal, sonhe apenas em ser um artista ou jogador de futebol.

Com a infância e juventude rompidas, e muitas vezes pela necessidade de subsistência própria e familiar, é como se não possuíssem o tempo necessário para viver esse desenvolvimento intrínseco a todo indivíduo ou, o que acontece na maioria das vezes, o fazem a base de muito mais esforço e por uma necessidade de “vida ou morte”, não possuindo o tempo hábil para viver cada etapa da vida, pois muitos já nascem em meio ao caos, omissão estatal, abandono e crescem pela urgência por viver.

Assim, é como se para cada fase do homem negro, o desenvolvimento fosse muito mais difícil, não por falta de vontade ou capacidade biológica, física ou mental, mas pelas condições que os impedem de avançar, vivendo como se a cada passo dado adiante, dez fossem dados para trás, vivendo numa constante situação de urgência, ansiedade, pressão, dívidas, acusações, insuficiências, desigualdades e o não-ser.

Pois, o que é apresentado, conforme ditado popular, é sempre “*na caixa dos peito*”, sendo tal realidade, uma possível justificativa para a falta de saberes ou de reflexões acerca de coisas básicas como a proteção sexual e o cuidado de si e com o outro nas relações. E, tratando-se de homens negros, tais reflexões passam não só pelo estereótipo de que não são “coisas de homem”, já que socialmente o lugar do cuidado é sempre atribuído a mulher, mas também pelo estereótipo que coloca sobre os homens negros o lugar da brutalidade, logo, não há motivos para falar em cuidados.

Assim, é imprescindível uma reflexão que ultrapasse o imediato, compreendendo para além do estereótipo de que homens negros não se preocupam com seus corpos, com suas responsabilidades, com suas parceiras, com questões da vida. É necessário analisar esse fenômeno a partir de uma realidade que recai sobre a maioria dos homens negros: a constante urgência para sobreviver, para fugir da fome, do desemprego, do abandono, do descaso e de tantas outras mazelas.

Desta forma, é necessário pensar outros caminhos que não somente o de condenação quando lidamos com os dilemas que atravessam os corpos de homens negros, construindo sobretudo caminhos que se fundamentem e busquem a uma maior autonomia enquanto sujeitos de direitos e cidadãos. Além disso, é essencial reconhecer que a negação cotidiana de direitos pode ocorrer de diversas formas, sejam elas explícitas ou, como no caso do racismo à brasileira, de maneira sutil e dissimulada.

Este caráter velado não decorre de uma inexistência ou “por engano”, mas resulta de sua profunda integração nos fundamentos da sociedade brasileira, manifestando-se de maneiras específicas no cotidiano e, em alguns casos, passando despercebido. Entretanto, em um contexto no qual vemos cada vez mais pessoas e instituições se autodenominando antirracistas, as atitudes, projetos, linhas de pensamento e decisões, precisam ser analisadas minuciosamente, com o intuito de que o velado não só seja exposto, mas que não tenha lugar nos seus espaços.

Acerca disso, Tati Pereira escreve no *Tribuna de Minas* (2018) e exemplifica:

Seria confortável, por exemplo, ver a pessoa (branca) que chegou depois de você na loja ser atendida primeiro (e sem ser preferencial)? Seria justo questões de pele influenciarem no grau de dificuldade de se obter credibilidade e colocação no mercado de trabalho? Teria o negro menos acesso a determinadas carreiras, principalmente as que lidam diretamente com a imagem? Ou se é bem-sucedido, “deve ter burlado alguma norma”. Como você se sentiria se caminhasse “monitorado” pela segurança privada dentro do supermercado? Por quantas vezes já foi indagada se “você é a mãe da criança” quando se é mãe negra de filho branco? Encararia como brincadeira um “você tem sorte de não ser muito preto”? Já ouviu um “você é bonito para um (a) negro (a)”? Alguma vez sofreu com apelidos pejorativos no ambiente de trabalho?

Teorias produzidas e disseminadas a séculos atrás acerca do homem negro, ainda que refutadas e comprovadas errôneas, continuam a repercutir na sociedade atual, influenciando de forma consciente e inconsciente as visões e estereótipos acerca da população negra. Além de Nina Rodrigues, temos as teorias de Cesare Lombroso (Salomão, et al., 2018), médico e criminólogo que influenciou os pensamentos de Nina Rodrigues.

Cesare trouxe em sua obra mais famosa, intitulada como “O Homem Delinquente” de 1896, o homem negro como um sujeito delinquente e predisposto genética e fisicamente ao

crime. Entretanto, mesmo com tantas repercussões negativas acerca da obra de Lombroso, intelectuais brasileiros não só trouxeram tal pensamento como também difundiram como sendo de grande valia para o estudo criminológico. Nesse sentido, Marcos Alvarez (2006) diz que:

A Criminologia mostrou-se claramente esse saber destinado ao poder, muito mais voltado para o desenvolvimento das técnicas de identificação criminal e outros mecanismos de controle social e para a estigmatização de setores da população ainda hoje considerados como potencialmente perigosos. (p. 147)

Mesmo com tantos dispositivos legais como o Estatuto de Igualdade Racial, a obrigatoriedade do ensino de história e cultura afro-brasileira nas escolas, lei de cotas e outros, em uma sociedade que perpetua uma visão desumanizadora, que os associa a estereótipos negativos e à marginalidade, tais jovens acabam crescendo com a necessidade de lutar pela própria sobrevivência, em vez de apenas viver a vida. Nesse sentido, tal realidade se mostra como um fator que pode ser devastador para a efetivação do seu pleno desenvolvimento, o que inclui no âmbito emocional e psicológico.

Assim, mesmo com os notáveis avanços no enfrentamento ao racismo, como os preconizados na Constituição Federal de 1988 (Brasil, 1990) e outras políticas de ação afirmativa, ainda há uma necessidade premente de ações não apenas em uma perspectiva macro, mas também micro. Afinal, de que adianta a existência de políticas X ou Y se, no dia a dia, as estruturas persistem perpetuando a marginalização dos homens negros? Eles continuam a ser vistos sob estereótipos e influenciados a se comportar de determinadas maneiras, sofrendo com a falta de acesso a oportunidades e serviços de qualidade, entre outras questões.

A eficácia dessas políticas é questionável, como observa-se no tratamento dispensado aos homens negros em ambientes públicos e privados. Por exemplo, ao abordar o reconhecimento e investigação de paternidade, é crucial questionar: qual é a abordagem adotada em relação a esses homens? Suas vozes são ouvidas e levadas em consideração? E quanto à violência enfrentada diariamente, não apenas física, mas também verbal, psicológica e econômica, que muitos homens negros sofrem? É evidente que essas questões frequentemente são negligenciadas, com abordagens muitas vezes inadequadas e insuficientes para garantir justiça e equidade para esses indivíduos.

Nesse sentido, o sindicalista Jacy Afonso cita no portal Brasil 247 (2015):

Como o próprio governo federal indica, é preciso aprofundar os efeitos das políticas afirmativas, por meio da gestão integrada e coordenada das ações. As políticas de inclusão devem ser promovidas no âmbito do emprego, incluindo os serviços públicos e o setor privado. No trabalho devem ser punidos aqueles que distinguem

as pessoas em razão da cor da pele, descumprindo a Convenção 111 da OIT (Organização Internacional do Trabalho) que prevê a discriminação indireta.

Apesar de homens e mulheres negros serem continuamente vítimas de racismo, percebe-se que, em certos cenários, o homem negro é frequentemente mais prejudicado e visto como um potencial alvo, tendo como exemplo a relação com a polícia, e tal condição se manifesta justamente como um reflexo do grau de influência exercido por tais teorias na percepção societária acerca do sujeito negro.

Assim, tomando como base as influências dos pensamentos de Lombroso e da corrente positivista no Código Penal Brasileiro, e citando o pensamento de Zaffaroni ao dizer que “o sistema penal se dirige quase sempre contra certas pessoas mais que contra certas ações”, Phillipe Carvalho diz que:

Isto quer dizer que, ao contrário de seu objetivo declarado, esse sistema age de forma discriminatória, dando um peso maior a conduta de certos agentes - ou abrandando a conduta de alguns - ainda que exatamente igual à conduta praticada por outros. Na verdade, como se verá ao tratarmos das chamadas “cifras negras”, é comum que o sistema penal sequer aja contra certas condutas quando o agente que as praticou não esteja dentro de um estereótipo criminal, ou quando os agentes deste sistema acreditem que a conduta, apesar de crime, não seja passível da punição prevista em Lei. (JUSBRASIL, 2017)

No entanto, a situação é ainda mais grave quando, independentemente de qualquer atitude ilícita, o homem negro frequentemente se vê forçado a adotar uma postura defensiva, pois é sistematicamente tratado como o réu e o culpado. Um exemplo recente ilustra essa realidade: um motoboy negro foi atacado com facadas por um idoso branco e, ao chegar ao local, a polícia acabou detendo a vítima, que era o homem negro, em vez do agressor. (Correio Braziliense, 2024)

Segundo Tamis Porfírio no Primeiro Relatório Sobre as Paternidades Negras no Brasil (2021):

Em uma ordem hierárquica de gênero, o masculino não se encontra homogeneamente no topo, mas subdividido entre diversas masculinidades marginalizadas. Se o modelo de masculinidade hegemônica que atualmente contempla o homem branco padrão representa não apenas um ideal, mas acima de tudo um padrão genérico de humanidade, o homem negro, que no Brasil representa a sua antítese masculina, corresponde aquele que está afastado do que é humano, e mais próximo da natureza. Fanon (2008 [1952]) é categórico ao afirmar que o homem negro não é um homem. Este se localiza em uma “(...) zona de não-ser, uma região extraordinariamente estéril e árida. (p. 16)

Nesse sentido, o homem negro vive esse constante dilema – sendo mais uma herança do racismo – de não-ser e não ser. Sendo o “não-ser” no sentido de não se enquadrar no que é humano, sendo atribuído historicamente ao homem negro o lugar do animalesco, do bárbaro,

do estranho; e o "não ser" no sentido de não ser visto como compatível com certos lugares, posturas e papéis, sendo a paternidade um deles.

Além disso, os homens negros parece viver sob constantes ameaças de morte, pois, diferente dos demais indivíduos, que enfrentam a morte como parte do ciclo natural da vida, o homem negro enfrenta diariamente a sua iminência, seja diretamente através da violência, na exclusão, na marginalização e até mesmo na carência de afeto, recursos financeiros, liberdade, oportunidades e direitos. O homem negro está vivo, mas é tratado como morto e tal como o ditado “morto não fala!”, podemos dizer ou esperar qualquer coisa sobre o homem negro, afinal, a sua voz sempre será a última a ser escutada, quiçá considerada.

O homem negro no Brasil cresceu sendo acusado simplesmente por existir, e ser um homem negro aqui significa ser constantemente visto como um monstro, bárbaro, bestial, selvagem, criminoso, estuprador, e objeto. Ele vive sob a constante necessidade de provar que não é aquilo de que é incessantemente acusado - seja por palavras, olhares, tratamentos ou omissões.

Tamis Porfírio (2021) diz que: “ao homem negro está reservada a promessa ou a crença no poder, por conta de seu gênero, promessa essa que não se realiza. Se espelha em um ideal de status de masculinidade no qual não será permitido que alcance” (p. 40). Nesse sentido, o que o homem negro está disposto a fazer e quais posturas a tomar a fim de, ao menos, tentar alcançar tal poder? Conforme Frantz Fanon discute em "Pele Negra, Máscaras Brancas" (2008), essa busca por poder e aceitação, muitas vezes está enraizada em um processo de "epidermização da inferioridade", onde o homem negro internaliza a opressão e aspira à assimilação, adotando os valores e comportamentos do colonizador.

Sendo assim, ao romper com estereótipos que foram criados e absorvidos, os homens negros podem construir ou até mesmo assumir uma masculinidade que é verdadeiramente sua, baseada em valores que respeitam a diversidade e promovem relações mais saudáveis e igualitárias.

Essa condição não perpassa somente pelo Estado, mas também começa pelo fortalecimento da comunidade, dos laços com os seus pares, pela atitude de alimentar interações com outros homens negros, seja em filmes, em figuras públicas, em iniciativas grandiosas, e também nas barbearias e barzinhos dos bairros populares, sendo vistos não como mero ócio e “gastação de tempo”, mas como lugares de pertencimento do homem negro, como meios que conduzem a trocas que geram fortalecimento, mudança e um poder que, acima de tudo seja usado para a transformação e emancipação e não para o domínio.

A partir disso, entende-se que há uma necessidade por um resgate histórico e cultural a ser apresentado aos homens negros, a fim de que suas raízes sejam reconhecidas e reconectadas, encontrando nela uma alternativa para exercerem sua masculinidade fora do padrão de masculinidade que é apresentado e que, na realidade, nunca foi feito levando seus corpos e suas realidades em consideração.

3. O HOMEM NEGRO E A PATERNIDADE RESPONSÁVEL

O conceito de paternidade foi alvo de muitos debates ao longo da história, crescemos escutando frases como: “pai não é quem faz, pai é quem cria!”, sendo tal fala respaldada, juridicamente, pelo entendimento de que a paternidade não é somente compreendida a partir do viés biológico, mas também do social, como é o caso da paternidade socioafetiva⁵. Essa forma de paternidade é fundamental para crianças que são criadas por indivíduos que não são seus pais biológicos, mas que desempenham um papel significativo em suas vidas.

Além disso, podemos citar a procriação assistida heteróloga, por meio da qual a concepção ocorre com o auxílio de material genético de um doador externo ao relacionamento, e neste caso, o Código Civil brasileiro exige a prévia autorização do marido não admitindo arrependimentos, visto que, prevalece o entendimento de que ser pai é uma escolha (Vermelho, 2021).

Outrossim, a criança gerada a partir de tal procedimento passa também a ser titular do estado de filiação, o qual, conforme Lobo (2004) entende-se como a: "qualificação jurídica dessa relação de parentesco, atribuída a alguém, compreendendo um complexo de direitos e deveres reciprocamente considerados".

Na Constituição Federal de 1988 (Brasil, 1990), o conceito de paternidade responsável aparece na forma de princípio, sendo posto de forma expressa no art. 226, parágrafo 7:

Art. 226. A família, base da sociedade, tem especial proteção do Estado. [...] § 7º Fundado nos princípios da dignidade da pessoa humana e da paternidade responsável, o planejamento familiar é livre decisão do casal, competindo ao Estado propiciar recursos educacionais e científicos para o exercício desse direito, vedada qualquer forma coercitiva por parte de instituições oficiais ou privadas.

⁵ Conforme o IBDFAM - Instituto Brasileiro de Direito da Família (2020): “Socioafetividade, em seu sentido literal, vem dizer da afetividade criada em um âmbito social. Em suma, é uma constituição de sociedade familiar baseada no afeto. A socioafetividade é, portanto, o afeto que é capaz de construir fortes laços. É aquela relação que ultrapassa uma amizade ou carinho respeitoso. Viver em sociedade, exige de nós o mínimo de respeito para o harmonioso convívio. Entretanto, para a caracterização da socioafetividade, é necessário mais do que isso. É importante que se verifique e que exista o *ánimus*, o interesse, a intenção em ter um parentesco com determinada pessoa, e que não o tem, de forma consanguínea.)

Posteriormente, para regular o dispositivo legal em questão, foi promulgada a Lei nº 9.263/96, que introduz uma abordagem inovadora ao tratar o planejamento familiar como um direito fundamental de todos os cidadãos. Em seu artigo 2º, a lei define o planejamento familiar como "o conjunto de ações de regulação da fecundidade que garanta direitos iguais de constituição, limitação ou aumento da prole pela mulher, pelo homem ou pelo casal".

No entanto, conforme apontado por um estudo realizado por Dias, et al. (2017), embora essa legislação reconheça o homem como alvo igual da política, na prática, esses indivíduos ainda não se percebem como igualmente responsáveis pelo planejamento familiar, demonstrando um conhecimento limitado sobre o assunto.

Esse princípio também encontra respaldo no Estatuto da Criança e do Adolescente (Brasil, 2002), que, em seu artigo 27, reconhece o estado de filiação como um direito personalíssimo, indisponível e imprescritível, sendo, portanto, inerente à dignidade da pessoa humana, não sendo possível de se renunciar a esse direito, e, por ser imprescritível, o Estado não pode abrir mão de punir aqueles que se eximem de suas responsabilidades parentais. E, com isso, ultrapassa as restrições anteriormente impostas, como aquelas estabelecidas no artigo 358 do Código Civil de 1916, que proibia o reconhecimento de filhos ilegítimos, adulterinos e incestuosos.

Trinta e três anos após, a Lei nº 883, de 1949, passou a permitir o reconhecimento do filho nascido fora do matrimônio, contudo, sob certas condições, como, por exemplo, a dissolução do casamento e a possibilidade de o filho solicitar a prestação de alimentos ao pai, porém, sob segredo de justiça.

Nesse contexto, Lucchese (2013) ressalta que: "com fundamento no art. 4º da Lei 883/49, ingressava-se com pedido de alimentos, em que a paternidade era reconhecida incidentalmente; entretanto, reconhecia-se apenas a obrigação alimentar, mas não o direito de incluir-se a filiação, continuando o filho sem o nome do pai." (p. 235). Por fim, em relação aos filhos concebidos fora do casamento, a Lei nº 8.560/92 estabeleceu que tal reconhecimento é irrevogável.

Ainda sobre o surgimento da investigação de paternidade, o doutrinador San Tiago Dantas (1991), evidencia que foi no Direito Canônico que surgiu a investigação não só de paternidade, mas também de maternidade:

É uma inovação do Direito Canônico que se deve à influência do cristianismo e pode-se dizer que, até mesmo no Direito Romano, só apareceu o instituto depois que a influência dos costumes cristãos se fazia sentir sobre a elaboração legislativa. É verdade que no Direito Canônico não se falava em investigação de paternidade, para o fim de se conferir o estado de filho ilegítimo. O que preocupava o canonista era o problema alimentar. Estes filhos ilegítimos cujos pais ou mães não se conhecem têm

o problema de sua sustentação completamente dependente do aparecimento de seus genitores. Na Idade Média, isto ainda se sentia mais fortemente do que hoje, e a Igreja, que lança a obrigação alimentar como uma das obrigações fundamentais do homem, criada pelo Direito Natural, não hesitou permitir-se a investigação de paternidade, para descobrir quem era o obrigado à alimentação. A Igreja, neste particular, é tão liberal que seu Direito Canônico não hesita em conferir ação de investigação de paternidade com fim alimentar, até mesmo aos espúrios e aos sacrílegos, e é conhecida a disposição canônica que para os filhos dos clérigos manda que as paróquias façam uma prestação alimentar, de tal modo a prestação alimentar é uma imposição do direito natural, uma decorrência da natureza humana. (p. 368)

Entretanto, aqui, a preocupação firma-se na mera obrigação financeira de prover alimento, assumindo um caráter impositivo de prover o sustento financeiro da criança, sem considerar as outras nuances de necessidades, como a presença, o carinho e a educação. Além da omissão estatal, que delega a responsabilidade à sociedade e instituições privadas, aparecendo, o Estado, para punir, mas sem dar alternativas aos desfavorecidos, neste caso às crianças e indiretamente às genitoras.

Esta abordagem ainda prevalece em instituições dedicadas à investigação de paternidade, onde muitos esforços são despendidos para localizar os genitores de crianças que possuem apenas o nome da mãe em seus registros, os quais, uma vez encontrados são notificados a realizar o exame de DNA e posteriormente um acordo acerca da pensão alimentícia. Mesmo compreendendo que a fome não espera e as necessidades básicas de subsistência também não, é preciso considerar que tal redução da paternidade à esfera financeira é insuficiente e ocorre justamente por influência de como a sociedade atual lida com o dinheiro, ao passo que este atua moldando e mediando cada vez mais as relações sociais, relegando questões humanas essenciais a um plano secundário e, tal dinâmica sendo própria do sistema capitalista.

Nesse sentido, Pires Cabral expõe que:

O princípio da paternidade responsável está intimamente vinculado ao princípio da dignidade da pessoa humana. Este constitui base da comunidade familiar, garantindo o pleno desenvolvimento e a realização de todos os seus membros, principalmente da criança e do adolescente... Com isso o Constituinte veio a garantir a democratização do planejamento familiar, dando ao casal a livre decisão (com responsabilidade), sobre o assunto, coibindo interferências de qualquer entidade, inclusive religiosa. (CABRAL CASTRO E LIMA, 2019)

A partir das novas configurações familiares e do reconhecimento de que as questões relacionadas à paternidade não devem ser tratadas de forma isolada ou restritas a determinados grupos, é imprescindível desenvolver iniciativas que englobam homens e mulheres em variados contextos familiares, abrangendo diferentes idades, etnias e classes sociais. Tais iniciativas devem ir além de um enfoque limitado às mulheres ou, no máximo,

aos casais, como infelizmente ainda é comum. É preciso considerar a diversidade de experiências e realidades vividas por diferentes segmentos da sociedade.

No processo de formação de uma lei, esta pode ser proposta pelo Poder Executivo, Legislativo ou por iniciativa popular (art. 61, CF, 1988), acompanhada dos motivos para tal inovação legal. Conforme Miguel Reale (1994, p. 97), "o Direito é uma integração normativa de fatos segundo valores", sendo esses fatos definidos por Émile Durkheim (2007, p. 13) como "toda maneira de fazer, fixada ou não, suscetível de exercer sobre o indivíduo uma coerção exterior", ou seja, refletem os padrões de comportamento existentes na sociedade e são vistos como independentes de suas manifestações individuais.

Tomando como base o Direito Material, denominado por Cintra, Grinover e Dinamarco (2006) como "O corpo de normas que disciplinam as relações jurídicas referentes a bens e utilidades da vida (direito civil, penal, administrativo, comercial, tributário, trabalhista etc.)", compreendemos que a legislação frequentemente reflete a realidade social, sendo elaborada em resposta a fatos que ocorrem em larga escala no contexto social.

Segundo Aurora de Carvalho (2009, p. 266), "toda e qualquer norma jurídica tem como objeto a disciplinação de condutas entre sujeitos". Isso acontece porque a legislação visa regular as relações entre os membros da sociedade e resolver conflitos que surgem dessas relações. Assim, o Direito Material está intimamente ligado à realidade social e econômica, buscando adaptar-se às necessidades e demandas da sociedade em constante mudança.

Nesse sentido, Aurora de Carvalho (2009) afirma que:

a norma jurídica é posta no sistema por ato de decisão do legislador, que elege, dentro do campo do possível e do não-necessário, os fatos configuradores das hipóteses e as condutas que deseja regular, como consequências impostas na forma de relações intersubjetivas de tais fatos. (p. 272)

Assim, os legisladores frequentemente observam os padrões e ocorrências nas relações sociais para identificar áreas que requerem regulamentação legal e, em seguida, elaboram leis para lidar com essas questões, *visando* a promoção da justiça e o bem-estar social. Afinal, a CF/88 expressa que dentre os elementos dos atos da administração pública, deverá cumprir a finalidade principal, que, como já dito, é o interesse público.

Dessa forma, podemos concluir que muitos dos dispositivos legais são provenientes de fatos que já estavam ocorrendo em grande escala na sociedade e, diante disso, considerando a abundância de legislação ao longo da história sobre o reconhecimento de paternidade, especialmente em casos de filhos concebidos fora do casamento, pode-se inferir que essa questão tem sido motivo de grande discussão no judiciário não por mera vontade espontânea do legislador, mas por uma grande incidência de ocorrências neste sentido.

Entretanto, conforme exposto por Mafalda Lucchese (2013):

O Direito antigo era essencialmente severo e conservador quanto à necessidade da preservação do núcleo familiar, prevalecendo os interesses da instituição do matrimônio em detrimento dos filhos, colocando estes numa situação marginalizada, se nascidos fora do casamento; a única filiação que a lei tomava conhecimento real era a ocorrida no seio do casamento. Puniam-se os frutos dos relacionamentos havidos por pessoas não ligadas pelo matrimônio, por adúlteros (na época era considerado crime) ou em relações incestuosas. (p. 232)

Lucchese (*ibid*, p. 233) ainda ressalta que tais decisões eram contraditórias, visto que, quem cometia o delito ou no mínimo a imoralidade, era o homem, e o alvo da proibição em relação à busca pela paternidade recaía sobre os filhos e, conseqüentemente, nas mães. Haja vista, esta imposição colocava sobre elas o fardo de criar os filhos sem o apoio dos genitores, enquanto os homens muitas vezes escapavam das responsabilidades.

Contudo, em um país cuja história aponta para o seu processo proposital de marginalização do homem negro, espoliando-o de si e que falhou em fornecer mecanismos para o pleno desenvolvimento de sua cidadania, é improvável que tenha se preocupado em “proteger” esse homem da responsabilidade por filhos nascidos fora do casamento. Logo, infere-se que o objeto-alvo inicial das leis não eram os homens negros. Assim, ao refletirmos sobre quem ainda detém poder na sociedade contemporânea e sobre quem são os beneficiários de setores como o Direito, torna-se evidente que essas estruturas muitas vezes favorecem os interesses dos homens brancos, ainda que estes estejam cometendo atos ilegais ou totalmente mal vistos na sociedade.

Assim, há que se indagar, se a prisão por falta de pensão alimentícia, decorre de um mecanismo que visa regulamentar situações errôneas que ocorrem no contexto das relações sociais, e conseqüentemente trazem um grande ônus para mulheres e seus filhos (principalmente mulheres negras), ou se apresenta como mais um mecanismo de controle e forma de domínio do estado sobre os homens negros, já que na realidade dos fatos, são os que mais integram o sistema prisional e são os mais suscetíveis ao não pagamento da pensão, principalmente pela falta de condições financeiras, o que historicamente recai muito mais sobre a população negra.

Destarte, a partir da visão marxista da sociedade capitalista, compreendemos que em sua estrutura social esta pode ser dividida em infraestrutura e superestrutura (Marx, 2008) e acerca disso, Katiane Silveira (2019) expõe que:

A infraestrutura trata-se das forças de produção, compostas pelo conjunto formado pela matéria-prima, pelos meios de produção e pelos próprios trabalhadores (onde se dá as relações de produção: empregados-empregados, patrões-empregados). Trata-se da base econômica da sociedade, onde se dão, segundo o mesmo autor, as relações de trabalho; estas marcadas pela exploração da força de trabalho no interior do

processo de acumulação capitalista. *Já a superestrutura é fruto de estratégias dos grupos dominantes para a consolidação e perpetuação de seu domínio. Trata-se da estrutura jurídico-política e a estrutura ideológica (Estado, Religião, Direito, Artes, Meios de comunicação, etc.).* (p. 9, grifo nosso)

Sendo assim, as ações da superestrutura são essenciais para a manutenção e consolidação das relações sociais, as quais incluem, fundamentalmente, as relações de poder presentes na infraestrutura. A partir dessa análise, torna-se claro como várias esferas da sociedade, incluindo o sistema jurídico, trabalham em consonância para sustentar essas estruturas.

Nesse sentido, é importante destacar que o Direito, como parte integrante da superestrutura, desempenha um papel significativo nesse processo. Por meio de suas normas e práticas, o Direito pode tanto reforçar quanto desafiar as relações de poder estabelecidas na infraestrutura. No entanto, mesmo diante dos esforços para promover avanços significativos, persistem formas de discriminação e opressão que permeiam o sistema jurídico e, tal como em outros debates, os mais prejudicados são aqueles pertencentes à classe trabalhadora, sobretudo negros.

Grada Kilomba (2019), ao falar sobre a forma como a branquitude projeta suas mazelas sob a negritude afirma que:

O sujeito Negro torna-se então aquilo a que o sujeito branco não quer ser relacionado. Enquanto o sujeito Negro se transforma em inimigo intrusivo, o branco torna-se a vítima compassiva, ou seja, o opressor torna-se oprimido e o oprimido, o tirano. Este fato é baseado em processos nos quais partes cindidas da psique são projetadas para fora, criando o chamado ‘Outro’, sempre como antagonista do ‘eu’. Essa cisão evoca o fato de que o sujeito branco de alguma forma está dividido dentro de si próprio, pois desenvolve duas atitudes em relação à realidade externa: somente uma parte do ego – a parte “boa”, acolhedora e benevolente – é vista e vivenciada como ‘self’, como ‘eu’ e o resto – a parte “má”, rejeitada e malévola – é projetada sobre o ‘Outro’ e retratada como algo externo. O ‘Outro’ torna-se então a representação mental do que o sujeito branco teme reconhecer sobre si mesmo, neste caso: o ladrão/ a ladra violento(a), o(a) bandido(a) indolente e malicioso(a). (p. 37)

Nesse contexto, é evidente a tentativa histórica e constante de transferir para a população negra, especialmente para os homens, a responsabilidade por práticas historicamente perpetradas pela população branca. Por exemplo, enquanto durante o período da colonização o estupro era uma prática comum entre os senhores de engenho, porém, após esse período, tal comportamento torna-se estereotipado e associado ao homem negro.

Durante a escravidão, os homens brancos frequentemente engravidavam mulheres negras escravizadas, e as crianças nascidas muitas vezes eram registradas com os sobrenomes dos senhores para se tornarem mão de obra. No entanto, após esse período, essas práticas são

frequentemente ignoradas, tanto o estupro quanto a procriação irresponsável são atribuídos injustamente aos homens negros.

Nesse sentido, a antropóloga Fátima Lima (2021) diz que:

negras/os, muitas vezes colocadas/os em lugares de subalternização, ocupam o lugar de outridade caracterizado pela personificação dos aspectos reprimidos da sociedade branca. Nesse processo intersubjetivo, a/o outra/o torna-se a/o negra/o informada/o por aquilo que a branquitude rejeita e nega em si mesma. Esse mecanismo, que constitui um regime brutal de silenciamento e apagamento, produz-se a partir de uma cisão no EGO, em que a branquitude fica com a parte boa para si, jogando sobre a/o outra/o a parte má e indesejável, passando a ser a conquistadora, a desbravadora de terras, a civilizada, enquanto esse conjunto de outras/os – entre nós, as comunidades indígenas e os povos africanos sequestrados – passa a ser de preguiçosas/os, ladras/ladrões, incivilizadas/os, primitivas/os, sem alma, sem terra, sem corpo, sem subjetividade. (p. 48-49)

Enquanto os homens brancos utilizavam a reprodução para expandir seu poder e riqueza, os homens negros, devido à herança da escravidão, viveram por séculos sem o direito de exercer a paternidade, evidenciando uma desigualdade racial significativa. A atual tendência de evitar a paternidade por parte de muitos homens negros reflete o machismo intrínseco ao sistema capitalista e escravocrata, além de ser um possível mecanismo para evitar um empobrecimento maior ou proteger seus filhos da mesma pobreza que enfrentaram, frequentemente sem considerar as consequências para as mães.

Resultado direto do período colonial, o qual culminou e até mesmo arquitetou (ao separar famílias) o enfraquecimento ou até mesmo perda do senso de coletividade, sendo este tão preponderante na África, gerando fragmentação das comunidades e perda dos laços familiares entre os povos africanos e afrodescendentes. Isso é muito bem retratado por Fanon (2008, p. 106), ao falar sobre seu processo de se descobrir enquanto um homem negro, o que ocorreu a partir da relação e atitudes dos outros em relação a si, sendo retratadas a partir de posturas de medo, hipersexualização, fetiche, objetificação, e ele esbraveja: “Queria simplesmente ser um homem entre outros homens. Gostaria de ter chegado puro e jovem em um mundo nosso, ajudando a edificá-lo conjuntamente. Mas rejeitava qualquer infecção afetiva. Queria ser homem, nada mais do que um homem”.

Embora o abandono paterno não seja atribuído enquanto exploração direta, é pertinente analisar esse fenômeno sob a ótica do comportamento dos senhores de escravos no período colonial brasileiro, pois assim como os senhores frequentemente abandonavam as mulheres negras escravizadas grávidas, nos dias de hoje, homens envolvidos em relacionamentos extraconjugais insistem no aborto ou oferecem alternativas que deixam as mulheres e seus filhos à margem da sociedade.

Portanto, historicamente, tal problemática não restringe-se à população negra, visto que, ao contrário do que muitos imaginam, não foi concedida aos homens e mulheres negros a oportunidade de formar famílias, já que seus filhos frequentemente eram separados deles ou submetidos ao mesmo regime de opressão que seus pais.

Em vista disso, é fundamental compreender a formação da sociedade brasileira para elucidar essa “dinâmica” e, com isso, compreender a influência da raça e da classe social se constituir inegável nesse contexto. Portanto, ao discutirmos a questão da falta de paternidade responsável em nosso país, é imprescindível questionar se é justo e coerente concentrar a atenção exclusivamente nos homens negros, rotulando-os como o padrão de abandono paterno, ainda que seja para “estrear” campanhas de conscientização e ações afins, afinal, tais iniciativas acabam por reforçar este como sendo um lugar majoritariamente do homem negro.

Com isso, é fundamental promover um debate sobre o que muitas vezes não chega à esfera pública, mas continua a existir, já que é uma prática comum entre a classe média/alta branca resolver suas questões no âmbito privado, o que pode explicar a escassez de dados sobre homens brancos nessas situações, embora a história aponte para o contrário.

No entanto, se os dados não estão disponíveis e há indícios de que sua ausência pode estar relacionada a questões que merecem investigação, isso ressalta ainda mais a importância de políticas que abordem não apenas o problema em nível individual, mas também suas raízes históricas e estruturais. Como bem pontua Cida Bento (2022):

É evidente que os brancos não promovem reuniões secretas às cinco da manhã para definir como vão manter seus privilégios e excluir os negros. Mas é como se assim fosse: as formas de exclusão e de manutenção de privilégios nos mais diferentes tipos de instituições são similares e sistematicamente negadas ou silenciadas. Esse pacto da branquitude possui um componente narcísico, de autopreservação, como se o “diferente” ameaçasse o “normal”, o “universal”. Esse sentimento de ameaça e medo está na essência do preconceito, da representação que é feita do outro e da forma como reagimos a ele (...) Nesse processo, é fundamental reconhecer, explicitar e transformar alianças e acordos não verbalizados que acabam por atender a interesses grupais, e que mostram uma das características do pacto narcísico da branquitude. (p. 18-19)

E, dada tais situações, surge a necessidade de nos perguntarmos se é coerente denominar todos os homens que engravidam mulheres como “pais” ou se devemos simplesmente atribuir-lhes o título de “genitores”, limitando suas responsabilidades apenas ao aspecto financeiro, por mais contraditório que possa parecer, e dar espaço para que outro homem exerça esse papel, como no caso da paternidade socioafetiva, ou até mesmo através de outras configurações familiares para além da tradicional, a fim de poupar a mulher. Essa não deve ser uma postura a ser tomada como padrão, mas também não deve ser descartada. Tal reflexão expressa a complexidade do assunto, não sendo passível de ser tratado de forma

superficial e meramente técnica, mas sim fazendo uso de todas as dimensões do Serviço Social, bem como categorias fundamentais para a profissão, como a Mediação. Nesse sentido, trazendo o debate para a atualidade, segundo dados do Portal da Transparência do Registro Civil, somente em 2022, 100.717 crianças foram registradas somente com o nome da mãe, realidade que carece de ser refletida e enfrentada.

Considerando também a construção sócio-histórica da figura masculina, atribuído aos homens, na maioria das culturas, o papel de pai – assim como a maternidade é atribuída à figura feminina –, bem como o papel de provedor, viril e como alguém que precisa estar distante das emoções que expressam afeto. Além disso, é importante analisar os impactos da formação da sociedade brasileira sobre a forma destes homens se entenderem, bem como se portarem no cotidiano social, esses em sua maioria homens negros integrantes da classe trabalhadora.

A partir disso, conhecendo a ordem societária atual, é possível inferir que tais homens são também atravessados por violências estruturais e negligências contra seus corpos, concomitante com a realidade de conviverem com a necessidade de sobreviver ao combate incessante contra suas existências, e tal combate, travado a partir de inúmeros mecanismos, sendo a omissão um dos mais poderosos, juntamente com a convivência do risco constante de morte, sendo a marca central da Necropolítica conforme apresentada por Achille Mbembe. (2018)

Assim, o atual debate não significa normalizar e muito menos esquecer a omissão paterna cometida por esses homens, mas sobretudo, entender quem são eles para além do selo de “homens que não assumem seus filhos”, e através disso compreender as motivações dessa triste realidade que acomete muitas crianças e adolescentes em nosso país, além de traçar mecanismos para “devolver” junto a esses homens a consciência de que o lugar da paternidade também é um direito deles. Nesse movimento, suscitar iniciativas que venham a gerar mudanças também no que se trata dos homens brancos, afinal, como já exposto, este também é, principalmente, um problema da branquitude.

Não se pode deixar de mencionar os fundamentos iluministas, os quais moldam, ainda que inconscientemente, a forma com que o homem negro se vê, é visto e enxerga aos demais na sociedade, como bem pontua Almeida (2020) ao dizer que:

Do ponto de vista intelectual, o iluminismo constituiu as ferramentas que tornaram possível a comparação e, posteriormente, a classificação, dos mais diferentes grupos humanos com base nas características físicas e culturais [...] Com a Revolução Haitiana, tornou-se evidente que o projeto liberal-iluminista não tornava todos os homens iguais e sequer faria com que todos os indivíduos fossem reconhecidos como seres humanos. (p. 26-27)

Com isso, é necessário refletir e compreender como e até que nível os aspectos da vida destes homens, em sua maioria negros, induzem e os conduzem a uma postura ríspida, distanciada e de não reconhecimento ao descobrirem que, para além de suas vidas, possuem como responsabilidade a vida de alguém gerado também de si.

Deste modo, para além de conviver e sobreviver às violências sofridas sistematicamente, agora, em decorrência de tamanha alienação, este homem precisa encarar mais uma realidade e mais uma situação desconfortável, que neste caso expressa-se no ato do sistema jurídico ter que requisitá-lo, notificá-lo e em alguns casos até mesmo intimá-lo a fim de que assuma suas responsabilidades para com seus filhos.

Tal situação expressa negligências cometidas com seus semelhantes e até consigo mesmo, afinal, se tais homens são requisitados a fazer algo, infere-se que não agiram de forma controlada, e que tal situação não está em seu domínio, recebendo com isso, mais um controle sobre seus corpos e evidenciando a falta de movimentos no sentido muito mais preventivo, o qual certamente resultaria em muito menos ações de cunho punitivo.

Assim, é preciso refletir se o homem negro não quer assumir esse lugar de pai que, culturalmente é atribuído ao homem, ou, o homem negro nem se vê, consciente e inconscientemente, capaz e suficientemente digno para assumir tal papel. E caso realmente não queiram, quais atitudes estão tomando para prevenir uma gravidez indesejada bem como ISTS, assim como as mulheres são direcionadas e até mesmo pressionadas a parirem, reflexão que já nos conduz a pensar acerca de qual percepção o homem negro tem acerca do cuidado de si e do outro.

Nesse caminho, vale também entender, se a falta de reconhecimento destes filhos enquanto “seus” para além do DNA, ou seja, no âmbito social, é uma consequência da falta de reconhecimento que tais homens sofrem de si mesmos e da sociedade, ou se a dificuldade de cumprirem o direito de seus filhos e os respeitarem enquanto sujeitos de direito e em desenvolvimento, o que depende também da família, é também um resultado da negação de direitos e respeito que estes homens sofreram durante toda a sua vida. Afinal, conforme ditado popular, dificilmente poderá dar aquilo que não recebeu, e neste caso, lhe foi negado e comprovado como um lugar que não lhe pertence.

4. MASCULINIDADE E PATERNIDADE NA VOZ DOS HOMENS NEGROS

4.1. O CAMPO DE PESQUISA: O MINISTÉRIO PÚBLICO E A PATERNIDADE RESPONSÁVEL

O Ministério Público do Estado da Bahia, faz parte do conjunto de órgãos que exercem funções essenciais ao Sistema Judiciário brasileiro, insubordinado aos Poderes da República (Executivo, Legislativo e Judiciário), possui autonomia para o cumprimento de suas funções, tendo como uma dentre suas várias competências a garantia da proteção à sociedade, somada a garantia da ordem jurídica (MP). No que tange a legislação, o Ministério Público encontra-se sendo matéria de lei em artigos como 127 a 130 da Constituição Federal de 1988 (Brasil, 1990), assim como nos artigos 135 a 139 da Constituição Estadual da Bahia. (1989)

A história do Ministério Público (MP) remonta ao período da história brasileira, denominado de Brasil Colônia, especificamente em 7 de março de 1609, com a implementação, na Bahia, do Tribunal da Relação do Estado do Brasil, o primeiro Tribunal de Justiça das Américas. Entretanto, foi somente na era republicana (1889) que o MP passou a ser tratado como Instituição.

Com a Lei do Ventre Livre, de 1871, ao Promotor de Justiça é dada a função de protetor do fraco e do indefeso, cabendo a ele zelar para que os filhos livres de pessoas escravizadas fossem devidamente registrados. A partir do decreto nº 848 de 11 de setembro de 1890, responsável por organizar a Justiça Federal e elaborado pelo Ministro da Justiça Manuel Ferraz de Campos Salles e em vista disso, considerado patrono da Instituição, esta passa não só a ter uma estrutura como também competências definidas, tendo como principal representante a figura do Promotor.

Em 1874, com o Decreto nº 5.618, surge a primeira referência à expressão “Ministério Público”. Com a Constituição de 1946, 4ª da República, e o restabelecimento do Estado de Direito, o Ministério Público passa a ser tratado em título especial sem vinculação aos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário. (Memorial, 2022)

Em 1999, em decorrência de demandas na Instituição, mais especificamente no Centro de Apoio Operacional às Promotorias de Justiça Cíveis, Fundações e Eleitorais (CAOCIFE), o Serviço Social passa a integrar o corpo de profissões atuantes no Ministério Público do Estado da Bahia (Memorial, 2022). Atualmente, considerando o mês de dezembro de 2023, o Serviço Social possui um setor específico na Secretaria Processual de Famílias, composto por três assistentes sociais: Ângela Ribeiro Almeida, Ana Patrícia Jardim M. de Almeida e Adoniza do Nascimento Dias Gomes além de oito estagiárias sendo estas Estéfane Paula, Delly

Schitine, Maria Dalva (graduandas em Serviço Social na UFBA), Mariele Ponciano e Daniele Pinheiro (Graduandas em Serviço Social pela UCSAL), Rafaela Nunes (Graduanda em Psicologia pela FTC), Luany e Brena (estudantes do ensino médio).

A Secretaria é financiada por recursos oriundos do próprio orçamento do Ministério Público, que é gerido dentro da Superintendência de Gestão Administrativa, especificamente pela Diretoria de Programação e Gestão Orçamentária. Quanto ao Serviço Social da Secretaria Processual das Promotorias de Justiça de Famílias, este atende um quantitativo de 36 promotores de justiça, sendo 28 Promotores de Família e 8 que atuavam judicialmente e agora estão na área extrajudicial, subsidiando o trabalho destes, de forma a atuar no acolhimento, atendimento individual relacionado a investigação de paternidade, orientações gerais, como também a elaboração de relatórios a fim de otimizar o trabalho dos promotores e tornar as audiências mais objetivas e assertivas.

A partir das demandas que chegam até a Secretaria Processual de Famílias, o trabalho realizado pelo Serviço Social fica em torno do atendimento aos genitores das crianças e adolescentes, a fim de encaminhar estes para o reconhecimento de paternidade, realizado de forma espontânea, ou para a investigação de paternidade, a qual requer a realização do exame de DNA. Há também ações externas, as quais ocorrem em escolas e locais estratégicos de Salvador e em cidades situadas no interior do estado, por meio das quais, além da realização das atividades já citadas, há também a realização de palestras sobre o tema, bem como a viabilização de acesso a direitos, seja acessando a rede ou por meio de encaminhamentos junto a outras instituições parceiras.

No que diz respeito à política pública a qual o Ministério Público se vincula, defini-la se constitui uma tarefa difícil, visto que, o MP é um órgão que se articula com os vários setores da sociedade: saúde, educação, previdência, assistência, habitação, segurança etc. Entretanto, considerando o projeto e os programas desenvolvidos pelo Serviço Social na instituição, pode-se inferir que o trabalho profissional realizado tem contribuído para a efetivação da política de assistência, a qual é garantida pela CF/88 fazendo parte do tripé da Seguridade Social, atuando principalmente como uma expressão da transformação em torno da postura estatal para com a população, saindo do assistencialismo e benesse, para a garantia de direitos e ampliação da cidadania.

Desta forma, a Política Nacional de Assistência Social é regida pelos seguintes princípios:

- I – Supremacia do atendimento às necessidades sociais sobre as exigências de rentabilidade econômica; II – Universalização dos direitos sociais, a fim de tornar o destinatário da ação assistencial alcançável pelas demais políticas públicas; III –

Respeito à dignidade do cidadão, à sua autonomia e ao seu direito a benefícios e serviços de qualidade, bem como à convivência familiar e comunitária, vedando-se qualquer comprovação vexatória de necessidade; IV – Igualdade de direitos no acesso ao atendimento, sem discriminação de qualquer natureza, garantindo-se equivalência às populações urbanas e rurais; V – Divulgação ampla dos benefícios, serviços, programas e projetos assistenciais, bem como dos recursos oferecidos pelo Poder Público e dos critérios para sua concessão. (Brasil, 2005)

Assim, junto ao projeto Paternidade Responsável, o Serviço Social tem viabilizado às crianças e adolescentes o direito à filiação, o acesso à educação, saúde e cidadania. Sendo estes – crianças e adolescentes – os principais usuários e público-alvo das políticas públicas promovidas pela Secretaria Processual e Administrativa do Ministério público, pois o que regulamenta a atuação desse setor são os preceitos do Estatuto da Criança e do Adolescente. (Brasil, 2002)

Como já citado anteriormente neste trabalho, o direito à filiação se constitui como um direito personalíssimo, indisponível e imprescritível. Desta forma, é um direito inerente à dignidade da pessoa humana, não havendo possibilidade de se renunciar e por ser imprescritível, o Estado não pode desistir de punir quem dele se eximir. Entretanto, mesmo possuindo efeitos legais, o referido direito disposto em lei ainda enfrenta dificuldades quanto aos efeitos sociais, o que explica a necessidade de campanhas de conscientização realizadas por órgãos públicos como o próprio Ministério Público e Defensoria Pública e ações externas junto à população, visando diminuir o alarmante número de crianças e adolescentes registradas sem o sobrenome do pai no Brasil. Nesse sentido, o Ministério Público do Estado da Bahia, por meio da Secretaria Processual e Administrativa de Famílias, atua há 25 anos através do Projeto Paternidade Responsável, sendo este o carro chefe do atendimento das Promotorias de Família da Bahia.

Vale mencionar, que através das ações que são desenvolvidas por meio do referido projeto, os direitos de muitas crianças e adolescentes estão sendo garantidos, e o trabalho dos Promotores juntamente com outros profissionais têm impactado positivamente na vida de muitas pessoas. Além disso, o trabalho desenvolvido pelo projeto tem evitado a lotação das Varas de família, que recebem constantemente um alto fluxo de ações sobre pagamento de pensões alimentícias, evitando não só a superlotação destes espaços, como também que os indivíduos tenham suas vidas dificultadas em vista de algum possível processo judicial, que certamente possui um tempo de espera muito maior.

Nesse sentido, as demandas mais recorrentes são em torno de Reconhecimento de Paternidade, questão que, em vista da grande demanda ganhou o projeto “Paternidade Responsável” por meio do qual são realizadas aproximações com as partes envolvidas, o que

constitui ações investigativas; exames de DNA e atos educativos em vista de conscientizar o público em questão em relação a planejamento familiar, direito à filiação e os direitos e deveres inerentes a isto. (Memorial, 2022)

Junto a isso, há também o trabalho com as escolas, em sua maioria públicas, onde é realizado um levantamento junto a Secretaria de Educação das crianças que não possuem o nome do pai no registro de nascimento, e suas mães ou responsáveis são convocadas a atividades como palestras, onde são orientadas acerca dos direitos da criança. Ademais, essas mães são o veículo de acesso aos pais dessas crianças, por isso esse primeiro contato é feito com elas. Dito isso, o Ministério Público possui uma estrutura hierárquica tendo como representante maior a figura do Promotor (a) de Justiça. Nesse sentido, o Serviço Social desempenha uma atividade meio e não fim, ou seja, apesar de estar envolvido em quase todos os procedimentos realizados na Secretaria Processual das Promotorias de Justiça da Família, a decisão final e o encaminhamento final quem emite é o Promotor (a) da Gestão (Memorial, 2022). Além das demandas para reconhecimento de paternidade biológica, existe também o reconhecimento de paternidade socioafetiva, bem como a multiparentalidade, por meio da qual envolve outras configurações para além da família nuclear tradicional, sendo regulamentada pelo Provimento Nº 63/2017 do Conselho Nacional de Justiça, desta forma, a partir de então se tornou possível existirem dois pais e duas mães no registro de nascimento (um biológico e outro socioafetivo).

O reconhecimento da paternidade socioafetiva, por exemplo, pode ser realizado a partir dos 12 anos e a entrada do processo é realizada no cartório, e em seguida é encaminhado para o Ministério Público, onde a assistente social realiza um parecer social para o reconhecimento da paternidade. Para tal, as profissionais fazem uso dos fundamentos teórico-metodológicos, ético-políticos e técnico-operativos.

Quanto ao público atendido pelo Setor, as informações acerca da população usuária são oriundas das observações e registro no diário de campo e dos cadastros realizados no sistema IDEA, uma vez que não existem estudos sistemáticos realizados a fim de caracterizar a população usuária dos serviços da Secretaria Processual de Famílias. Assim, de acordo com as observações realizadas, a população usuária dos serviços do Setor é variada, envolvendo mulheres, homens, pouquíssimas pessoas da classe média/alta, pobres, jovens e pessoas de diversos bairros de Salvador. Vale pontuar que, deste recorte de gênero existe também um forte marcador de raça, tendo em vista que a maioria das mulheres que chegam procurando atendimento e dos homens que são requisitados são negros e pobres, residentes de bairros

periféricos, de baixa escolaridade, ocorrendo assim uma interseccionalidade de raça, classe, gênero e território autônomos ou em trabalhos precarizados.

Há também um considerável número de mulheres que vão à procura do reconhecimento da paternidade de seus filhos cujos pais se encontram presos, e entende-se que grande parcela provavelmente é composta por homens negros, já que segundo dados do 14º Anuário Brasileiro de Segurança Pública de 2020 (Anuário Brasileiro de Segurança Pública, 2020):

Em 2019, os negros representaram 66,7% da população carcerária, enquanto a população não negra (considerados brancos, amarelos e indígenas, segundo a classificação adotada pelo IBGE) (...) ainda que o maior encarceramento de pessoas negras não seja propriamente uma novidade, ao se analisar a série histórica do dado raça/cor dos presos no Brasil, fica explícito que, a cada ano, esse grupo representa uma fração maior do total de pessoas presas. Se, em 2005, os negros representavam 58,4% do total de presos, enquanto os brancos eram 39,8%, em 2019, essa proporção chegou a 66,7% de negros e 32,3% de brancos. A taxa de variação nesse período mostra o crescimento de 377,7% na população carcerária identificada pela raça/cor negra, valor bem superior à variação para os presos brancos, que foi de 239,5%.

Ou seja, as prisões no país se reafirmam, ano a ano, como um lugar para negros.

No que tange ao quesito raça/cor, este não se fazia presente no formulário da referida secretaria e nem no formulário próprio do Serviço Social, impossibilitando apreender de forma mais apurada a relação entre raça e classe dos usuários. Situação que, logo nos primeiros dias de estágio pude observar. Após identificação, foi comunicado para a A.S. que, posteriormente, solicitou a alteração do formulário para o setor administrativo, realizado com êxito (Anexo A). Entretanto, foi observado que apesar da inserção do dado raça/cor no formulário, a coleta deste necessita de maior efetividade, pois poucas vezes ou quase nunca este quesito encontra-se preenchido nas fichas, evidenciando, no mínimo, uma falta de interesse/conhecimento de quem realiza os atendimentos.

Atualmente, mesmo em meio a recentes mudanças na Instituição, no que diz respeito a atuação do Serviço Social na Secretaria Processual de Famílias, ainda pode-se considerar que este se encontra bem estruturado, condição que se dá pelo reconhecimento do caráter e importância da profissão para e na Instituição, o que certamente é uma conquista que não acontece de repente, mas fruto de muita correlação de forças e comprometimento com a profissão por parte das profissionais atuantes.

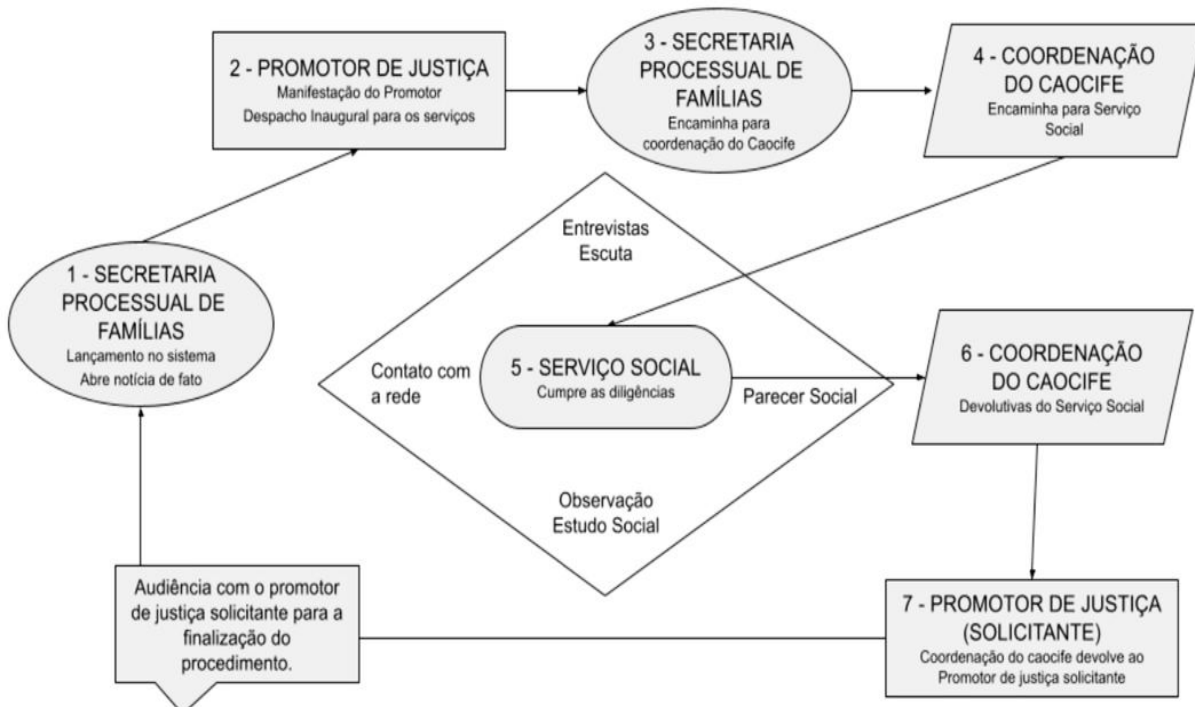
Nesse sentido, a mediação torna-se fundamental, como bem pontua Vergara (2003):

Construir mediação é construir o significado mediato da realidade concreta para poder intervir de maneira eficaz na perspectiva da transformação e/ou superação da mesma. A instituição, apesar da rede complexa de suas contradições, ainda assim se constitui como espaço de construção social onde as mediações encontram ambiente para as interações entre profissional e usuários. (p. 6)

Assim, o objetivo final é que os usuários não só sejam tratados como sujeitos de direitos que são, mas que isso se concretize da melhor forma com suas demandas encaminhadas e consequentemente suas necessidades atendidas. Desta forma, apesar da estrutura hierárquica presente na instituição, e mesmo se configurando como um trabalho-meio e não um trabalho-fim, como o dos promotores, o Serviço Social se constitui peça importante, e até mesmo fundamental em todos os procedimentos que são realizados no setor, pois fornecem subsídios que embasam decisões finais a partir de uma perspectiva social crítica.

Entretanto, nos últimos meses de 2024, ocorreram mudanças significativas na Instituição que impactaram diretamente as ações desenvolvidas pelo Serviço Social, bem como sua atuação no CAOCIFE e, consequentemente, os atendimentos prestados à população usuária. Abaixo, apresenta-se um fluxograma elaborado pela estagiária Mariele em seu Trabalho de Conclusão de Curso (Santos, et al., 2024), que permite visualizar a dinâmica atual do setor e consequentemente do Serviço Social:

Figura 1 – Fluxograma de atendimento atual do Serviço Social (CAOCIFE)



Fonte: Mapa elaborado pelas autoras, a partir de informações disponibilizadas pelas assistentes sociais do CAOCIFE. (p. 69)

Isso exposto, a partir dos atendimentos acompanhados ao longo dos dois anos de estágio, somados às análises realizadas em conjunto com as colegas de estágio e assistentes

sociais, é possível concluir que, embora o novo fluxo de atendimento reduza as muitas demandas direcionadas ao Serviço Social do setor, a população usuária foi direta e negativamente afetada pelas mudanças.

Considerando categorias como a Instrumentalidade própria da profissão, o assistente social é o profissional mais capacitado não só para receber o público que chega, mas também para compreender e direcionar adequadamente as demandas, muitas vezes complexas, que esses usuários apresentam. E, tais mudanças ocorridas na Instituição evidenciam uma diminuição da (relativa) autonomia profissional do assistente social, haja vista, anteriormente, as assistentes sociais lidavam diretamente com o público que requeria qualquer um dos serviços oferecidos pela Instituição, realizando os devidos encaminhamentos, seja junto aos Promotores de Justiça, seja junto à Rede Socioassistencial.

Agora, o trabalho do Serviço Social está ainda mais subordinado à requisição da Coordenação do setor, chefiada por uma Promotora de Justiça não atuante, a qual se responsabiliza por analisar as demandas recebidas pela Secretaria Processual e decidir quais devem ser encaminhadas ao Serviço Social e quais devem ir diretamente para os Promotores, rompendo, com isso, a interação direta tanto do Serviço Social com a maioria do público logo no início dos atendimentos, como com o corpo de Promotores, os quais cuja interação, agora, é mediada pela Coordenação.

Além disso, tais mudanças geram a necessidade, antes praticamente inexistente, de o usuário retornar à Instituição para vários atendimentos, o que antes, em alguns casos, era resolvido em apenas um encontro. Essa nova realidade desconsidera a vida da população que busca a Instituição, composta majoritariamente por homens e mulheres em situação de vulnerabilidade social, que muitas vezes se deslocam de bairros distantes para um atendimento que começa às 8h da manhã. Antes das mudanças, por imprevistos, esse atendimento poderia se estender até às 10h ou 11h; agora, com a necessidade de constante permissão da Coordenação para muitas ações anteriormente realizadas livremente pelo Serviço Social, o atendimento já chegou a adentrar o turno vespertino sem ser finalizado. Isso afeta pessoas que, por vezes, só possuem o dinheiro para o transporte e, dada a natureza dos atendimentos, frequentemente estão acompanhadas de crianças e adolescentes.

Ainda que essa realidade fuja do controle direto do Serviço Social, é necessária uma postura constante de mediação e luta, buscando sempre melhores condições tanto para a profissão quanto para o público atendido.

Conforme exposto ao longo do trabalho, o número de crianças e adolescentes registrados apenas com o nome da mãe no Brasil é alarmante, resultando não só na ausência paterna, mas também na sobrecarga das mães-solo. Para entender tal problemática, é essencial considerar as particularidades da formação da sociedade brasileira, cuja sociedade é composta por uma maioria negra (IBGE, 2022) e atravessada por um racismo estrutural (Almeida, 2020). Esse movimento exige a identificação dos homens que chegam a instituições como o Ministério Público, considerando os desafios que enfrentam, como a falta de acesso a direitos básicos e a própria ausência paterna, uma realidade vivenciada por muitos dos que são requisitados a comparecer à instituição.

No caso dos homens negros, conforme o professor de estudos afro-americanos Frank B. Wilderson III (2021), eles são frequentemente objetificados, seja na hiperssexualização e pelo genocídio prevalente na sociedade brasileira. Assim, ao se deparar com manifestações do machismo entre homens negros - o que inclui a ausência paterna -, é crucial levar em conta o contexto sócio-histórico em que sempre estiveram inseridos, compreendendo as violências históricas que atravessam seus corpos, sendo tais violências potencializadas dentro da lógica capitalista, manifestando-se de formas específicas. O que exige análises mais profundas do que as já realizadas em relação aos homens brancos, considerando que, ainda que sejam ambos homens, certamente os contextos sociais e históricos que lhes atravessam divergem de uma raça para a outra, exigindo análises que sejam coerentes a isso. Desse modo, é necessário falar de isonomia no trato com esses homens, o que implica garantir oportunidades iguais a todas as pessoas, mas sem deixar de considerar suas particularidades. Sendo tal conceito bem ilustrado pela famosa frase de Nery Jr. (1999, p. 42): "tratar desigualmente os desiguais, na exata medida de suas desigualdades".

Dito isso, não se trata de isentar o homem negro de suas responsabilidades, mas lançar cada vez mais esforços para construir um fazer profissional que considere as realidade não só presentes mas históricas e estruturais dos sujeitos atendidos, e neste caso, fazendo uso dos conhecimentos acerca de como tais homens se movem e (sobre)vivem na sociedade atual, e de que forma se configura como mais uma manifestação da questão social, sendo neste caso, uma problemática não no âmbito meramente individual, mas sobretudo causado pela atual ordem societária, a qual, conforme o Código de Ética do Serviço Social (Brasil, 2012), precisa ser não só analisada como superada, em vista de viabilizar a construção de uma nova e livre de dominações seja de raça, gênero e classe.

4.2 HOMENS NEGROS: VIVÊNCIAS, AFETOS E PATERNIDADES

A partir de minha experiência de estágio supervisionado no setor de Serviço Social do Projeto Paternidade Responsável do Ministério Público do Estado da Bahia, foi possível perceber de perto a complexidade que envolve a paternidade, assim como há um forte marcador de classe/raça nos atendimentos realizados.

Assim, a fim de construir uma análise mais aproximada da realidade de vida desses homens, bem como auxiliar na apreensão da temática escolhida para este trabalho, surgiu a necessidade da realização de entrevistas contendo como sujeitos de estudo homens negros que já passaram por algum dos procedimentos envolvendo Paternidade no referido setor. Tal população foi escolhida justamente a partir das observações que levaram à escolha do tema deste trabalho, em que se notou uma presença preponderante de homens negros, bem como dilemas que atravessam suas vidas de forma comum, o que era percebido através dos atendimentos acompanhados no ambiente de estágio.

De acordo com Antônio Carlos Gil (2010, p. 114), dentre as técnicas utilizadas para a coleta de dados, a entrevista consiste em uma: “técnica que envolve duas pessoas numa situação ‘face a face’ e em que uma delas formula questões e a outra responde.” Posteriormente, ele também evidencia que tal técnica é recomendada nos casos em que os entrevistados possuem baixa escolaridade, o que também foi levado em consideração na escolha dos métodos a serem empregados neste processo, haja vista, a baixa escolaridade sempre foi muito marcante entre os homens requisitados à comparecem aos atendimentos.

Dessa forma, ao longo do mês de Abril, foi realizado um levantamento das fichas dos atendimentos que envolveram reconhecimento/investigação de paternidade, ocorridos no mês de dezembro de 2023. Após isso, foi realizado o contato via ligação e aplicativo de mensagens (WhatsApp), a fim de apresentar a proposta de trabalho. Feito isso, as entrevistas aconteceram no período de 27 a 29 de maio de 2024 utilizando um roteiro semiestruturado (Apêndice A), contendo perguntas abertas e fechadas as quais possibilitaram um aprofundamento maior por parte dos participantes (Gil, 2010). Nesse formato, o roteiro foi seguido de forma flexível, respeitando as singularidades de cada participante e seguindo o movimento de cada entrevista, onde, em alguns momentos, foi possível a realização de perguntas que não estavam programadas, bem como a adaptação de outras já realizadas.

Como pensado previamente, a fim de não gerar uma fadiga aos entrevistados, assim como não tomar muito do seu tempo, (mas sem comprometer a qualidade das respostas), as entrevistas duraram aproximadamente 60 minutos, tempo suficiente para a captação de todas as perguntas planejadas.

As entrevistas foram realizadas no ambiente de estágio, especificamente na sala que é utilizada para os atendimentos da Equipe Psicossocial. Após a leitura do Termo de Consentimento Livre Esclarecido (Apêndice B), foram feitos os devidos esclarecimentos sobre o objeto geral da pesquisa, metodologia e importância da participação do entrevistado para a pesquisa. Logo após foi realizado o convite para a participação, seguido da concordância do participante mediante a assinatura do referido Termo.

Para auxiliar na captação das respostas e maior precisão na coleta dos dados, foi utilizado um aplicativo de gravador de voz, e a autorização de cada um dos entrevistados acerca da gravação foi requerida de forma prévia, a qual foi dada em todos os casos. Posteriormente todo o conteúdo foi transcrito na íntegra pela pesquisadora e mantido sob sigilo. Assim como, conforme acordado no início de cada entrevista, a fim de preservar a identidade de cada um dos participantes, foi utilizado pseudônimos.

Quanto à escolha dos participantes, no que diz respeito aos critérios de inclusão, foram selecionados homens negros, sem critérios de idade ou escolaridade/profissão e que já houvessem passado por todo o trâmite que envolve a Reconhecimento/Investigação de Paternidade, tendo como período os atendimentos realizados no final de 2023 e início de 2024. Quanto ao critério de exclusão, ainda que os homens excluídos fossem homens brancos, dentre as fichas analisadas para a escolha dos sujeitos a serem entrevistados, não houve a presença de homens brancos, apenas pretos e pardos, ocorrendo uma preferência pela escolha dos homens pretos.

Nesta etapa do trabalho será desenvolvida a análise dos resultados. Inicialmente, apresento uma caracterização dos sujeitos por meio do quadro detalhado abaixo:

TABELA 1 – Dados dos entrevistados

Nome	João	Tiago	Pedro
Idade	27	19	36
Raça	Preto	Preto	Preto
Estado civil	Solteiro	Solteiro	Solteiro
Nº de filhos	2	1	2
Ocupação	Ambulante	Desempregado/ autônomo	Autônomo/prestador de serviços
Renda	R\$1.000	R\$1.100	R\$1.500
Escolaridade	Ensino fundamental incompleto	Ensino médio incompleto	Ensino médio completo
Orientação sexual	Heterossexual	Heterossexual	Heterossexual
Idade quando os filhos nasceram	19 e 22 anos	19 anos	20 e 35 anos

Fonte: Elaborado pela autora.

João (pai de 2) mora com os dois filhos (ambos entre 5 e 8 anos), trabalha como vendedor ambulante em Salvador. Tiago (pai de um) mora com seu pai e avó paterna, possui uma filha de 7 meses que mora com a genitora e trabalha fazendo bicos na área de construção civil. Pedro (pai de 2) mora sozinho, possui dois filhos (um adolescente de 16 anos e outro com 8 meses), ambos moram com as genitoras (são mulheres diferentes) e trabalha atualmente como autônomo (não informou em qual área).

Somente a partir dos dados referentes ao perfil dos sujeitos entrevistados, já é possível realizar análises que refletem a realidade de milhares de homens negros no país, especialmente no que diz respeito à escolaridade. Dos três entrevistados, apenas um concluiu o Ensino Médio, realidade que infelizmente ainda atinge uma parcela significativa da população brasileira, sobretudo da população negra, o que é evidenciado no relatório da Pnad Contínua: Educação 2023 (Poder360, 2024), o qual mostra que só 48,3% da população negra no Brasil conseguiu concluir o ensino médio. Em se tratando da população branca, a média é de 61,8%, enquanto a do país é de 54,5%. No Nordeste, a distância do parâmetro nacional é ainda maior: só 45,6% completaram o ensino básico.

O entrevistado João (pai de 2) relatou que começou a trabalhar por volta dos 5 anos e estudou até a 4ª série do ensino fundamental. Essa situação foi diretamente influenciada pela necessidade de começar a trabalhar cedo junto com sua mãe para ajudá-la, constituindo uma realidade inevitável para toda a família, que na época era composta pela mãe de João e mais cinco irmãos. Para não deixá-los sozinhos, a mãe os levava à feira onde trabalhava:

“(...)porque minha mãe sempre trabalhou na feira. Então ela sempre me levou desde pequeno... bebê. Ficava na caixa ali perto dela, ali na mercadoria dela. E eu ficava do lado dela. E eu fui crescendo, e devido ao crescimento fui ajudando ela”(...) Da primeira até a terceira eu estudava bem, mas a quarta em diante eu não... O trabalho pesou mais. Porque eu via que minha mãe comprava muita mercadoria para trabalhar. Então, eu sou fô (se referindo a filho) homem, então tinha que carregar ali as caixas de tomate do depósito para a banca, trazer as coisas para a banca para arrumar a banca, abrir a banca, enredar, arrumar a banca. Ai depois encher o carrinho de verdura e ir para o bairro vender. (João, pai de 2)

Embora não seja o foco principal deste estudo, é impossível ignorar a evidente sobrecarga vivida pela mãe do entrevistado, que, além de cuidar de seus próprios filhos, assumiu a criação do sobrinho, sendo mãe-solo de todos após a morte do pai de João (pai de 2) quando este tinha 4 anos. Realidade que destaca o impacto da ausência paterna na vida da mulher e ressalta o papel de cuidadora e de "pau pra toda obra" frequentemente desempenhado por mulheres negras chefes de família.

Tiago (pai de 1) sendo o mais novo, estudou até o 2º ano do ensino médio e está tentando retomar os estudos, mas precisa regularizar seus documentos para efetivar sua

matrícula. Já Pedro (pai de 2) concluiu o Ensino Médio e atualmente está se organizando para entrar no Ensino Superior, e relatou que pretende seguir a carreira de sua mãe, que é formada em Química.

Esses relatos demonstram como, apesar das semelhanças, cada um possui uma história de vida única, influenciada por questões pessoais, históricas e sociais. Em um país onde o racismo estrutural impacta diretamente na escolaridade, a falta de educação formal afeta a vida profissional e a geração de renda, resultando em condições de vida desiguais para homens negros.

Outro ponto observado nas perguntas iniciais foi a orientação sexual dos participantes. Todos reagiram de forma inusitada ao serem perguntados se se relacionavam com homens ou mulheres. João (pai de 2) riu e disse que se relaciona só com mulheres. Pedro (pai de 2) esbravejou: "*Mulheres! Sou hétero!*" e riu, indicando que considerava a resposta óbvia. Tiago (pai de 1) foi mais sucinto, respondendo apenas "*Mulheres*". Essas reações refletem o tabu que ainda permeia o imaginário masculino ao serem indagados sobre questões íntimas/relacionadas à sexualidade, as quais poderiam ser tratadas com naturalidade.

Nesse sentido, as respostas podem expressar a tal "masculinidade frágil", a qual, ao mesmo tempo que gera posturas homofóbicas já enraizadas socialmente, cobra que os homens, principalmente negros, sejam "machos" e "homens de verdade". Esse processo os coloca em uma posição não só de reprodução de preconceitos, mas também evidencia consequências da socialização da "masculinidade" sob uma hegemonia homofóbica e racista, principalmente quando tratamos de uma população social e economicamente marginalizada. Afinal, a imposição de expectativas que priorizam a demonstração de força e virilidade, resulta na perpetuação de estigmas e limitações que afetam negativamente a expressão emocional e o bem-estar de homens negros.

Adentrando um pouco mais nas entrevistas, começo lembrando a relação de João (pai de 2) com as figuras masculinas em sua trajetória. João (Pai de 2) não teve muitas influências masculinas ao longo do seu crescimento. Seu pai morreu quando ele tinha 4 anos e seu primo (criado como irmão) foi morto aos 15 anos por facções criminosas. Tal ausência de figuras masculinas significativas ao longo do seu crescimento pode ter impactado no desenvolvimento de João (pai de 2) enquanto criança/adolescente negro. E, assim como a representatividade é importante no processo de crescimento e desenvolvimento de mulheres negras, é também com os homens. Dessa forma, é necessário analisar e até mesmo questionar quais os impactos no desenvolvimento de jovens que convivem ou conviveram com a mesma realidade imposta a João (pai de 2), tendo as únicas referências masculinas da sua vida

retiradas de forma tão precoce e brutal. E não só no que diz respeito ao âmbito da paternidade, já que mesmo com tais ausências João (pai de 2) parece ser um bom pai, mas também no sentido de uma reflexão que considere todos os aspectos da vida dos homens negros que podem ser impactados negativamente a partir da ausência de figuras sólidas nas quais eles possam se espelhar e inspirar, sobretudo, homens negros.

E, ainda que não citado diretamente por João (pai de 2), para além do pai e primo-irmão, as figuras masculinas preponderantes em sua vida foram provenientes do crime, tema sobre o qual ele diz que *“porque o que me influenciou talvez foi isso, na frente da minha casa era a boca, e tinha mais de 20 a 30 traficantes e no meu tempo era tudo aqueles caras cabeça cara⁶ mesmo entendeu?”* e diz que fora disso não teve figuras masculinas presentes ao longo do seu crescimento, como tios, vizinhos etc.

Ao falar sobre o pai, João (pai de 2) expõe que acredita que mesmo com toda a educação e orientações passadas por sua mãe, se ele tivesse crescido com o pai, acredita que seria mais difícil de acontecer o seu envolvimento com o crime *“Queira ou não queira eu não tive pai, eu cresci sem pai, se eu tivesse um pai vivo, o pai é mais rígido, na hora de dar uma correção, poderia até ter outra vida... não sei, tipo assim.”* Nesse sentido, o que tem sido apresentado aos meninos e jovens negros residentes de bairros periféricos? Além de enfrentarem dilemas desde o nascimento - como o próprio abandono paterno - ainda convivem com a necessidade de conciliar trabalho e estudo, ou até mesmo optar pelo primeiro em detrimento do segundo, possuindo poucas ou nenhuma referência(s) positiva(s) ao seu redor. Jovens que, não poucas vezes enfrentam privações de saúde, lazer, habitação e alimentação digna e de qualidade. Além disso, convivem constantemente com as ditas "propostas fáceis" apresentadas pela criminalidade, a qual cresce cada vez mais em cidades como Salvador e, em contrapartida, observa-se uma escassez de políticas públicas com foco nas crianças e jovens que são alvos dessas organizações criminosas.

O que se vê é uma sensação de abandono em relação a essas crianças e adolescentes. É como se, na porta de entrada de cada favela, dentre as várias legislações existentes, estivesse principalmente o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) rasgado. No entanto, se tratando de crianças e adolescentes “de favela”, pretas e pobres, os seus muitos artigos são constantemente reduzidos à mera letra de lei.

⁶ Termo comumente utilizado para identificar lideranças do tráfico de drogas, os quais normalmente possuem grande autoridade e “respeito” dentro dos territórios que são dominados pelo crime.

Em contrapartida, no lugar de legislações que visam assegurar direitos, como o ECA, o que se vê é a presença de legislações que visam punir crimes, tal como o Código Penal. É essa a esfera mais atuante do Estado em relação às crianças e adolescentes periféricos, ao passo que se espera o erro surgir para punir e erradicar, em vez de prevenir para garantir o pleno desenvolvimento, afinal, em um país onde a negligência e a morte se tornam regra, ainda que na sua Carta Magna sejam postas como exceção, se você é preto e pobre, a exceção vira regra e a culpa é somente sua.

Destarte, aos olhos do Estado e da sociedade, uma pessoa negra, antes de ser uma criança, adolescente, mulher, homem, idoso ou ser humano, é vista apenas como *negra*, e ser negro não é bem visto nessa sociedade, e isso é evidente em dados como os que apontam que a cada 12 minutos um negro morre no Brasil (Atlas da Violência, 2023):

Em 2022, a vitimização de pessoas negras – soma de pretos e pardos – em registros de homicídios correspondeu a 76,5% do total de homicídios registrados no país. Totalizando 35.531 vítimas (conforme apontado na Tabela 6.1), o que corresponde à taxa de 29,7 homicídios para cada 100 mil habitantes desse grupo populacional (ver Tabela 6.2). Em relação às pessoas não negras – isto é: brancas, indígenas e amarelas – a taxa de homicídio em 2022 era de 10,8, com 10.209 homicídios em números absolutos (Tabelas 6.4 e 6.3, respectivamente). Ou seja, proporcionalmente às respectivas populações, em média, para cada pessoa não negra assassinada no Brasil, 2,8 negros são mortos [...] as capitais que registraram as maiores taxas foram: Salvador (70,2), Macapá (69,7) e Manaus (63,5). Cabe salientar que, nesses casos, o valor de homicídios de pessoas negras para cada 100 mil habitantes, nas capitais, foi superior ao registrado na UF.

Nesse sentido, em um mundo onde, historicamente a morte nos persegue, sobreviver a ela não é só o que almejamos, mas sim sobreviver à vida que nos é historicamente imposta e podermos, em condições dignas, *viver*.

Dito isso, quando perguntados mais diretamente acerca de práticas racistas que já sofreram, todos os entrevistados se mostraram um pouco confusos ou com dificuldades em identificar de forma mais evidente situações envolvendo racismo ao longo de suas trajetórias. Contudo, ao longo de suas respostas, foi possível ver de forma explícita inúmeras marcas do racismo ao longo de suas vidas. Como por exemplo, ao ser indagado sobre isso, João (pai de 2) tentou compreender a pergunta indagando se eu estava me referindo a situações *“que dá raiva”* e responde que *“tipo, a pessoa sai assim, andando no meio da rua mesmo, a pessoa se bate com esses povo branco, as mulé branca já fica segurando a bolsa. (...) eu percebi que a pessoa se afastou porque eu cheguei, a pessoa vai no shopping comprar um negócio e os seguranças ficam tipo, seguindo.... como se fosse roubar”*.

E não só causa tal sentimento, como reduz o homem negro a isto, como se no final das contas sempre fosse esperado isso de um homem negro, e talvez seja por isso a surpresa que

muitas pessoas ainda emitem ao se depararem com homens negros calmos, gentis e tímidos. Sendo estes não raramente indagados e questionados acerca da sua sexualidade, já que a sociedade possui uma imagem bem definida do que vem a ser “homem” e principalmente do que vem a ser o “homem negro” e neste caso, a raiva e a brutalidade são características esperadas.

Nesse sentido, novamente faço uso de um verso de “Autoestima”, do *rapper* baiano Baco Exu do Blues (2022), onde mais uma vez ele representa vários irmãos de pele ao expor em uma de suas músicas as:

tantas dores que eu tentei esconder/ Queria tudo, me disseram: Isso não é pra você /
Julgamentos nos fizeram perder / Livre demais pra quem não é conseguir entender
[...] / Eu quero fugir da minha dor / Nada disso consegue me tirar essa dor / Estando
onde tô, não sinto direito de sentir essa dor / Direito de sentir essa dor.

E algo interessante nos versos de “Autoestima”, do *rapper* Baco (2022), é que ele diz “Estando onde tô, não sinto direito de sentir essa dor”, o que, na minha leitura, demonstra que mesmo quando pessoas negras – neste caso, o homem negro – ascende socialmente e adentra em certos espaços, as manifestações do racismo continuam lhe perseguindo e, em muitos casos, até se intensificam, haja vista, muitos da branquitude amam pessoas negras apenas de longe, mas a partir do momento em que se trata de dividir espaços, as coisas mudam.

Assim, ascensão de classe por parte de negros gera incômodo na branquitude e isso não se dá tanto pelo poder aquisitivo em si, mas sim pelos espaços que, em decorrência de tal poder, pessoas negras poderão adentrar e os brancos terão que dividi-los. Gerando uma aproximação que, na maioria das vezes, não é bem vista por eles, afinal, em um país carregado historicamente de práticas paternalistas e caritativas utilizadas como meio para “tirar o peso da consciência” dos brancos (o que se vê até hoje, principalmente em datas festivas), ver pretos se emancipando economicamente sem mãos brancas por detrás disso gera incômodo, assim como ver tais pretos adentrando nos mesmos espaços que a branquitude. Nesse sentido, o racismo não só irá se fazer presente como tomará novas formas, e muitas vezes bem sutis.

Destarte, essa mesma falta de liberdade para sentir dor que levou e ainda leva muitos homens negros a omitirem suas frustrações, decepções, questionamentos e principalmente pedidos de ajuda gera dados como este: “De acordo com dados do Anuário Brasileiro de Segurança Pública de 2023, aproximadamente 4.500 homens negros morreram por suicídio no último ano, representando cerca de 75% dos suicídios masculinos no país.” (Anuário Brasileiro de Segurança Pública de 2023, 2023). E, evidenciando tal dificuldade/mecanismo

de sobrevivência ao ocultar certos sentimentos que o entrevistado João (pai de 2), ao ser indagado sobre as lembranças positivas e negativas da sua infância, diz, muito pensativo, que só tinha coisas boas e que *"as ruins a gente nem lembra [...] serviu de aprendizado"*, referindo-se principalmente à morte do irmão, se mostrando visivelmente afetado ao falar sobre o assunto.

Tal relato, é um retrato direto da condição do homem negro que adota a postura de omitir e ocultar sentimentos como uma válvula de escape, sendo que, o que por muitos é visto como mera frieza e apatia, na realidade dos fatos, trata-se de mais um dos vários mecanismos de sobrevivência.

Na voz do Racionais Mc's, em "Jesus chorou" (2002):

O que adianta eu ser durão e o coração ser vulnerável? / O vento não, ele é suave, mas é frio e implacável / (É quente) / Borrou a letra triste do poeta (Só) / Correu no rosto pardo do profeta / Verme, sai da reta / A lágrima de um homem vai cair / Esse é o seu B.O. pra eternidade / Diz que homem não chora / Tá bom, falou / Não vai pra grupo irmão / Aí, Jesus chorou [...] / Cadê meu sorriso? Onde tá? Quem roubou? / Humanidade é má e até Jesus chorou / Lágrimas, lágrimas / Jesus chorou.

Ainda sobre isso, quando perguntados sobre questões relativas aos cuidados com a saúde, todos os entrevistados demonstraram reconhecer a importância do cuidado, mas admitiram que no momento não se cuidam tanto quanto deveriam. João (pai de 2) disse não ir ao médico com frequência e que, ao que se lembre, a última vez que realizou exames foi em 2018 em decorrência do episódio em que foi baleado, mas após isso não retornou para fazer os acompanhamentos necessários, e diz que *"depois que eu estiver na minha casa, tudo despreocupado, tudo arrumado, eu vou começar a fazer isso [...] Cuidar mais da minha vida, na minha saúde"*.

Já Pedro, também admitiu estar "em débito" quanto à ida ao médico e diz que nem sentindo dores possui o hábito de ir, mas somente no último caso, e expôs que isso tem a ver com o fato do homem ter outras prioridades e diz:

Mas eu estou devendo uns exames aí para ver colesterol e coisas assim, mas é o modo...acho que do gênero masculino, né? Ser mais resistente a ir ao médico. [...] E nós homens somos acostumados desde novo de que nós somos fortes. E aí... Querendo ou não internaliza isso "não, eu sou forte..." "Tipo, uma gripezinha...É uma gripe! Analgésico para dentro. Líquido... e a vida continua [...] A prioridade do homem, do namorado as vezes... é ganhar dinheiro! E aí em segundo plano vem mulher, né...tem filhos que é outra prioridade. E ele é por último. [...] E aí ele vai sempre intitulado em prateleiras, primeira prioridade, segunda, terceira. E ele sempre que vê que não tem mais nenhuma aí pensa "agora vou me colocar" Aí aparece outra de novo, minha mãe... Focar agora para ajudar a minha mãe na saúde, ou em algo assim, e ele sempre vai se deixando... Eu creio que seja dessa maneira que o homem atual pense. Porque tem estatística aí que te mostra que o homem vai menos ao médico. (Pedro, pai de 2)

E tanto a resposta de João (pai de 2), como a resposta de Pedro (pai de 2) evidenciam muito do que já é analisado acerca desse aspecto, que é a dificuldade que o homem negro tem, tanto em receber cuidado como exercer tal cuidado em si mesmo, sendo levado pela ansiedade e pressão posta pela lógica societária na qual aponta que sempre há outras prioridades, em sua maioria de cunho material, e levando os indivíduos a esquecerem-se de si e deixando o que é também importante – a saúde – para depois.

Já Tiago (pai de 1), o mais novo dentre os três, relatou que vai ao médico com frequência e que realizou exames há dois meses. É interessante notar que, além de ser mais jovem, Tiago (pai de 1) cresceu sob os cuidados de sua avó e de seu pai. Ao longo da entrevista, seus relatos demonstraram que essas duas figuras sempre foram bem presentes em sua vida. Assim, o fato de pertencer a uma geração mais nova, aliado à presença de terceiros comprometidos com seu bem-estar, e ainda em condições sociais mais "favoráveis" – como o fato de morar na casa da avó e a filha (ainda bebê) passar grande parte do tempo com a mãe – contribuem para uma certa estabilidade. O que difere da realidade dos outros entrevistados, sendo que João (pai de 2) vive com os dois filhos, é feirante e assume todas as despesas da casa, enquanto Pedro (pai de 1), também com dois filhos, leva uma vida bastante ativa.

Embora esses fatores não expliquem totalmente a negligência em relação ao cuidado com seus corpos, é possível considerar que Tiago (pai de 1) tem uma certa "facilidade" em comparação com os outros. No entanto, em todos os casos, a grande problemática ainda reside no pensamento enraizado no ideário masculino de que o cuidado é algo inerente à mulher, e, portanto, o autocuidado também o seja. Tal pensamento pode ser um dos fatores que levam muitos homens a se verem apenas pela ótica do papel de “fazer filhos” e prover condições materiais para esses filhos, não considerando o papel de “reprodutores de afeto”, levando muitos (quando não abandonam fisicamente) a abandonar seus filhos afetivamente, haja vista, não se veem no papel de cuidadores emocionais, mas apenas como provedores materiais.

Pedro (pai de 2), cuja realidade social difere em relação aos dois entrevistados (sendo o pai empresário e a mãe funcionária pública) demonstra os impactos concernentes à classe social na realidade de vida dos homens negros, a qual, ainda que não os livre das manifestações do racismo como supracitado, os livram de algumas das variadas manifestações da questão social. Entretanto, uma tendência muito recorrente em pessoas negras que integram a classe média/alta, ou que possuem condições que lhes proporcionam acessar certos espaços, como por exemplo colégios particulares (como foi o caso de Pedro) é de haver uma escassez de letramento racial, assumindo em alguns casos uma postura de superioridade ou de distanciamento com a cultura negra ou com as lutas travadas por ela.

Quando indagado sobre situações envolvendo racismo, Pedro (pai de 2) diz que nem sempre levou as coisas pro lado da raça, acreditando que poderia ser por mera questão de falta de afinidade do outro em relação a ele, e que em situações assim sempre optou pelo afastamento, e diz que *“É como te falei, eu tenho na minha cabeça que quando você dá importância é que vai aumentar. Essas campanhas que fazem aí de antirracismo, eu acho totalmente errado”* assim, na visão dele, tais campanhas acabam reforçando o racismo, e continua: *“Eu sou contra a tal fachada comemoração do dia da Consciência negra. É o dia da consciência humana! Não tem que levantar essa bandeira ‘ah negro...’ Se vitimizar para quê?”*.

Sobre a postura de Michael, penso que cabem as palavras de Neusa Santos Souza (1983), sobre o tornar-se negro e a transmissão do modelo paterno:

A possibilidade de construir uma identidade negra – tarefa eminentemente política – exige como condição imprescindível, a contestação do modelo advindo das figuras primeiras – pais ou substitutos – que lhe ensinam a ser uma caricatura do branco. Rompendo com este modelo, o negro organiza as condições de possibilidade que lhe permitirão ter um rosto próprio. (p. 77)

Entretanto, em um outro momento da entrevista, ao admitir – como já exposto – que mesmo reconhecendo a importância do cuidado com a saúde, ele não se cuida como deveria, Pedro (pai de 2) reconhece que há uma influência do meio em relação ao indivíduo e diz:

Você é produto do meio que você vive. Por mais que tem coisas que eu não gosto, mas quem for olhar por fora vai perceber que eu tenho alguns comportamentos daquela sociedade que eu convivo. Por mais que eu for descrever para você aqui, eu vou dizer “oh, eu não gosto disso e disso”, mas eu posso ter algumas coisas, eu não posso ser hipócrita de dizer que eu não faço tudo que eu vejo de errado na sociedade. Eu posso cometer coisas de errado que eu vejo de sociedade. Que creio que é o natural do ser humano. (Pedro, pai de 2)

E, esse mesmo Pedro (pai de 2) que reconhece a existência do racismo, mas é contra campanhas antirracistas por achar que fortalecem o racista, traz no meio da entrevista o dado que aponta que os homens morrem mais no Brasil e morrem por violência e aponta o Estado como o maior culpado *“O maior culpado, sim! Digamos que uns 85% ou 90%”*, sendo, tais falas do entrevistado, uma evidência das múltiplas posturas que um único indivíduo pode ter, ainda que umas sejam mais contraditórias que outras.

Nesse sentido, ao lermos relatos como estes, os quais teríamos dificuldade de acreditar na sua veracidade se não fossem fielmente registrados, pode gerar em nós (como é visto em muitos lugares) um certo afastamento em relação a pessoas que assumem tal postura, ainda que negras. Entretanto, longe de assumirmos uma postura messiânica, na qual queremos salvar a todos e fazer com que todos exerçam plenamente sua autonomia com liberdade, é

necessário pensar no que ainda pode ser feito, quais estratégias precisam e podem ser realizadas a fim de aproximar tais indivíduos do que afastá-los ainda mais. Afinal, como muito dito no senso comum “ninguém nasceu sabendo” e certamente em algum momento do nosso processo de libertação das amarras que nos limitavam, assumimos posturas contraditórias, seja por mera falta de conhecimento, seja como mais um mecanismo de sobrevivência. E essa é uma observação importante, também no sentido de não tratarmos a “identidade negra” como uma essência que traduz todos os sujeitos negros, como algo padronizado e estático, mas como uma identidade permeada de contradições e diferenças como as demais, atravessada por várias posições assumidas pelos sujeitos na estrutura social.

Ademais, isso pode ser visto como um reflexo direto de como o racismo se manifesta na sociedade brasileira, sendo, ao meu ver, uma das formas mais letais, pois, ao mesmo tempo em que gera a sensação de não existir, sendo tudo menos racismo, reforçando a lógica do mito da democracia racial, gera também uma certa alienação das vítimas, onde as mesmas, seja como uma estratégia de sobrevivência ou por falta de letramento racial, possuem dificuldades em nomear as práticas racistas que já sofreram e ainda sofrem.

Muitos, como Pedro (pai de 2), preferem denominar esses atos como bullying, possivelmente na tentativa de se aproximar das experiências vividas por outras camadas da sociedade, do que reconhecer os laços de dor que os aproximam de outras pessoas negras. Podendo tal negação, ser, talvez, mais uma forma – ainda que inconsciente – de se distanciar de tudo aquilo que remete à complexa condição de ser negro no Brasil, preferindo assumir que sofreu bullying assim como qualquer outro ser humano pode sofrer, do que admitir a condição de vítima do racismo. Logo, ao admitir a existência do racismo, terão que admitir a identidade negra – já que somente etnias bem específicas sofrem racismo –, o que por muitos ainda é negada.

Nesse sentido, admitir/nomear o racismo que se vivencia significa admitir que é negro, e mais que isso, significa admitir que é um negro na condição de vítima e, enquanto um homem desenvolvido em uma sociedade que tanto lhe odeia por ser negro, como lhe ensina que não deve demonstrar sentimentos por ser homem, entende-se porque para muitos homens é tão difícil de se ver e se colocar nesse lugar de vítima do racismo. O que certamente coloca entraves na superação de suas marcas, já que um dos primeiros passos para superarmos algo, é o reconhecimento da sua existência.

Ao falar de um momento delicado de sua vida, que foi o seu envolvimento com a criminalidade, João (pai de 2) se mostra bastante tocado com esse episódio de sua vida, e atribui aos seus filhos o motivo de ter saído da criminalidade:

Meus filhos, velho! Hoje em dia eu estou em paz mesmo, estou fazendo mais por causa dos meus filhos [...] eu mudei em várias coisas, de ruim pra bom quando eu tive os meninos. Eu era muito problemático, aí devido os meninos a pessoa vai pegando a visão [...] É o dia a dia pô, como eu estou te falando é o dia a dia, a pessoa tá vendo ali, arma menino armada, um bocado de gente armada vendendo droga, aí rola festa, isso é aquilo e você tá ali, sua casa é na frente disso ali tudo, aí só Deus mesmo pra te afastar, e como Ele fez comigo, ele me afastou mais depois que eu tive meus filhos, e aí eu não ligo mais pra nada desses negócios. Tenho minha casa própria... (João, pai de 2)

E principalmente vê nos seus filhos o incentivo para trabalhar “*eu tenho que trabalhar para manter os filhos... preciso cuidar dos meus filhos.*” e a atribui a eles proteção de vida, onde diz que se sente muito mais seguro quando está com eles “*Eles são meu anjo da guarda, não vou mentir*”.

João (pai de 2), quanto a aparência, linguagem, estudos e postura não é o padrão esperado e almejado quando se fala e pensa sobre ser “Pai” na sociedade brasileira, nem mesmo na sociedade soteropolitana onde, um grande contingente de pais se parece – seja em aparência ou em história – com ele. Dentre os quais, destaco painho.

Painho teve pai, meu avô conviveu com ele e seus irmãos. Mas se pegarmos seu registro de nascimento, por algum motivo, seu nome não consta lá. Painho foi um jovem preto nascido e criado em uma favela de Salvador. E assim como a maioria dos jovens pretos, conviveu de perto com a realidade do tráfico de drogas, mas, seja por ser um “sujeito de sorte” como bem diz o cantor Belchior⁷ seja por pura bondade Divina, ele nunca se envolveu no crime, o que não o isentou de passar e vivenciar momentos obscuros, justamente pelo contexto de sua vida, como também pelo território onde nasceu e cresceu. Meu pai, ou melhor, Painho, conheceu Mainha aos 19 anos. Ela tinha 17. Ele não tinha herança, não tinha bens, só tinha um RG onde não constava o nome do seu pai e era constantemente apontado como mais um jovem preto que viraria estatística, mas a todas ele contrariou e continua a fazê-lo até hoje!

No bairro onde ele nasceu, cresceu e no qual permanece até hoje, antes de ser conhecida pelo meu nome, sempre fui conhecida como “a filha de Paulinho”. Quando criança e adolescente, ao ouvir me chamarem assim, eu dava um “sorriso amarelo”, mas quando chegava em casa esbravejava que “eu tinha nome!” e queria ser chamada como tal. Mas no fundo, eu me orgulhava de ser reconhecida como filha de meu pai, pois toda vez que ouvia isso, soava como música para os meus ouvidos, significando, dentre muitas coisas, que eu não

⁷ “Presentemente, eu posso me / Considerar um sujeito de sorte / Porque apesar de muito moço / Me sinto são, e salvo, e forte / E tenho comigo pensado / Deus é brasileiro e anda do meu lado / E assim já não posso sofrer / No ano passado.” (Belchior, 1976)

era sozinha no mundo, que eu era a filha de alguém, que eu tinha pai e um pai presente e que todos sabiam quem ele era.

Painho, como a maioria dos pais negros, sempre foi trabalhador, sempre trabalhou como pedreiro/carpinteiro, e me criou carregando materiais de construção, descendo e subindo escadas com sacos de cimento nas costas, e procurando lajes aos finais de semana para trabalhar a fim de complementar a renda. E até hoje, aos 44 anos, trabalha como carpinteiro em uma empresa de engenharia civil. E aqui, faço questão de citar tais detalhes a fim de evidenciar, na perspectiva de filha, que mesmo o meu pai não dispondo das melhores condições materiais e financeiras, ele foi e é pai, e o meu maior orgulho não se dá tanto por tudo o que ele me proporcionou materialmente, mas sim pela presença dele na minha vida mesmo em meio a tudo o que passou. E uma das coisas que mais reflito é o quanto ele trabalhou somente, assim como João (pai de 2), por ter uma filha (e posteriormente duas, com a chegada de minha irmã), pois, dificilmente ele trabalharia tanto se só fosse “ele no mundo”. Logo, posso dizer, sem rodeios, que sim, painho é um pai responsável e é um homem negro!

E aqui, já destaco que em muitas iniciativas sobre paternidade falta justamente figuras que representem realmente a “cara” de muitos pais brasileiros, os quais não são como os pais dos famosos “comerciais de margarina”, mas são homens de história sofrida e de contextos de muita luta, mas que exercem sua paternidade cada um de seu jeito e cada um de sua forma. Afinal, uma coisa é parâmetros legais que definem a responsabilidade inerente a todos os pais para com seus filhos, outra coisa é, em uma sociedade diversa, construirmos e alimentarmos um padrão de paternidade e esperar que todos os homens (incluindo os negros) se encaixem nela, excluindo tudo o que não for condizente com esse padrão.

Quando iniciei o estágio no setor de Paternidade Responsável, durante uma palestra, uma assistente social mencionou o quanto seria difícil para ela entender certos aspectos de sua própria personalidade se não conhecesse o pai, já que eram características herdadas dele. Isso me atingiu profundamente, e muita coisa se ressignificou para mim. Ao olhar para painho, eu me vejo e compreendo aspectos de mim mesma que, sem ele, seriam difíceis ou até mesmo impossíveis de entender.

E, finalmente, após tantas reflexões sobre a sua forma de ser pai – especialmente quando o comparava a outros pais – hoje, graças a esse processo de autoconhecimento e respeito que desenvolvi na minha interação com ele, sou capaz de olhar para painho de uma maneira mais profunda, compreendendo-o, respeitando-o e amando-o cada vez mais. Não buscando e nem esperando que ele se encaixe no molde de outros pais, mas o enxergando além do papel de pai; o reconhecendo como um homem negro, com uma história marcada por

desafios, lutas e sobrevivências. E é justamente por isso, que me orgulho imensamente de tê-lo como meu pai, meu painho. E assim, uso a música Loadeando (Rude-Boy), de Marcelo D2⁸, para dizer que não somos “o modelo de pai e filha”, afinal, nem deveria existir um modelo de paternidade, mas nos desenvolvemos e evoluímos, ele enquanto pai e eu enquanto filha.

A partir da introdução de perguntas relacionadas à paternidade, os entrevistados foram trazendo relatos interessantes, onde todos chegaram em um ponto em comum que é o reconhecimento da importância que eles desempenham na vida de seus filhos, ainda que tal construção tenha partido de lugares distintos. Pedro (pai de 2) relatou sempre ter tido um apego muito grande com o seu pai, o que, segundo ele, sofreu um certo abalo em decorrência da separação de seus pais, situação que, mesmo ele reconhecendo que afetou a relação de pai/filho, foi o melhor, já que ele mesmo reconhecia que o casamento dos pais não dava mais certo:

Eu senti... porque era meu pai, meu amigo, e querendo ou não a gente se afastou. Eu via meu pai às vezes de sete em sete dias, sendo que eu tinha o costume de ver meu pai todos os dias! Meu pai chegava do trabalho, cansado. Contava minha vida pra ele quando ele ia usar o banho, era massa! E aí a gente acabou se afastando (começou a bater na mesa, senti ele nervoso, emocionado) Afastando o que eu digo, criou uma distância pra a gente se ver. (Pedro, pai de 2)

E, quando indagado se achava que ele poderia ter sido melhor preparado pelos pais para lidar com esse afastamento, ele demonstrou acreditar que há certas coisas – como o divórcio – que ficam difíceis de “se preparar” as partes e os envolvidos.

Entretanto, ainda que Pedro mantivesse um certo contato com o seu pai após a separação, através dos seus relatos, ficou perceptível que houve um certo “esfriamento” no convívio dos dois, situação que costumeiramente pôde ser observada em diversos atendimentos acompanhados ao longo da experiência de estágio supracitada. Nessa experiência, não poucas vezes, tanto os genitores como as genitoras não conseguiam separar a conjugalidade da parentalidade e, em decorrência do rompimento da relação entre os cônjuges, os filhos acabavam sendo afetados, principalmente com o afastamento do pai, por diversos motivos.

⁸ “E aí, como é que 'tá o colégio? / Ah, o colégio 'tá bem, eu que você sabe como é que é, né? / Round one / O jogo começou, aperta start / Na vida, você ganha, você perde meu filho, faz parte / Ih é ruim eu não gosto de perder / Nem me lembro há quanto tempo que eu não perco pra você / Calma filho 'cê ainda tem que crescer, o jogo apenas começou / E 'cê tem muito pra aprender / É, eu sei, eu 'tava só zoando / Você que loadeou e eu 'to jogando / E eu me desenvolvo e evoluo com meu filho / Eu me desenvolvo e evoluo com meu pai [...] / Se o papo for futebol / Ah isso é comigo / E se o assunto é playstation / Tudo bem, é contigo / A evolução aqui é de pai pra filho” (2003)

Assim, ainda que não se possa afirmar que há influências dessa situação vivenciada por Pedro (pai de 2) na sua atual postura com um de seus filhos, é inegável que o “ruído” com a mãe de seu segundo filho tem sido um grande entrave para uma melhor relação de pai e filho, chegando a dizer que ainda está “digerindo” a chegada do novo filho, que no momento da entrevista tinha 8 meses. E ao ser indagado sobre uma tentativa de romper esse “distanciamento”, Pedro (pai de 2) diz que: *“É, e eu não sei nem se vou conseguir...se vou conseguir quebrar essa...essa coisa...porque... talvez.. Eu torço pra que ele cresça logo! Porque na verdade eu criei antipatia pela mãe desse mais novo. E aí, contato é zero... não quero contato nenhum.”* porém, ao longo desse momento da entrevista ficou mais evidente que o problema em si é justamente com a mãe da criança, o que refletiu diretamente na relação de Pedro (pai de 2) com o filho. Ele chega a admitir isso, mas diz que pretende esperar a criança crescer mais um pouco a fim de conseguir passar mais tempo juntos sem a presença da genitora *“Claro. Eu não vou rejeitar ele por conta dela (...) E aí como eu falei a você, quando estiver maior por “conta própria”, já estiver andando, falando, pedindo as coisas, porque às vezes, em meses, ele não perde ainda. E quando estiver maior, eu pego para ficar comigo alguns dias”*.

Entretanto, ainda que seja possível de certa forma compreender tal postura de Pedro (pai de 2), o qual em diversos momentos pontuou ser uma pessoa que opta pelo distanciamento de situações e pessoas que lhe causam algum tipo de conflito, em se tratando da paternidade, sua postura reflete a ação de muitos homens, os quais – justamente pela concepção de que o “filho precisa mais da mãe”, de que “a mulher cuida mais e melhor”, e dessa possibilidade que é socialmente dada ao homem de deixar certas coisas para depois – optam por esse afastamento, apoiando-se, ainda que inconscientemente (ou não) no papel atribuído e exercido socialmente à mulher, que é o de cuidado, de estar e precisar estar sempre presente. É o que pontua Hirata (2002 *apud* Duarte 2018):

A divisão sexual do trabalho é considerada como um aspecto da divisão social do trabalho, e nela a dimensão opressão/dominação está fortemente contida. Essa divisão social e técnica do trabalho é acompanhada de uma hierarquia clara do ponto de vista das relações sexuadas de poder [...] A divisão sexual do trabalho é, assim, indissociável das relações sociais entre homens e mulheres, que são relações de exploração e de opressão entre duas categorias de sexo socialmente construídas. (p. 47)

Assim, até é compreensível a questão vivenciada por Pedro (pai de 2) e a genitora, afinal, termos não são fáceis, e no caso deles, não houve nem sequer um relacionamento, porém, ele tem a “opção” de esperar seu filho crescer mais para “ver como vai ficar” e dar “esse tempo” enquanto a genitora não. E ainda nesse sentido, em muitas situações, o homem

fica livre para usufruir do seu poder de escolher quando e como lidará com todos os aspectos referentes a uma responsabilidade que é dever de ambos, sendo que, na maioria das vezes, principalmente quando se trata de maternidade, a mulher não tem essa escolha de fazer agora ou depois, mas é sempre requerida, solicitada e obrigada a ser mãe.

Desta forma, longe dos meus propósitos atribuir algum peso à maternidade, entretanto, também não a compreendo como um momento só de “flores” como costumeiramente é representado no senso comum. Principalmente se esta mulher, na condição de mãe, precisa suprir seu filho de todas as formas que uma criança necessita, sozinha, e para ter a presença ativa e integral (o que não é mera “ajuda”) do genitor, é necessário requerê-lo como se não fosse óbvio ao homem o seu papel. Isso também é demonstrado através da fala do entrevistado, onde Michael (pai de 2) expõe: *“eu só tinha visto ele aqui e aí semana retrasada ela disse que estava precisando sair e aí me perguntou se podia ficar comigo, aí sábado foi e ficou comigo à tarde e à noite ela foi buscar.”* e o “aqui” que ele se refere, é justamente o dia da audiência onde foi comprovada a paternidade.

Com isso, cabe indagar este lugar de conforto que o poder/privilégio masculino oferece aos homens, fazendo com que este “tire um tempo para refletir” ou para “ler um livro”⁹ ou simplesmente continue vivendo a sua vida, enquanto as responsabilidades que também são suas, são realizadas pela mulher. E muitos homens podem alegar que as mulheres resistem colocando obstáculos quanto à convivência deles com os filhos, contudo, no entanto, é importante destacar que os homens têm o mesmo acesso aos recursos legais que qualquer outra pessoa para resolver questões de convivência, seja por meio do diálogo ou, se necessário, judicialmente.

Assim, em uma sociedade desenvolvida a partir do privilégio conferido aos homens, privilégio este que em muitos momentos também é usufruído por homens negros, fica evidente que, ainda que muitos queiram exercer a paternidade, o conforto que a masculinidade lhes oferece, lhes possibilitando postergar responsabilidades, acaba falando mais alto. Nesse sentido, urge a necessidade de se falar o básico, de haver um chamamento coletivo aos homens para a responsabilidade. Responsabilidade com seus corpos; responsabilidade com suas parceiras; responsabilidade com seus filhos e, o que inclui o afeto, haja vista, ainda que a subsistência seja imprescindível, a função paterna vai além dessa questão.

⁹ O ator Luis Navarro, conhecido por seu papel em "Todas as Flores", anunciou sua separação da esposa, Ivi Pizzot, alegando a necessidade de tempo para si mesmo, como "ler um livro". A declaração gerou críticas, especialmente por deixar a esposa com duas filhas pequenas. Posteriormente, Navarro pediu desculpas publicamente, reconhecendo que sua mensagem foi infeliz e reafirmou seu compromisso de estar presente na vida de suas filhas. (Terra, 2023)

Nessa mesma linha, Tiago (pai de 1) reconhece que poderia ser mais presente na vida de sua filha e diz que:

Tipo assim, eu tento ser o mais presente possível, entendeu? Só que, tipo, vamos supor que eu prefiro evitar um pouco estar conversando com a mãe dela, entendeu? [...] Ai, tipo, a menina está pequena, por enquanto ela está pequena, beleza. Eu tenho que ter a proximidade, não tem jeito. Ligo, vejo, quando, tipo, quando eu não estou muito ocupado, eu mando a mensagem, falo com ela, entendeu? Eu falo com ela, pergunto como é que está a menina. E aí, por enquanto, tipo, quando ela bater uma certa idade aí já vai ser diferente, entendeu? (Tiago, pai de 1)

Ele alega que não tem problemas com a genitora, mas prefere manter pouco contato. Explicou que via a filha semanalmente, mas devido ao fato de a mãe da criança morar em outro bairro e haver conflitos de facções relacionados ao bairro onde ele reside, ele evitou o deslocamento. No entanto, sempre fornecia o transporte para que a genitora levasse a filha até sua casa, o que ela fazia inicialmente. Contudo, segundo ele, com o tempo, ela começou a evitar essas visitas, e ele preferiu respeitar, acreditando que ela tivesse seus motivos. Nesse contexto, percebe-se uma atitude mais proativa de Tiago (pai de 1), embora, assim como em Pedro (pai de 2) e em muitos outros homens, ainda persista a tendência de deixar grande parte da responsabilidade pelos filhos, especialmente nos primeiros meses ou anos, sobre os ombros da mãe, sendo que tal momento é um dos mais cruciais e que também gera maiores encargos.

Destarte, um fato curioso sobre todos os pais entrevistados se dá em relação à resposta dada por eles quando perguntados sobre o que sentiram quando souberam da paternidade, assim como o que mudou em suas vidas a partir disso. Quanto à descoberta da gravidez do primeiro filho Pedro (pai de 2) relata:

Top! Top não, foi um susto primeiro. E aí, a primeira pessoa que eu fui dar notícia foi minha mãe. Eu esperava um esporro de minha mãe. Minha mãe não me deu esporro. Falou, é... Parabéns, legal. Agora goste de trabalhar mais ainda (risos) porque tem mais uma vida que depende de você, né? Não é só mas você agora, aí eu falei “é...” (Pedro, pai de 2)

E após esse momento de descoberta, ainda sobre o primeiro filho, Pedro (pai de 2) diz: “o primeiro... a gente era muito jovem, primeiro namorado... em maturidade... mas eu curti muito o meu primeiro filho... da gravidez até nascimento, tudo, eu curti muito... era algo novo para mim que me ajudou mais um pouco a amadurecer... aí foi o máximo, foi top.”.

Quanto ao segundo, ele relata o momento da audiência de abertura do exame de DNA, já que, segundo ele, ele tinha 99,9% de certeza que não era seu filho, e só não deu 100% pois estava sendo chamado para o teste, e ele relata: “Ela [referindo-se a Promotora de Justiça] viu a minha cara de surpresa, que eu tava, rapaz... eu fiquei aéreo. Porque eu vim de boa e falei ‘não é meu’. Falei ‘ela vai passar sua vergonha lá só.’” E em outro momento expôs que

se soubesse que era, de fato, seu filho antes do teste, não necessitaria de exame de DNA e iria acompanhar toda a gravidez, assim como no primeiro filho, e afirmou que já tentou levar o mais velho para morar com Pdero (pai de 2), mas a mãe não aceitou muito “*O mais velho só não morou comigo porque a mãe que não deixou. Que a gente estava separado já, aí eu falei ‘ele mora com você’ ai quando ele completou 10 anos eu falei ‘ele vai morar comigo a partir de agora’.* Ela não deixou, chorou... chantagem.” e disse que também pretende tentar com o mais novo quando estiver crescido. E sobre a relação que tem e pretende ter com seus filhos, ele relata:

O que eu tento fazer sempre é que ele saiba que eu sou amigo dele, sou brother dele. Tanto é que eu nunca exigi ao mais velho, como os pais da minha época, benção, pedir benção. Eu digo, não. Tocava na mão dele, como cumprimento como se fosse um amigo meu. Para ele sempre idealizar que eu sou, além do pai dele sou amigo dele. O melhor amigo dele.

Tiago (pai de 1) relatou que estava com a genitora até os oito meses de gravidez, e que ela decidiu procurar a Instituição a fim de fazer o exame de DNA, e conta como se sentiu com a confirmação da paternidade:

Tipo assim, pô, foi uma sensação boa. Porque... É tipo assim, quando... quando teve essa hipótese de eu ser pai, eu falei, tipo, só veio em minha mente, para eu não fazer que nem eu fiz com minha mãe, abandonar a minha filha. Entendeu? E pô, foi uma felicidade. Quando eu falei com o meu pai, meu pai também gostou, ficou alegre, minha mãe também. Tipo, todo mundo agiu como eu esperava, entendeu? [...] Aí, ele foi e falou, “é, a partir de hoje, sua vida vai mudar um pouco.” aí eu falei “É, né?” Porque, tipo, não mudou, não, porque o filho não interfere em nada, entendeu? Mas, tipo assim, é mais uma responsabilidade. Hoje em dia, tipo, não vai ser como antigamente que eu saia, que eu só me preocupava com em si. Hoje em dia, se eu for sair com minha filha, eu tenho que me preocupar com ela. A preocupação hoje em dia toda vai ser ela. Aí, tipo, não fica complicado, mas, tipo, é uma coisa assim que a pessoa fica mais madura. [...] E aí, tipo, foi um conforto e é bom. É bom porque o amor é, tipo, hoje em dia, eu sei que aquele amor ali vai ser verdadeiro, entendeu? O único amor que eu sei que vai ser verdadeiro vai ser aquele dali. (Tiago, pai de 1)

E, ao ser perguntado sobre o que a vinda de sua filha agregou na sua vida, ele diz: “*Mais no abandono assim de minha mãe*” Demonstrando com isso que o nascimento de sua filha tanto ressignificou o abandono sofrido em relação a sua mãe (objetivando não agir como sua mãe), como tem lhe ajudado a curar essa ferida que lhe acompanhou toda a vida. Nesse sentido, Tiago (pai de 1) expôs que, conseqüentemente, a relação com sua mãe ficou comprometida, já que anos após seu nascimento, ela tentou se reaproximar, porém ele diz evitar. Já em relação ao seu pai, Tiago (pai de 1) relata que, em decorrência do abandono de sua mãe, quando seu pai teve que viajar a trabalho, ele se sentiu novamente abandonado, mas sentiu um alívio quando o pai retornou e todas as vezes que falava do pai, os olhos brilhavam chegando a se emocionar. Ele diz:

Meu pai ali é... pô... é excelente, mano [...] Tipo, meu pai sempre... Desde novo... Tipo, teve que assumir a família cedo, que no caso meu avô morreu, meu pai tinha 14 anos. Então, ficou tudo na... Tipo, vamos dizer, ficou tudo nas custas dele, porque tinha a minha avó, minha tia e meu pai. Ai, meu pai teve que se virar desde novo. Começou a trabalhar novo, sustentou a casa. E, tipo assim, foi um espelho para hoje em dia eu... Hoje em dia eu tento ser um pouco que ele foi, entendeu? Tipo, pega as partes boas, que todo mundo tem as partes boas, tem as partes ruins, entendeu? Pega as partes boas dele e, tipo, Tento me inspirar naquilo dali. Não envolver nas coisas erradas, trabalhar, conquistar o que é meu, entendeu? Não precisar das coisas dos outros". (Tiago, pai de 1)

Novamente, enquanto há similaridades nos relatos dos três homens, cada um tem suas singularidades que refletem a realidade de muitos. Entretanto, cabe salientar que, em se tratando de homens negros, o desenvolvimento deles não se deu nas melhores condições se comparado ao que está preconizado nos dispositivos legais que tratam sobre os direitos das crianças e adolescentes. Haja vista, a sociedade que gera e alimenta o racismo, sexismo e machismo, cria um cenário de desproteção para meninos como João (pai de 2) que foi exposto a atividades criminosas. Essa mesma sociedade também influencia jovens como Pedro (pai de 2), que, mesmo sem necessidade financeira evidente, sentem-se compelidos a trabalhar para provar sua independência.

Além disso, muitos detalhes das histórias dos entrevistados evidenciam relações positivas de paternidade negra, as quais contestam o estereótipo negativo que frequentemente recaem sob os pais negros. Homens que, assim como João (pai de 2), apesar de suas dificuldades, cuida de seus filhos, assim como o pai de Tiago (pai de 1) cuidou dele, mesmo sem a genitora. Essas histórias muitas vezes ficam à margem, enquanto o abandono cometido também por homens negros é amplamente destacado, contribuindo para a reafirmação do lugar do homem negro enquanto aquele que abandona e não como o que cria, ainda que exista inúmeros, como painho, que, nas palavras do *rapper* baiano Vandal (2020), em Vingadorah:

Às vezes falta moeda na minha vida (minha vida) / Mas nunca falta coragem na minha vida (na minha vida) / Tem dois braço', duas perna', grita: "ave Maria" (ave Maria) / Não tá fudido num hospital, então levanta a guia (levanta a guia) / Uns tem uns pivete', uns tem umas guria' / Luta pra criar, não abandona a cria.

Tais experiências evidenciam que mesmo em meio às difíceis condições sócio históricas e lidando com questões individuais, cria meios para criar e não abandona suas crias. E tal realidade é muito mais comum do que se pensa, ainda que há muito o que se superar e mudar em relação aos muitos que ainda assumem uma postura de descaso e omissão em relação aos seus filhos.

A partir disso, infelizmente é inegável os dados que mostram homens negros em lugares negativos e contraditórios, mas é necessário questionar o porquê de invisibilizarmos

trajetórias de homens negros como João (pai de 2), que em meio a uma história atravessada pela necessidade de trabalhar cedo, somado ao envolvimento com o crime e abandono da mãe de seus filhos quando estava baleado, os cria da melhor forma. História de homens como Pedro (pai de 2), que mesmo com posturas controversas repletas de machismo e alienação de raça, demonstra um evidente esforço em estar presente na vida de seus filhos e de criar estratégias para superar seus conflitos com a genitora pelo bem deles. Homens como Tiago (pai de 1), um jovem que, atravessado pela dor do abandono, com estudos incompletos e vivendo suscetível ao perigo que é ser um jovem negro em Salvador, supera todos esses entraves e vê na sua filha uma ressignificação para erros cometidos contra ele e por ele em sua história.

Como indaga Bell Hooks (2020, p. 54): "Por que foi mostrado tão pouco interesse positivo nos estilos de vida alternativos dos homens negros?". Ainda assim, o termo "alternativo" pressupõe a existência de um padrão, e em um mundo tão diverso, inclusive dentro da própria população negra, composta por indivíduos tão distintos entre si, não é adequado tomar homens negros que falham enquanto pais e ver a paternidade negra a partir dessa única ótica. O que é, no mínimo, "curioso", considerando que é comum em nossa sociedade evidenciar as atitudes negativas de pessoas negras, ofuscando completamente as positivas e deixando margem para que cada vez mais carreguemos o peso dos estereótipos negativos.

Ao abraçarem o modelo de masculinidade patriarcal, que associa a violência ao critério de quem é ou não homem, os homens negros caem em uma cilada, afinal, diferentemente dos homens brancos, eles carregam consigo um acúmulo de estereótipos desde o período colonial, quando lhes foram atribuídas inúmeras negatividades. Desta forma, ao adotarem uma postura violenta para afirmarem sua masculinidade, acabam reforçando um conjunto de visões e expectativas já alimentadas sobre eles, o que não ocorre com os homens brancos, os quais raramente são generalizados quando um deles comete atos violentos, sendo seus erros – mesmo os cometidos em massa – tratados como "casos isolados," enquanto os "bons exemplos" da branquitude prevalecem.

No entanto, quando se trata de erros cometidos por pessoas negras, esses erros são destacados e nos perseguem por toda a vida, transformando-se em mais uma marca que representa a negritude, virando "coisa de preto." Assim, é sempre preferível aos interesses da branquitude que homens negros cometam todo tipo de crime e imoralidade, pois dessa forma, eles serão os destacados, perpetuando por gerações a ideia de que tais delitos ou imoralidades são problemas "de preto" e não problemas societários. Como afirma Grada Kilomba (2019):

O sujeito negro torna-se tela de projeção daquilo que o sujeito branco teme reconhecer sobre si mesmo, neste caso: ladra ou o ladrão violenta/o, a/o bandida/o indolente e maliciosa/o. [...] No mundo conceitual branco, o sujeito negro é identificado como o objeto “ruim”, incorporando os aspectos que a sociedade branca tem reprimido e transformando em tabu, isto é, agressividade e sexualidade. Por conseguinte, acabamos por coincidir com a ameaça, o perigo, o violento, o excitante e também o sujo, mas desejável – permitindo à branquitude olhar para si como moralmente ideal, decente, civilizada e majestosamente generosa, em controle total e livre da inquietude que sua história causa. (p. 37)

Nesse sentido, Bell Hooks (2020, p. 111) ressalta que "ser agressivo é a maneira mais simples de afirmar a masculinidade patriarcal." Dessa forma, homens negros adotaram um modelo de masculinidade que não lhes pertence, e pagam um preço elevado por isso, um preço que, como em outras esferas da sociedade, recai de maneira ainda mais pesada sobre eles, justamente por serem homens negros. Ela continua:

Ao projetar nos homens negros a característica da violência primitiva descontrolada, a cultura supremacista branca faz parecer que os homens negros personificam uma masculinidade patriarcal brutal que homens e mulheres brancos - e todos os outros - devem reprimir com armas. Triste e estranhamente, alguns homens negros acabaram por se tornar garotos-propaganda da masculinidade patriarcal e do ódio às mulheres (*ibid*, p. 114)

E por fim, porque não tomar como exemplo homens como meu (pai)drinho, um homem preto que conviveu comigo desde o meu nascimento e supriu as lacunas de afeto que esperava receber de pai. Um homem exemplar, de caráter incrível e que tinha como um dos seus principais atributos a calma e paciência, características que o destacavam e que contrastavam totalmente com os estereótipos atribuídos aos homens negros. Sendo para mim, o que o avô de Hooks (*ibid*, p. 40) representou para ela: “Calmo, tenro, gentil, criativo, um homem de silêncio e paz” e assim como o seu avô, ele me ofereceu uma visão de masculinidade negra que ia contra uma norma patriarcal. Sendo, ainda conforme suas palavras: “o primeiro homem negro radical na minha vida.”

E hoje, sem a sua presença¹⁰, ainda é difícil aceitar que finalmente me formarei e ele não estará ao meu lado. Ele, que foi um dos grandes incentivadores dos meus estudos e que sempre acreditou em mim e nutriu meus sonhos ao simplesmente me respeitar, me ouvir e acolher. E sinto ainda mais por minha prima (filha dele), que estava em seus primeiros anos de vida quando ele faleceu, mas que, mesmo muito nova, experimentou seu grande amor e cuidado e até hoje nutre lembranças positivas do pai.

E assim, enquanto pai trabalhava para garantir meu sustento, meu padrinho dedicava preciosas horas para me ajudar nas atividades da escola. Enquanto pai me levava pra todo canto que ia e me ensinava lições sobre a vida, meu padrinho me defendia de

¹⁰Meu padrinho faleceu em 2022, sendo uma das milhares de vítimas da COVID-19.

situações constrangedoras, incluindo a primeira experiência de racismo explícito e em público de que lembro ter sofrido, quando eu tinha 10 anos. Enquanto Painho falava firme comigo e criava em mim uma imagem de proteção e respeito aos mais velhos, meu padrinho era quem sempre me recebia de braços abertos, enxugando minhas lágrimas e também me oferecendo uma outra forma de proteção. Painho me moldou ao som de Edson Gomes; meu padrinho, com Tim Maia.

Hoje vejo que muito do que sou, vem do que eles me ensinaram e sempre foram. Dois homens negros, com realidades totalmente distintas: meu padrinho, com duas graduações; painho, com o ensino fundamental incompleto. Meu padrinho teve uma infância e adolescência relativamente confortável; Painho passou fome e foi criado em meio à guerra que todo jovem negro periférico enfrenta. Dois homens pretos, com vivências totalmente diferentes, mas ainda assim, homens pretos que foram pais e assumiram essa responsabilidade. E sei que eles não são os únicos, mas que representam muitos outros homens negros que saem, mas retornam para casa ao final do dia (quem lê, entenda).

Bell Hooks (2022), mesmo ao se posicionar para escrever sobre homens negros, reconhece que, enquanto mulher, não pode falar pelos homens, mas se propõe ao diálogo a partir do conceito de solidariedade, que, conforme sua leitura, é a base do amor verdadeiro. E oferece grandes contribuições sobre o tema, como, por exemplo, ao discutir a dificuldade de articulação entre e para os homens negros e observa que, entre seus colegas (homens negros) que tentam intervir em outros homens negros, há um sentimento de cansaço, pois parece que "os homens negros simplesmente não entendem isso", referindo-se a pautas importantes para a negritude.

Além disso, ela menciona que, ao falar sobre seu pai, irmão e outros homens negros em sua vida, observa que "mesmo sendo homens que trabalham duro, e que estão em boas condições financeiras, emocionalmente eles sofrem" (Hooks, 2022, p. 37). E nessa mesma linha, na contemporaneidade até os próprios homens brancos, – os quais são ensinados sobre individualidade e competição – estão se unindo para um fortalecimento mútuo – ainda que contraditório – como é evidenciado no movimento *Redpill*¹¹, que tem sido amplamente

¹¹ “O termo significa “pílula vermelha”, em português, e faz referência a uma cena do filme Matrix, de 1999. Nela, Neo (Keanu Reeves), o personagem principal da trama, é convidado a escolher qual pílula vai tomar: a azul, que o mantém preso à matrix (o mundo ilusório, mas que ele acredita ser a realidade), ou a vermelha, que lhe traria a consciência do que seria real de fato. Seguindo a mesma lógica, os *coaches* de masculinidade oferecem ao público a escolha entre as pílulas azul e vermelha. Para eles, a realidade atual, marcada pela emancipação feminina e o combate ao machismo, seria uma espécie de matrix. Nela, as mulheres exerceriam dominância sobre os homens, a partir dos direitos que conquistaram, chamados pelos *redpill* de “privilégios”. Para libertar o homem contemporâneo da “manipulação” feminina, esses *coaches* ofertam cursos e palestras de como ser um “macho-alfa”. Ou seja, oferecem a possibilidade aos homens de tomarem a “pílula vermelha” para ter consciência da realidade e reagir.” (Politize, 2023)

disseminado nas redes sociais. No entanto, os homens negros ainda enfrentam dificuldades para se unir, se fortalecer e estreitar seus laços.

Nesse contexto, sabendo da importância da representatividade, é necessário que os homens negros que já ocupam lugares de destaque na sociedade, especialmente na mídia, voltem seu olhar para outros homens negros. Entretanto, isso não deve ser baseado numa lógica messiânica, como se esses homens fossem resolver todas as problemáticas, mas sim fundamentado no sentido de coletividade tão presente na comunidade negra, a qual precisa ser fortalecida.

Além disso, considerando que vivemos em um Estado que se baseia em direitos – ainda que só cheguem a nós (população negra) após muitas lutas e reivindicações –, são necessárias maiores articulações em relação aos homens negros, assim como há para outras camadas da população, no sentido de buscar melhorias em questões que afetam suas vidas e geram impactos muitas vezes irreversíveis, como ações voltadas para a melhoria das condições de vida para meninos negros, mais atividades esportivas para os jovens, maior acesso à educação e lazer de qualidade, mais possibilidades de ingresso no ensino superior, oferta de emprego e políticas focadas na saúde integral do homem negro.

Desta forma, ao mesmo tempo que este trabalho é um convite à reflexão para os homens negros no que tange principalmente a responsabilidade com suas vidas, seus corpos e seus semelhantes, afinal, nas palavras de Patrícia Hill Collins (2019):

homens negros não estão na sala da diretoria das grandes empresas e, portanto, não podem ser responsabilizados por ações destinadas a proteger os privilégios da masculinidade branca. Ao mesmo tempo, porém, nossos “irmãos” estão, sim, na casa das mulheres negras. Eles podem ser responsabilizados pela maneira como tratam as mulheres negras, as crianças negras e uns aos outros, por mais que sofram opressão racial. (p. 297)

É também um convite à comunidade negra, no sentido de pensarmos em como estamos educando nossos filhos, qual modelo de masculinidade estamos alimentando e quais respostas estamos dando para a falta de responsabilidade paterna por parte de homens negros, sem reduzir os erros cometidos por tais sujeitos a uma questão psicológica, mas também não deixando de considerar as opressões interseccionais de raça, gênero, classe e sexualidade (Collins, 2019) as quais também incidem sobre a vida dos homens negros. Realidade que é alarmante, mas que poucas vezes há debates que gerem soluções que apontem para a aproximação de tais homens e não para a exclusão.

Assim, “o desafio é romper os roteiros eurocêntricos da masculinidade negra e da feminilidade negra, não apenas para receber um melhor tratamento individual, mas para minar e mudar a política sexual vigente” (*ibid*, p. 298). Não perdendo de vista que o grande algoz da negritude é o próprio Estado que reproduz violências contra os homens negros – seja na ação ou omissão – cuja sociedade foi formada, desenvolvida e ainda é nutrida a partir da exploração de negros e indígenas.

Destarte, ao falar sobre o período de segregação racial institucionalizada nos EUA, Collins destaca que muitas práticas originadas entre as pessoas negras no período da escravidão, foram mantidas nesse contexto: “Em um ambiente de violência racial sancionada pelo Estado, a solidariedade entre negros se tornou importantíssima e ajudou a suprimir diferenças legítimas entre os negros estadunidenses” (2019, p. 121). E é fundamental reconhecer o papel que as mulheres negras têm desempenhado historicamente na busca pela transformação, tanto individual quanto coletiva, dentro de suas comunidades, incluindo o apoio aos homens negros.

Nesse sentido, Collins (2019) exemplifica essa trajetória, mostrando tanto mulheres negras que após conseguirem sua libertação do regime escravocrata, passaram longos períodos de suas vidas à procura de filhos, cônjuges e pais perdidos nesse contexto, como destaca cantoras de Blues que, através de suas músicas, expressaram as complexas relações e dilemas enfrentados por mulheres negras em relação aos seus parceiros, trazendo à tona tanto as dores quanto os amores envolvidos nessas relações. No entanto, é crucial reconhecer que, apesar dos esforços históricos das mulheres negras para apoiar e lutar pela emancipação dos homens negros, essa responsabilidade não pode ser exclusivamente delas.

Em um contexto onde a mulher negra já carrega todo o “peso” de ser uma mulher negra na sociedade brasileira, é imperativo que a busca por melhores condições de vida para os homens negros seja vista como uma responsabilidade coletiva. É inegável que o fortalecimento da comunidade perpassa a proteção uns dos outros, entretanto não podemos nos esquecer da responsabilidade individual, assim como do trabalho que cabe à sociedade e ao próprio Estado, principalmente como uma forma de reparação histórica pelas injustiças que recaíram sobre a população negra, da qual os homens negros fazem parte.

Nesse sentido, Collins (2019, p. 301) aponta que, ao tentarem se conformar a determinados padrões e/ou serem excluídos de espaços tradicionalmente reservados a homens brancos, alguns homens negros podem representar um risco para aqueles ao seu redor, especialmente outras pessoas negras. Nesse contexto, é também necessário reconhecer os inúmeros desafios enfrentados pelas mulheres negras em decorrência de ações e omissões por

parte dos homens negros, sejam eles pais, cônjuges, colegas de trabalho e outros, o que inclui a sobrecarga decorrente do abandono paterno de seus filhos, o que acaba contribuindo para o agravamento de diversas questões que atravessam a realidade de vida de inúmeras mulheres negras, como adoecimento físico e mental, dificuldades financeiras e etc.

Assim, considerando os avanços obtidos para as mulheres negras através do feminismo negro e de riquíssimas contribuições de intelectuais, ativistas e pensadoras negras, é que faço um convite especial às mulheres negras a fim de que permaneçamos incluindo em nossas pautas de lutas, os debates acerca dos/para os homens negros. E tal convite, não vai na ideia de se assumir a responsabilidade de “salvar” os homens negros, mas sim na direção de um esforço coletivo que valorize a solidariedade e a interdependência entre nós, reconhecendo a importância de apoiarmos uns aos outros em meio a nossas contradições, limitações e obstáculos.

Poderia tecer extensas contribuições acerca das contradições que ainda existem entre homens e mulheres negras, entretanto, resumo ao afirmar que um dos mais potentes mecanismos utilizados em prol do genocídio da população negra foi nos colocar uns contra os outros. Bambara (1960 *apud* Collins, 2019, p. 291) evidencia que: “não é necessário conhecimento específico para observar que um dos traços mais característicos de nossa comunidade é o antagonismo entre nossos homens e nossas mulheres”, nesse sentido, acredito que faz parte deste tema a conversa histórica que homens e mulheres negros ainda precisam ter, assim como as pendências que precisam resolver, que diz respeito as feridas mútuas que todos fingem não existir, mas que ambos sentem.

Tais “ruídos” dizem respeito a várias questões, dentre elas – e principalmente – questões envolvendo o afeto. E aqui, ressalto que o amor preto cura, mas são raros os que chegam lá, afinal, tudo para nós é mais difícil e pensar que logo no amor seria fácil, é utopia. O amor preto é contra-hegemônico, e nadar contra a maré é cansativo. E se ambos não estiverem atentos à correnteza e não souberem para onde ir, correm o risco de morrerem tentando salvar um ao outro do afogamento.

Assim, que possamos ultrapassar as competições conscientes e inconscientes que nos dividem, pois a morte (em seus vários estágios) continua chegando para os nossos corpos como sempre, e a mudança que queremos ver no coletivo, começa em cada um de nós, mas também parte do coletivo, afinal, é um movimento. E nisso, que possamos gerar fortalecimento, partindo da compreensão conforme nosso contemporâneo Igor Kannário (2016), de que: “Depois de nós é nós de novo”, assim como Emicida (2019) em Principia, ao dizer: “Eu me refaço, fato, descarto / De pé no chão, homem comum / Se a benção vem a

mim, reparto / Invado cela, sala, quarto / Rodeio o globo, hoje 'to certo / De que todo mundo é um e / Tudo, tudo, tudo, tudo que nós tem é nós”.

Que possamos repartir com os nossos o que recebemos e sermos pacientes quanto à sua emancipação. Nesse sentido, Táíwò Òkòtó escreve em sua página (Medium, 2019) a seguinte reflexão:

Se questionem sobre como – até mesmo como povo – a desvalorização do que somos está diretamente ligadas ao que fazem com a gente. Desvalorizar é ajudar a matar. Desvalorizar é desumanizar. Vender que alguém não tem nada de positivo é ajudar a preparar o terreno. Quem não tem nada de positivo não faz falta, se faz descartável. Todos em relação “àquilo” ficam dessensibilizados.

Dessa forma, conforme pensamento de Audre Lorde (2020), em vez de mulheres e homens negros gastarem suas energias guerreando uns contra os outros, é bem mais proveitoso para ambos e para a comunidade negra em geral que haja uma união em prol da luta contra as verdadeiras forças econômicas, políticas e sociais que impedem historicamente nosso pleno desenvolvimento e emancipação. Entretanto, não perdendo de vista que, em uma sociedade que atribui aos homens negros papeis que lhes são impossíveis de cumprir, não é e nem deve ser papel das mulheres negras ter de alterar suas vidas a fim de construir mudanças, mas sim é a sociedade que precisa mudar.

Assim, a violência sofrida pelos homens negros não pode ser usada como justificativa para a negligência que muitos comentem em relação a seus filhos e genitoras, visto que, as mulheres negras também enfrentam inúmeras violências ao longo de suas vidas e nem por isso abandonam seus filhos, como destaque novamente, mulheres como a mãe do entrevistado João (pai de 2) que criou cinco filhos sozinha e trabalhando na feira, a qual representa muito mais a maioria das mães negras, do que a mãe do entrevistado Tiago (pai de 1) que o abandonou na maternidade.

E aqui, o diferencial entre as mulheres e homens negros está justamente no “aval” que o patriarcado concede aos homens negros ao passo que induzem e alimentam todo tipo de violência, já que está é uma das marcas da masculinidade, conferindo a eles o poder de escolher se relacionar com várias mulheres sem a proteção adequada, assim como, quando informados da gravidez, terem a possibilidade de cogitarem se irão assumir essa gravidez ou não. Enquanto que para as mulheres não há essa possibilidade, já que a criança está ligada ao seu corpo, podendo vir a ter que conviver com ameaças e violências de cunho verbal e moral por parte do genitor, ao ponto de necessitar comparecer a um órgão público a fim de “obrigá-lo” a assumir uma paternidade que deveria ser evitada, planejada ou assumida de forma responsável.

Assim, ao se afastar dos muitos ensinamentos oriundos da comunidade negra, como o respeito de si e ao outro, e ao se aproximar e ser moldado nos ensinamentos próprios da lógica eurocêntrica, o homem negro se vê, ainda que em um corpo negro, agindo tal como branco. Mas, diferente do homem branco, do qual se espera coisas boas, o homem negro não entende que assumir tal modelo é um tiro no seu pé, já que esse mesmo modelo que o influencia a agir pela violência, irá reprimi-la com mais violência. Nesse sentido, Bell Hook (2020) diz que:

A violência de homens negros contra mulheres negras é a forma mais aceitável de expressão da masculinidade. Uma vez que o mundo racista machista branco vê as mulheres negras como vadias raivosas que devem ser mantidas sob controle, ele vira as costas para a violência de gênero entre os negros (...) Se os homens negros são socializados desde o nascimento para abraçar a noção de que sua masculinidade será determinada pela possibilidade ou não de dominar e controlar os outros, e, apesar disso, o sistema político patriarcal supremacista branco capitalista imperialista impede a maioria deles de ter acesso a posições socialmente aceitáveis de poder e dominância, então eles reivindicarão sua masculinidade por meio de canais socialmente inaceitáveis” (p. 122-123)

Realizadas tais considerações, por meio das entrevistas e de um Trabalho de Conclusão de Curso que aborda não somente o ônus que é deixado por muitos homens negros quando se trata de paternidade, mas também destaca os muitos que assumem suas responsabilidades, tomei como base o conceito de Educação Popular, o qual tem como um de seus mais notáveis precursores no Brasil, o educador Paulo Freire, onde o Ministério da Educação, através do Caderno sobre Educação Popular e Saúde (Brasil, 2007, p. 39), ao tecer considerações sobre sua metodologia, compartilha a seguinte indagação: “Por que existem poucas experiências de falar com o povo e muitas experiências de falar para o povo? - Como podemos viver a experiência dos companheiros e escutá-los para, assim, despertar neles a consciência crítica por meio de um processo de ação-reflexão-ação?”

Assim, reconhecendo a importância de uma educação libertadora, que associa a aprendizagem ao pensamento crítico, gostaria de convidar meus amados irmãos de pele e de caminhada a refletirem sobre a condução de suas vidas; sobre o olhar que têm para si mesmos, seus corpos, sua saúde, e como lidam com suas vivências e se relacionam com os semelhantes, a fim de, cada vez mais, deixarem de ocupar lugares nos quais são acusados, requeridos e solicitados a comparecer em decorrência de negligências e irresponsabilidades, como na esfera parental. Como já dito em outro momento deste trabalho, filho não é uma obrigação, mas precisa ser uma escolha. Assim como as mulheres precisam ser livres para exercer seus direitos de escolher ter ou não filhos, receber as devidas orientações e estar nas devidas condições para cuidarem de si, assim precisa ser com os homens também.

Destarte, em muitos espaços na sociedade encontramos frases que nos influenciam a sermos “protagonistas da nossa própria história”, o rapper Djonga (2020), em sua música “Oto Patamá” diz que: “Se cada um é um universo / Quem salva uma vida salva um mundo inteiro / Seja protagonista da sua história / Pega a folha e muda o roteiro”.

A partir das palavras de um homem preto que usa suas músicas para falar de si e para outros homens pretos, eu lanço a reflexão: Vocês estão, ainda que minimamente, ditando as direções de suas vidas ou seguem um "roteiro" preestabelecido? Esse roteiro muitas vezes determina suas identidades com base no número de mulheres que conseguem conquistar, ou lhes dá o conforto de se relacionar com uma ou duas mulheres sem proteção, confiando que elas irão lidar com as consequências no futuro, correndo o risco de gravidez indesejada e infecções sexualmente transmissíveis, muitas das quais não têm cura.

Será que vocês estão realmente tomando decisões sobre suas vidas ou são negligentes com seus corpos, adiando o cuidado que podem exercer hoje? Esse cuidado envolve não só consultas a um urologista, que muitos homens temem, mas também na iniciativa de tornar a terapia uma realidade em suas vidas, e principalmente em começar a repensar o modelo de masculinidade que lhes foi apresentado, analisando os resultados que obtiveram até aqui, e mais, se permitindo conhecer novas formas de agir, reagir, relacionar, sentir e viver, em prol de si e dos outros ao redor.

E, ao contrário do que muitos homens pensam, movimentos emancipatórios focados nas mulheres não visam simplesmente “passar a mão pela cabeça” das mulheres, dando-lhes um aval para agir de qualquer forma sem analisar consequências. A noção de empoderamento feminino também envolve a dimensão da responsabilidade, que nos faz refletir sobre a direção de nossas vidas, quem estamos sendo, onde estamos e para onde queremos ir. Trata-se de uma responsabilidade que nos leva a analisar nossas contradições e superar muitas das amarras, mesmo aquelas que são imperceptíveis para nós, que sempre impediram uma real emancipação, a qual começa dentro de cada um.

Desta forma, aludindo ao primeiro princípio do Código de Ética do Serviço Social (CFESS, 2012), o qual possui a liberdade como valor ético central, bem como a autonomia, emancipação e plena expansão dos indivíduos sociais, lanço tais reflexões a cada homem negro, com o objetivo de gerar – ainda que mínima – uma provocação em direção a um movimento individual-coletivo em busca da superação das contradições e estigmas que historicamente os acompanham, sendo tais contradições e estigmas muitas vezes alimentados e perpetuados também pelos próprios homens negros. E aqui, o objetivo é principalmente contribuir para a emancipação dos homens negros, contribuindo para que haja, a começar, no

círculo íntimo de cada um, homens negros mais seguros de si, mais responsáveis, afetuosos e fortes, mas não violentos. Homens negros curados e, acima de tudo, homens negros que preservam suas singularidades e descobrem suas reais identidades para além dos moldes do que lhes foi ensinado através da masculinidade ainda tida como padrão, a qual é somente uma dentre as várias possíveis de se exercer.

Bell Hooks (2020, p. 122) destaca: “Hoje, os homens negros vivem em um mundo onde têm mais chance de serem notados quando agem violentamente”. Nesse sentido, diante do alarmante número de homens negros envolvidos em mortes, crimes, descasos e vulnerabilidades, é urgente a implementação de políticas de ações afirmativas voltadas para essa população, entretanto, em uma sociedade cujo interesse pelos homens negros frequentemente surge apenas para notificá-los, puni-los e objetificá-los, é fundamental adotar ações que considerem a totalidade de suas vidas em prol de uma plena emancipação.

5. CONCLUSÃO

Quando pensei em realizar as entrevistas, um dos motivos foi a oportunidade de ouvir o que os homens negros têm a dizer sobre si mesmos. Ouvir suas versões, suas narrativas, suas histórias, dores, culpas, erros e opiniões, permitindo que eles próprios evidenciassem como a masculinidade se manifesta em suas vidas. Afinal, em que momento o homem negro teve esse espaço para falar sobre si mesmo?

Nesse sentido, este trabalho permitiu aprofundar a compreensão dos múltiplos fatores que impactam a vida dos homens negros, reconhecendo as contradições presentes em muitas de suas posturas, onde, ao mesmo tempo que continuam ocupando lugares de oprimidos, agem também como opressores, impactando negativamente na vida de muitas mulheres e crianças negras. Entretanto, também possibilitou evidenciar que tais homens negros, mesmo usufruindo de certos privilégios e concessões que o gênero masculino lhes proporciona, também são vítimas de uma sociedade estruturada a partir de lógicas patriarcais, capitalistas, racistas e excludentes.

Assim, ao considerar o tratamento histórico dispensado aos homens negros, é crucial que, em vez de perpetuarmos as respostas punitivistas e segregacionistas que tanto perseguiram a população negra, busquemos alternativas que promovam verdadeiras transformações sociais. Devemos fomentar debates baseados em uma análise dos impactos que os séculos de escravidão causaram no desenvolvimento e comportamento dos homens negros, bem como do entendimento e do papel da família para esses homens, com o objetivo,

entre muitos outros, de reduzir cada vez mais os índices de negligência paterna ainda presentes entre muitos homens negros.

Nesse sentido, se nos incomodamos quando vemos argumentos, falas e até mesmo dados que reduzem os homens negros ao papel de abusador, misógino, violento, bruto, criminoso, perverso, "doente e tóxico" – entendendo que, embora homens negros possam, como qualquer outro indivíduo, exibir esses comportamentos -, por que não nos incomodamos quando se trata de evidenciar mais o homem negro no lugar do pai ausente do que os vários homens negros que são pais presentes?

Essa foi a reflexão que comecei a fazer a cada atendimento acompanhando na minha experiência de estágio, especialmente quando questionei por que o público-alvo das ações eram majoritariamente homens negros, e recebi como resposta que um dos motivos era que raramente pessoas ricas resolvem suas questões na esfera pública - e sabemos a qual grupo étnico tais pessoas pertencem no país. A partir disso, logo pensei: "não é que não existam homens brancos que abandonam seus filhos, mas o que mais se evidencia são os homens negros que o fazem!".

Neste sentido, embora esses homens sejam os mais frequentes nas instituições públicas, é necessário redirecionar as ações realizadas nestes locais, mudando as estratégias para focar em pais de todas as etnias e classes sociais. E junto a isso, deve ser evidenciado e destacado os muitos exemplos positivos de pais com realidades de vida semelhantes à da maioria dos pais brasileiros. Sendo fundamental também trazer para o centro dessas intervenções as diversas formas de ser um pai responsável, incluindo pais comuns que existem por todo o Brasil: pedreiros, vendedores ambulantes, acadêmicos, garis, camponeses, indígenas, artesãos, policiais, professores, pescadores, entre outros.

Pais que possuem o ensino superior, mas também aqueles que nunca foram alfabetizados; Pais que mostram seu afeto ao dizer “eu te amo” e encher seus filhos de abraços carinhosos, enquanto outros demonstram através de atos como o do pintor Josenilson Souza Vitorino, o qual foi brutalmente assassinado neste ano, em Salvador, ao tentar impedir o estupro de sua filha.¹²

¹² CORREIO. **Pintor impede estupro de filha e é espancado até a morte por traficantes em Cajazeiras XI.** 2024. Disponível em: [https://www.correio24horas.com.br/minha-bahia/pintor-impede-estupro-de-filha-e-e-espancado-ate-a-morte-por-trafficantes-em-cajazeiras-xi-0324#:~:text=Ap%C3%B3s%20impedir%20que%20o%20parente,%2C%20neste%20s%C3%A1bado%20\(23\)](https://www.correio24horas.com.br/minha-bahia/pintor-impede-estupro-de-filha-e-e-espancado-ate-a-morte-por-trafficantes-em-cajazeiras-xi-0324#:~:text=Ap%C3%B3s%20impedir%20que%20o%20parente,%2C%20neste%20s%C3%A1bado%20(23).). Acesso em: 29 de ago. 2024.

Há pais que tiveram um bom exemplo de paternidade de seus próprios pais e o reproduzem, mas também há aqueles que nem mãe tiveram, mas se propõem a aprender com os filhos, os desafios e as maravilhas de ser pai e ter um filho.

Destarte, a partir da minha própria experiência de vida, ao olhar para meu pai, sempre presente, para meu extenso número de tios e primos de segundo grau, todos homens negros e com realidades distintas, e saber que nenhum deles deixou seus filhos, pelo contrário, são pais muito presentes, em um contexto sócio histórico cujo “normal” é o abandono, ser um pai negro responsável é um ato revolucionário, contra hegemônico e político, e este deve ser cada vez mais fomentado e evidenciado em detrimento daquele.

Assim, não se tratou aqui de ignorar a existência de homens negros que se isentam da paternidade, afinal, os atendimentos realizados em órgãos como o Ministério Público da Bahia mostram essa triste realidade. No entanto, é urgente refletir se já não é hora de expandirmos este debate para um campo mais amplo, com ações e discussões mais amplas, que considerem não apenas o abandono, mas que também incluam as condições socio-históricas que atravessam a vida das crianças e adolescentes, das mulheres/genitoras e, crucialmente, dos próprios homens negros.

Com isso, se consideramos a categoria “comunidade” tão importante para a população negra ao tratarmos dos diversos assuntos que atravessam nossa existência, por que abandonar tais homens negros à própria sorte e aos moldes do machismo e da branquitude quando se trata de sua postura com seus filhos e semelhantes? Nesse sentido, esta análise parte do reconhecimento da irresponsabilidade parental não somente a partir da perspectiva individual, mas considerando fatores mais amplos, como a falta de apoio institucional e social e principalmente a influência tão forte do machismo nos homens negros, que lhes confere o “poder” de se isentarem de certas responsabilidades.

Sendo assim, enquanto uma futura assistente social, a partir dos limites e possibilidades da profissão, reconheço que não podemos adentrar em searas que cabem a Psicologia. Entretanto, em se tratando de aspectos de cunho social, faz-se necessário um movimento dialético, por meio do qual analisamos os indivíduos, ações e situações em um movimento que considera o contexto de onde os indivíduos partem, quem são, quais suas condições socioeconômicas, assim como aspectos da sua história de vida e etc, a fim de compreender a complexidade que há em cada situação. Sendo imprescindível considerar a formação da sociedade brasileira e as implicações no desenvolvimento da população, principalmente daqueles que são os alvos das ações profissionais, e isso, justamente com o objetivo de fugir de respostas e compreensões rasas e meramente técnicas.

Da mesma forma, considerando os onze princípios contidos no Código de Ética profissional (CFESS, 2012), que dialogam diretamente com o projeto ético-político da profissão, convido minhas colegas prestes a se formar, bem como as profissionais já atuantes, a manterem sempre em mente a nossa instrumentalidade.

Com isso, a cada atendimento, a cada demanda, a cada leitura que fizermos, nos perguntarmos sempre: A quem nossas práticas profissionais servem? Quais forças reforçam? Qual o projeto de sociedade está na sua base? Quais os valores estão implicados nas ações que desenvolvo? E quais os resultados a curto, médio e longo prazo tais respostas irão gerar para tais indivíduos e para a sociedade como um todo?

Por meio da qual, mesmo em meio a “explosão” de demandas inerentes ao dia a dia profissional, confere uma direção para as nossas ações profissionais, as quais ainda que sigam o movimento societário, não se trata de um mero seguir para gerar adequação ao que está posto, mas sim a fim de se inteirar para garantir respostas que gerem transformação. E aqui, longe de adotarmos uma postura messiânica e nem nos rendermos ao fatalismo, é necessário não nos esquecermos da qualificação que precisa ser continuada, a fim de que possamos devolver respostas coerentes e de qualidade para a sociedade.

Assim, ao se pensar na qualidade dos serviços prestados é necessário ao olhar e atender tais homens em questão, considerar a totalidade na qual estão inseridos, bem como as influências nas singularidades que lhes atravessam. Tendo a liberdade como valor ético central, é necessário usarmos da criatividade a fim de traçarmos estratégias para viabilizar a construção da autonomia, emancipação e plena expansão destes homens, partindo da compreensão que a linguagem e atitudes repletas de violência que muitos deles oferecem, são uma reprodução da violência que sempre receberam, e nesse sentido, um dos focos precisa ser o fortalecimento de vínculos e não o isolamento.

REFERÊNCIAS

- ALMEIDA, Silvio. **O que é racismo estrutural?** Belo Horizonte: Letramento, 2020.
- ALVAREZ, Marcos César. Apontamentos para uma história da criminologia no Brasil. In Koener, Andrei. (Org.). **História da justiça penal no Brasil: pesquisas e análises**. São Paulo: IBCCRIM, (Monografia n. 40) p. 129-151.
- ANTUNES, Ricardo. **Os sentidos do trabalho: Ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho**. São Paulo: Boitempo, 2000.
- ANUÁRIO BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA. **Anuário brasileiro de segurança pública 2023**. São Paulo: Fórum Brasileiro de Segurança Pública, ano 17, 2023.
- ATLAS DA VIOLÊNCIA. **Atlas da violência. 2023**. São Paulo: Fórum Brasileiro de Segurança Pública; Rio de Janeiro: IPEA, 2023.
- BACO EXU DO BLUES (2022). **Autoestima**. In: Qvvjfa. [Álbum digital]. Rio de Janeiro: Altafonte, Janeiro/2022.
- BADINTER, Elisabeth. **XY: sobre a identidade masculina**. 2ª edição. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1993.
- BAHIA. **Constituição do Estado da Bahia, 1989**. Salvador: ALBA, Empresa Gráfica da Bahia, 1989. 128 p. Constituição (1989).
- BARRETO, A. de O. Masculinidade negra e a colonização: ecos do passado no presente. **Kwanissa: Revista de estudos africanos e afro-brasileiros**, 5(12). 2022.
- BBC NEWS BRASIL. **Mapeamento genético revela novas origens de escravizados no Brasil**. Ago/2020. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/brasil-53534656#:~:text=Apesar%20de%20mais%20de%2060,desce nd%C3%Aancia%20africana%20v%C3%AAm%20das%20mulheres>. Acesso em: 26 ago. 2024.
- BELCHIOR (1976). **Sujeito de sorte**. In: Alucinação. [LP]. Rio de Janeiro: PolyGram, Junho/1976. Lado b.
- BENTO, Cida. **Pacto da Branquitude**. São Paulo: Companhia das Letras, 2022.
- BÍBLIA. **O justo e os ímpios**. Tradução de João Ferreira de Almeida. São Paulo: Casa Publicadora Paulista, 2020. 1087 P., Velho Testamento.
- BRASIL 247. **Combate ao racismo exige igualdade de oportunidades**. 2015. Disponível em: <https://www.brasil247.com/pt/247/artigos/180713/Combateao-racismo-exige-igualdade-de-oportunidades.htm>. Acesso em: 12 de out/2023.
- BRASIL. **Constituição (1988)**. Constituição da República Federativa do Brasil: promulgada em 5 de outubro de 1988. 4. ed. São Paulo: Saraiva, 1990.
- BRASIL. **Estatuto da criança e do adolescente: lei federal nº 8069, de 13 de julho de 1990**. Rio de Janeiro: Imprensa Oficial, 2002.
- BRASIL. **Lei Carolina Dieckmann: Lei 12.737, de dezembro de 2012**. DF.
- BRASIL. **Lei Maria da Penha: Lei nº 11.340, de 7 de agosto de 2006**. DF.

BRASIL. **Ministério da Saúde. Boletim Epidemiológico SVS: edição especial nº 33.** Brasília: Ministério da Saúde, 2021. Disponível em: https://www.gov.br/saude/pt-br/centrais-de-conteudo/publicacoes/boletins/epidemiologicos/edicoes/2021/boletim_epidemiologico_svs_33_final.pdf. Acesso em: 26 ago. 2024.

BRASIL. **Ministério da Saúde. Secretaria de Gestão Estratégica e Participativa.** Departamento de Apoio à Gestão Participativa. Caderno de educação popular e saúde / Ministério da Saúde, Secretaria de Gestão Estratégica e Participativa, Departamento de Apoio à Gestão Participativa. - Brasília: Ministério da Saúde, 2007.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. **Política Nacional da Assistência Social – PNAS/2004 e Norma Operacional Básica da Assistência Social – NOB/SUAS** - Brasília, DF: MDS, 2005.

CABRAL CASTRO E LIMA. **Paternidade responsável: o que pais e futuros papais precisam saber.** 2019. Disponível em: <https://cabralcastroelima.com.br/paternidade-responsavel-o-que-pais-e-futuros-papais-precisam-saber/>. Acesso em: 26 ago. 2024.

CAVALCANTE, K. L. Fundamentos da filosofia Ubuntu: afroperspectivas e o humanismo africano. **Revista Semiárido De Visu**, Petrolina, v. 8, n. 2, p. 184-192, 2020.

CESARE Lombroso. In: WIKIPÉDIA: a enciclopédia livre. Disponível em: https://pt.wikipedia.org/wiki/Cesare_Lombroso. Acesso em: 29 de ago. 2024.

CFESS. **Código de ética do/a assistente social. Lei 8.662/93 de regulamentação da profissão.** - 10ª. ed. rev. e atual. - Brasília: Conselho Federal de Serviço Social, 2012.

CINTRA, Antônio Carlos de Araújo, GRINOVER, Ada Pellegrini, DINAMARCO, Cândido Rangel. **Teoria geral do processo.** São Paulo: Editora Malheiros, 2006.

COLLINS, Patricia Hill. **Pensamento feminista negro [recurso eletrônico]: conhecimento, consciência e a política do empoderamento** / Patricia Hill Collins ; tradução Jamille Pinheiro Dias. - 1. ed. - São Paulo : Boitempo, 2019.

CORREIO BRAZILIENSE. **Motoboy negro e idoso branco são indiciados por lesão corporal; PM nega racismo.** Correio Braziliense, 2024. Disponível em: <https://www.correiobraziliense.com.br/brasil/2024/02/6807781-motoboy-negro-e-idoso-branco-sao-indiciados-por-lesao-corporal-pm-nega-racismo.html>. Acesso em: 26 ago. 2024.

CORREIO. **Pintor impede estupro de filha e é espancado até a morte por traficantes em Cajazeiras XI.** 2024. Disponível em: [https://www.correio24horas.com.br/minha-bahia/pintor-impede-estupro-de-filha-e-e-espancado-ate-a-morte-por-trafficantes-em-cajazeiras-xi-0324#:~:text=Ap%C3%B3s%20impedir%20que%20o%20parente,%2C%20neste%20s%C3%A1bado%20\(23\)](https://www.correio24horas.com.br/minha-bahia/pintor-impede-estupro-de-filha-e-e-espancado-ate-a-morte-por-trafficantes-em-cajazeiras-xi-0324#:~:text=Ap%C3%B3s%20impedir%20que%20o%20parente,%2C%20neste%20s%C3%A1bado%20(23).). Acesso em: 29 de ago. 2024.

DANTAS, San Tiago. **Direito de Família e das Sucessões.** 2.ed. Rio de Janeiro: Forense, 1991.

DA SILVA, Bruno Alcântara Conde. Entre o colonizador e o colonizado: a concepção de colonialismo e de relações de poder nas obras de Frantz Fanon, Albert Memmi e Paulo Freire. **Kwanissa: Revista de Estudos Africanos e Afro-Brasileiros**, [S. l.], v. 4, n. 8, 2021. Disponível em: <https://periodicoeletronicos.ufma.br/index.php/kwanissa/article/view/15280>. Acesso em: 4 nov. 2023.

DE CARVALHO, Aurora Tomazini. **Teoria Geral do Direito (o Constructivismo Lógico-Semântico)**. 623 f. Tese (Doutorado em Filosofia do Direito) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2009. Disponível em: <http://www.dominiopublico.gov.br/download/teste/arqs/cp098895.pdf>. Acesso em: 26 ago. 2024.

DE SOUSA, Charles Toniolo. A prática do assistente social: conhecimento, instrumentalidade e intervenção profissional. **Emancipação**, Ponta Grossa, 8 (1): 119-132, 2008.

DIAS, Marcília; DOS SANTOS, Juliana; ALMEIDA, Danielle; ROCHA, Fernanda; NETO, Gregório; ANDRADE, Dina. A participação masculina no planejamento familiar. **HU Revista**, Juiz de Fora, out./dez. 2017. v. 43, n. 4, p. 349-354.

DIEESE. **Brasil: a inserção da população negra no mercado de trabalho**. 2022. Disponível em: <https://www.dieese.org.br/infografico/2022/populacaoNegra2022/index.html?page=4>. Acesso em: 26 ago. 2024.

DJONGA; BEATZ, Coyote (2020). **Oto patamá**. In: Histórias da minha área. [Álbum digital]. São Paulo: Ceia Ent, Março/2020.

DOS SANTOS, W. O. Corra! e as relações inter-raciais na diáspora: para uma discussão educacional. **Mídia e Cotidiano**, v. 12, n. 3, p. 275-292, 31 dez. 2018.

DUARTE, Bárbara Almeida. **A divisão sexual do trabalho como fenômeno social: uma crítica feminista ao trabalho doméstico** / Bárbara Almeida Duarte. – 2018.

DURKHEIM, Émile. **As Regras do Método Sociológico**. 3. ed. Traduzido por Paulo Neves. São Paulo: Martin Fontes, 2007.

EDSON GOMES (1992). **Árvore**. In: Campo de Batalha. [CD]. Salvador: EMI, 1992.

EMICIDA; COZZA, Fabiana; DO ROSÁRIO, Pastoras; VIEIRA, Pastor Henrique (2019). **Principia**. In: Amarelo. [Álbum digital]. São Paulo: Sony Music, Outubro/2019.

EMICIDA; IVETE SANGALO (2020). **Trevo, figurinha e suor na camisa**. In: Trevo, Figurinha e Suor na Camisa. [Single digital]. São Paulo: Laboratório Fantasma, 2013.

FANON, Frantz. **Pele negra, máscaras brancas**. Tradução: Renato da Silveira. Salvador: EDUFBA, 2008. Título original: *Peau noire, masques blancs*. 2008.

FAUSTINO, Deivison. **O negro, o drama e as tramas da masculinidade no Brasil**. In: AMBRA, Pedro (Org). *Cartografias da masculinidade*. 1.ed. São Paulo: Cult editora, 2021.

FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA. **18º Anuário Brasileiro de Segurança Pública**. São Paulo: Fórum Brasileiro de Segurança Pública, 2024. Disponível em: <https://publicacoes.forumseguranca.org.br/handle/123456789/253>. Acesso em: 28 ago. 2024.

FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA. **Anuário brasileiro de segurança pública**. 2020. São Paulo: Fórum Brasileiro de Segurança Pública, ano 14, 2020.

FREYRE, Gilberto. **Casa-grande & senzala**. 42. ed. Rio de Janeiro: Record, 2001.

GIL, Antonio Carlos. **Como Elaborar Projetos de Pesquisa**.- 5. ed. –São Paulo: Atlas, 2010.

GONÇALVES, Renata. Quando a questão racial é o nó da questão social. **Katál.**, Florianópolis, v. 21, n. 3, p. 514-522, set./dez. 2018.

HOOKS, Bell. **A gente é da hora: homens negros e masculinidade**/bell hooks; tradução de Vinícius da Silva. São Paulo: Elefante, 2022

HOOKS, Bell. **O feminismo é para todo mundo: políticas arrebatadoras**. 1 ed. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 2020.

IAMAMOTO, Marilda Vilela. **Serviço social na contemporaneidade: trabalho e formação profissional**. 7. ed. São Paulo: Cortez, 2004.

JÚNIOR, Mário Martins Viana. Masculinidades: ampliando o debate. **Revista Fórum Identidades**, Itabaiana-SE, 2017.

JUSBRASIL. **Racismo e direito penal: análise de uma relação fabricada**. Phillippe Oliveira Carvalho, 2017. Disponível em: <https://www.jusbrasil.com.br/artigos/racismo-e-direito-penal-analise-de-uma-relacao-fabricada/458602569>. Acesso em: 10 de Out. de 2018.

KANNÁRIO, Igor (2016). **Depois de nós é nós de novo**. In: #Énósdenovo. [Álbum digital]. Salvador: ONErpm/Independente, Fevereiro/2016.

KILOMBA, Grada. **Memórias da plantação: episódios de racismo cotidiano**. Tradução: Jess Oliveira. 1 ed. Rio de Janeiro: Cobogó, 2019. Título original: Plantation memories: episodes of everyday racism. 2019.

KIMMEL, Michael S. **A produção simultânea de masculinidades hegemônicas e subalternas**. Horizontes Antropológicos, Porto Alegre, ano 4, n. 9, p. 103-117, out. 1998.

LIMA, Fátima. **Um ebó artístico-epistêmico: desobediências poéticas em Grada Kilomba**. Revista Espaço Acadêmico. n. 226 – jan/fev – 2021.

LOBO, Paulo Luiz Netto. **O direito ao estado de filiação e direito à origem genética: uma distinção necessária**. IBDFAM. 2004.

LORDE, Audre. **Irmã outsider**. São Paulo: Autêntica, 2020.

LUCCHESI, Mafalda. **Filhos – evolução até a plena igualdade jurídica**. 2013. Disponível em: http://www.emerj.tjrj.jus.br/serieaperfeicoamentodemagistrados/paginas/series/13/volumeI/10anosdocodigocivil_231.pdf. Acesso em 09 mai. 2018.

MARCELO D2 (2003). **Loadeando (Rude-boy)**. In: A procura da batida perfeita. [CD]. Rio de Janeiro: Chaos/Sony Music, Abril/2003.

MARX, Karl. **Contribuição para a crítica da economia política**. São Paulo: Expressão Popular, 2008.

MARX, K. **O Capital - Livro I – crítica da economia política: O processo de produção do capital**. Tradução Rubens Enderle. São Paulo: Boitempo, 2013.

MARX, K. **Para a crítica da economia política**. Tradução de José Arthur Giannotti e Edgar Malagodi. São Paulo: Nova Cultural, 1987. Coleção “Os Pensadores”. 1987.

MBEMBE, Achille. **Necropolítica: biopoder, soberania, estado de exceção, política da morte**. Tradução de Renata Santini. São Paulo: N-1 edições, 2018.

MEDIUM. **Feminismo Negro e a Miopia Sobre a Masculinidade Negra**. 2019. Disponível em: <https://medium.com/@maicolwilliam/feminismo-negro-e-a-miopia-sobre-a-masculinidade-negra-18e01af0bd1d>. Acesso em: 29 de ago. 2024.

MEMORIAL: CENTRO DE MEMÓRIA E CULTURA. **História do MP. 2022**. Disponível em: <https://memorial.mpba.mp.br/historia-do-mp/>. Acesso: 28 de agosto de 2023.

MICHAELIS ONLINE. **Dicionário da Língua Portuguesa**. Dicionário online uol. São Paulo: Melhoramentos, 2009.

MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DA BAHIA. **Conhecendo o MP|Cartilha digital**, s.d. Disponível em: < [https://infomail.mpba.mp.br/index.php/conhecendo-o-mp-cartilha\[1\]digital/](https://infomail.mpba.mp.br/index.php/conhecendo-o-mp-cartilha[1]digital/)>. Acesso em: 13 de dezembro de 2023

NASCIMENTO, A. M. “Tem que ter raça”: Polícia Militar como ascensão social negra. **Grupo de trabalho “Trajetórias e Estratégias de Ascensão Social de AfroDescendentes” da V Reunião Equatorial de Antropologia e XIV Reunião de Antropólogos do Norte e do Nordeste.**, p. 14, 2015.

NERY JR, Nélon. **Princípios do processo civil à luz da Constituição Federal**. São Paulo: Revista dos Tribunais, 1999.

NETTO, José P. **Introdução ao estudo do método de Marx**. São Paulo: Expressão Popular, 2011.

NINA Rodrigues. In: WIKIPÉDIA: a enciclopédia livre. Disponível em: https://pt.wikipedia.org/wiki/Nina_Rodrigues. Acesso em: 29 de ago. 2024.

OLIVEIRA, Fábio. **A Historicização e institucionalização das masculinidades no Brasil**. Campinas, SP. Tese (doutorado). Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Estudos da Linguagem, 2015.

OLIVEIRA, Pedro Paulo de. **A construção social da masculinidade**. Belo Horizonte: UFMG; Rio de Janeiro: IUPERJ, 2004.

PEREIRA, Tatiane. **O Racismo Velado**. 2018. Disponível em: <https://tribunademinas.com.br/opiniaio/tribuna-livre/13-05-2018/racismo-velado.html>. Acesso em: 4 de Out de 2023

PODER360. **83% dizem que há machismo no Brasil, mas só 12% se consideram machistas**. Poder360, 23 mar. 2023. Disponível em: <https://www.poder360.com.br/poderdata/83-dizem-que-ha-machismo-no-brasil-mas-so-12-se-consideram-machistas/>. Acesso em: 26 ago. 2024.

PODER360. **Menos da metade dos negros e dos nordestinos concluiu o ensino médio**. Gabriel Bandeira, 2024. Disponível em: <https://www.poder360.com.br/educacao/menos-da-metade-dos-negros-e-dos-nordestinos-concluiu-o-ensino-medio/>. Acesso em: 29 de jul. 2024.

POLITIZE. **Machismo: você entende mesmo o que significa**. 2019. Disponível em: <https://www.politize.com.br/o-que-e-machismo/>. Acesso em: 29 de ago. 2024.

PORFIRIO, Tamis. **Masculinidades e paternidades negras: os desafios de ser homem negro no Brasil**. Primeiro relatório sobre as paternidades negras no Brasil. Instituto Promundo. – Brasília, DF : Instituto Promundo, 2021 p. 36-46

RACIONAIS MC'S (2002). **Jesus chorou**. In: Nada como um dia após outro dia. [CD]. São Paulo: Casa Nostra/Zambia, 2002.

REALE, Miguel. **Teoria Tridimensional do Direito**. 5. ed. rev. e aum. São Paulo: Saraiva, 1994.

ROCHA, Igor C.S. **Cadernos de Gênero e Diversidade: Subjetividade, Cultura e Poder: Politizando Masculinidades Negras**. Brasil: v. 5 n. 2, 2019.

RODRIGUES, Marcela Franzen. Raça e criminalidade na obra de Nina Rodrigues: Uma história psicossocial dos estudos raciais no Brasil do final do século XIX. **Estud. pesqui. psicol.** [online]. 2015, vol.15, n.3, pp.1118-1135. ISSN 1808-4281. 2015.

SALOMÃO, C. M.; BELLOTTI, F. d'Ornellas; COSTA, F. M. F. D. A teoria de cesare lombroso e sua influência na sociedade brasileira atual:: uma análise do racismo velado. **Jornal Eletrônico Faculdades Integradas Vianna Júnior**, [S. l.], v. 11, n. 1, p. 17, 2019. Disponível em: <https://www.jornaleletronicofvj.com.br/jefvj/article/view/681>. Acesso em: 26 ago. 2024.

SANTOS, Mila Lessa dos; SOUZA, Maurina Alves de; SILVA, Mariele Ponciano Lima; SANTOS, Elisaiane Oliveira dos. **Abandono paterno nas famílias monoparentais chefiadas por mulheres em situação de vulnerabilidade social**. 2024. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Serviço Social) – Universidade Católica do Salvador, Salvador, 2024.

SILVEIRA, Katiane Oliveira. **O Direito como instrumento de controle da superestrutura: a democracia brasileira judicializada pelo STF**. 2019. 57 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) – Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2019. Disponível em: <https://repositorio.ufpb.br/jspui/bitstream/123456789/16224/1/KOS12092019.pdf>. Acesso em: 26 ago. 2024.

SOUZA, Neusa Santos. **Tornar-se negro ou as vicissitudes da identidade do negro brasileiro em ascensão social**. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1983.

TERRA. **Ator de "Todas as Flores" separa-se da mulher pra poder "ler um livro"**. 2023. Disponível em: https://www.terra.com.br/diversao/gente/ator-de-todas-as-flores-separa-se-da-mulher-pra-poder-ler-um-livro,7064e405b970d4963551781d7e0395413dhkfk5.html?utm_source=clipboard. Acesso em: 29 de ago. de 2024.

TRIBUNA DE MINAS. **Racismo velado**. - Tati Pereira. 2018. Disponível em: <https://tribunademinas.com.br/opinioao/tribuna-livre/13-05-2018/racismo-velado.html>. Acesso em: 29 de ago. 2024.

VANDAL (2020). **Vingadorah**. In: Vingadorah. [Single digital]. Salvador: Cremenow Studio/Independente, 2020.

VERGARA, E. **O significado da categoria mediação no serviço social**. In: **Seminário Nacional, Estado e Políticas Sociais no Brasil**. Unioeste; 2003.

WILDERSON III, Frank B. **Afropessimismo**. São Paulo: Todavia, 2021.

ANEXO A – Ficha de atendimento com raça/cor

MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DA BAHIA PROJETO PATERNIDADE RESPONSÁVEL - CAOCIFE-



FICHA DE ATENDIMENTO- 2022

LOCAL: _____	DATA: ____/____/____	NÚMERO DO IDEA: _____
NOME DO PROMOTOR: _____		GENITORES MENOR DE IDADE: _____
NOTIFICADO PELA ESCOLA? ()SIM ()NÃO		RAÇA / COR: _____

TIPO DO ATENDIMENTO:

- () Reconhecimentos de Paternidade () 2ª via de documentos () Orientações
 () Realização de DNA GRAT. () Realização de DNA PAGO () Outros
 () Acordo de Alimentos.

QUALIFICAÇÃO DO(A) REQUERENTE		
NOME: _____		
RG: _____		
Data Nasc.: ____/____/____	CPF: _____	
Profissão: _____		
Estado Civil:	() Solteiro () Casado () União Estável () Divorciado () Viúvo	
Endereço: _____		
CEP: _____	Bairro: _____	
Tel.: Resid: _____	Tel.: Comercial: _____	E-mail: _____
Tel.: Celular: _____		
QUALIFICAÇÃO DO(A) REQUERIDO(A)		
NOME: _____		
RG: _____		
Nasc.: ____/____/____	CPF: _____	
Profissão: _____		
Estado Civil:	() Solteiro () Casado () União Estável () Divorciado () Viúvo	
Endereço: _____		
CEP: _____	Bairro: _____	
Tel.: Resid: _____	Tel.: Comercial: _____	e-mail: _____
Tel.: Celular: _____		
CASOS DE POST-MORTEM		
Avô Paterno:	RG: _____	CPF: _____
End: _____	Tel: _____	
Avó Paterna:	RG: _____	CPF: _____
End: _____	Tel: _____	
Outros Descendentes do Falecido: _____		

Observações: _____

APÊNDICE A – Roteiro semiestruturado

PERGUNTAS SOBRE VOCÊ:

- Nome:
- Idade:
- Raça/cor-etnicidade:
- Preto () Branco () Pardo () Amarelo () Indígena ()
- Situação conjugal:
- Solteiro () Casado () União estável () Divorciado () Viúvo ()
- Religião:
- Número de filhos:
- Nenhum () Um () Dois () Três () Mais de três ()
- Com quem mora?
- Ocupação:
- Caso esteja empregado, qual o tipo: Formal () Informal ()
- Caso não possua emprego, você depende de algum tipo de auxílio?
- Sim () Governamental () Não governamental () Do companheiro/a () Outros () Quem?
- Renda pessoal:
- Renda familiar:
- Tem relações sexuais com:
- Homens () Mulheres () Homens e mulheres ()
- Possui alguma deficiência? Não () Auditiva () visual () motora () mental () intelectual ()
- Sua escolaridade?
- Ensino fundamental completo ()
- Ensino fundamental incompleto ()
- Ensino médio completo ()
- Ensino médio incompleto ()
- Ensino superior completo ()
- Ensino superior incompleto ()
- Quando seu filho nasceu, você tinha quantos anos?

INFÂNCIA E ADOLESCÊNCIA

- Me fale sobre sua infância e adolescência
- Quem era sua família nesse período (irmãos, pai e mãe...)
- Em qual bairro você cresceu e como foi essa convivência no bairro? (exemplificar)
- Que lembranças você tem da sua casa?
- Como foi a condição financeira da sua família ao longo do seu crescimento? Passou alguma necessidade?
- Quem sustentava a casa?
- O que seus pais faziam profissionalmente?
- Quem cuidava dos filhos?
- Ao longo dessa passagem entre um menino e adolescente, o que você ouvia das pessoas em geral e de sua família sobre você? Falavam alguma coisa sobre ser negro? Sobre ser homem?
- Seu pai era um homem negro? Ele falava sobre isso?
- Como foi a sua relação com sua mãe?
- Como foi a sua relação com o seu pai?
- Como foi sua vida na escola?

VIDA ADULTA E PROFISSIONAL

- Me fale sobre sua vida adulta, sobre profissão e relação com a família nesse período.
- Você já se achou diferente de outros homens? Já notou situações em que sentiu ser tratado diferente por conta de ser um homem negro?

- Você gosta da sua profissão?
- Se pudesse, trabalharia em outra área? E o que te impede?
- Me diga quais lembranças positivas você tem de sua infância e da sua adolescência.
- Ao olhar para o seu passado, você sente que faltou algo de positivo por parte da sua família em relação a sua criação?
- E em relação ao Estado? Você se recorda de algum projeto com foco em jovens negros jovens negros como você? (Acha importante ou não vê tanta diferença?)


PERGUNTAS SOBRE VIDA ÍNTIMA

- Você lembra em mais ou menos qual época começou a se relacionar sexualmente?
- Nas suas relações, você costuma usar algum método contraceptivo?
- Recebeu orientações de alguém?
- Você vai ao médico com frequência?
- Acha que deveria se cuidar mais? Se sim, o que impede?

PERGUNTAS SOBRE MASCULINIDADE E PATERNIDADE

- Me fale sobre que homem é você (me descreva seu jeito, seus gostos, sua personalidade...).
- Já fez algo de que se arrepende?
- Me conte a história de como você conheceu a mãe de seu filho e como foi a relação de vocês.
- Me conte como ficou a relação depois da gravidez.
- Você sempre quis ser pai?
- Em algum momento o seu filho foi planejado por você?
- Descreva o que você fez/sentiu ao saber que seria pai.
- Me descreva como você é como pai.
- A paternidade causou mudanças em você? Acha que se tornou um homem diferente após a chegada de seus filhos?
- Pretende ter mais filhos?
- Você se acha presente o suficiente na vida dos seus filhos? Por que?
- Me conte como é seu contato com seu filho (descrever rotinas, responsabilidades, quantas vezes encontra)
- O que é mais difícil em ser pai?
- Qual a melhor parte em ser pai?
- Você acha que pode contribuir para que seu filho não passe por certas coisas que você passou?
- O que você cresceu ouvindo e aprendendo sobre ser pai?
- Você acha que se tivesse um grupo de apoio para pais negros, seria interesse ou acha desnecessário?

APÊNDICE B – Termo de Consentimento Livre Esclarecido

	<p>Serviço Público Federal Universidade Federal da Bahia Instituto de Psicologia Colegiado de Serviço Social</p>	
--	--	---

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO (TCLE)

(Conforme a **resolução nº 466, de 12 de dezembro de 2012**,
do Conselho Nacional de Saúde)

Você está sendo convidado(a) a participar, como voluntário(a), da entrevista que irá contribuir para a construção do Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) intitulado: *Reconhecimento de Paternidade: Um olhar sobre a figura paterna a partir da construção da masculinidade negra no Brasil*. Por favor, leia esse documento, que visa esclarecer sobre a pesquisa e sobre a sua participação e, após a leitura, caso concorde em participar, peço que assine o documento, registrando seu consentimento. Você receberá uma cópia deste termo onde consta o telefone e e-mail da pesquisadora principal, podendo sempre tirar dúvidas sobre o projeto e sua participação.

INFORMAÇÕES SOBRE O TRABALHO:

O presente trabalho propõe analisar o processo histórico em torno da construção da masculinidade no Brasil, fazendo um recorte de raça e classe, objetivando compreender a influência disto no comportamento de homens negros no que diz respeito ao reconhecimento de paternidade, analisando desde o planejamento familiar (ou a falta deste) até a convivência com seus filhos na postura de se assumir o papel e lugar de pai. Desta forma, estabelece os seguintes objetivos: *Entender o processo de formação da sociedade brasileira, e como se deu a construção da masculinidade e paternidade no Brasil; Entender como a construção da masculinidade negra no Brasil impacta na paternidade negra; Classificar esses pais quanto a sua raça/etnia, classe e território e analisar os impactos de tais recortes em sua trajetória de vida e na relação consigo e com seus semelhantes; Analisar como homens negros encaram o cuidado de si e os impactos disto no planejamento familiar e no cuidado com o outro; Compreender em qual grau e em que sentido todas essas questões influenciam no distanciamento que muitos homens possuem com a paternidade, e os efeitos gerados na relação destes com seus filhos.*

Esclareço, então, que essa participação é voluntária e sigilosa. Em nenhum momento haverá a possibilidade de divulgação do seu nome. Suas respostas serão mantidas em sigilo e as informações obtidas serão utilizadas somente pelos pesquisadores envolvidos no estudo, bem como os resultados do trabalho visam exclusivamente a fins científicos e acadêmicos. Também não há compensação financeira relacionada a sua participação na pesquisa.

Em qualquer etapa do estudo, você terá acesso ao profissional responsável pela pesquisa, para esclarecimento de eventuais dúvidas. É garantida a liberdade da retirada de consentimento a qualquer momento, sem qualquer prejuízo para você.

Estéfane Paula dos Santos
Graduanda em Serviço Social/UFBA
Estagiária de Serviço Social/MPBA
Pesquisadora Responsável

Telefone para contato: (071) 99255-9101
E-mail: estefanepaulacontato@gmail.com

Consentimento pós-informação

Eu, _____,
RG nº _____, expedida pelo órgão _____, me considero
devidamente informado e esclarecido pela pesquisadora sobre o conteúdo deste
termo e da pesquisa a ser desenvolvida e expressei meu livre consentimento para
a inclusão como participante da pesquisa. Foi-me garantido que minha
participação é isenta de despesas e que posso retirar meu consentimento a
qualquer momento, sem que isto leve a qualquer penalidade ou minha exposição
com a instituição.
Salvador, ____/____/____.

Assinatura da Participante